

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**PELO DIREITO DE QUALQUER UM FAZER CIDADE:
CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DOS ESPAÇOS URBANOS**

BRUNO BOWEN VILAS NOVAS

VITÓRIA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**PELO DIREITO DE QUALQUER UM FAZER CIDADE:
CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DOS ESPAÇOS URBANOS**

BRUNO BOWEN VILAS NOVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território. Orientador: Prof^a. Dr^a. Clara Luiza Miranda.

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Vilas Novas, Bruno Bowen, 1986-
V697p Pelo direito de qualquer um fazer cidade: construção
subjéitiva dos espaços urbanos / Bruno Bowen Vilas Novas –
2015.
144 f. : il.

Orientador: Clara Luiza Miranda.
Coorientador: Martha Machado Campos
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Espaço urbano. 2. Cartografia. 3. Arquitetura. 4. Cidades
e vilas. 5. Planejamento urbano. I. Miranda, Clara Luiza. II.
Campos, Martha Machado. III Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Artes. IV. Título.

CDU: 72

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**PELO DIREITO DE QUALQUER UM FAZER CIDADE:
CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DOS ESPAÇOS URBANOS**

BRUNO BOWEN VILAS NOVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Aprovada em 15 de setembro de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Clara Luiza Miranda - Orientadora
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof.^a Dr.^a Martha Machado Campos
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof.^a Dr.^a Natacha Silva Araújo Rena
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Meus Pais e irmã

Ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFES

À CAPES

Em especial a orientadora Clara L. Miranda, por toda vivência que me possibilita.

À Martha M. Campos pelo apoio e toda participação na minha construção acadêmica e profissional e Natacha Rena pelas contribuições ao longo desta dissertação.

Ao Cemuni III

Ao Território do Bem

A todos os familiares e amigos que acompanharam de perto todo o processo.

Muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como foco investigar as teorias e práticas da produção urbana na cidade contemporânea aproximando-se das ações e das narrativas micropolíticas espacializadas como alternativas ou resistências, contrapondo-as ao modelo hegemônico macropolítico de produção da cidade. Compreendendo-as com constituintes da práxis do direito de qualquer um fazer cidade. Acompanham-se estes movimentos micropolíticos buscando abordar a diversidade e as narrativas do fazer cidade numa perspectiva de construção subjetiva do espaço urbano, segundo o entendimento de Guattari. Utiliza-se, para isso, a cartografia proposta por Deleuze e Guattari contraposta ao modelo hegemônico do capitalismo, que configura limites ao homogeneizar a produção da cidade a partir da tecnocracia, da ideologia financista neoliberal e da hegemonia star system. Busca-se incorporar e ampliar o conceito do “direito a cidade” para o de “direito de qualquer um fazer cidade”. O qualquer como parte potente que deseja e faz a cidade cotidianamente. Esta produção outra de “fazer cidade” não cabe na redução que lhe é conferida pela normatividade da política real, pela democracia representativa vigente. Não cabe também a invisibilidade a que são relegados os seus usuários e agentes minoritários ou menores. Dar visibilidade às narrativas micropolíticas de “qualquer um fazer cidade” faz-se necessário para que novos conhecimentos sobre estes movimentos possam ser produzidos e postos em face do campo da arquitetura e urbanismo. Sob esta ótica, o objetivo da pesquisa é desenvolver uma cartografia em busca das ações e das narrativas micropolíticas do grupo Célula EMAU e do Fórum Bem Maior, na cidade de Vitória, ES. Para isso, procuramos identificar nas experiências compartilhadas destes grupos práticas micropolíticas que colaborem para a (re)construção subjetiva do espaço urbano, em suas diversas escalas e dinâmicas sociais, geográficas, econômicas e culturais. Para que principalmente, possamos entender a produção do espaço urbano de forma ampliada, prevendo a participação de qualquer pessoa ou coletivo, sem extinguir ou colocar ao lado o papel do arquiteto, mas sim reposicionar o arquiteto-urbanista frente às narrativas e ações micropolíticas da produção de cidade contemporânea.

Palavras-chave: direito à cidade, espaço urbano, cartografia, arquitetura e urbanismo

ABSTRACT

This document focuses on investigating the theories and practices of urban production in the contemporary city, approaching the actions and the spatialized micro narratives as alternatives or resistances, contrasting them to the hegemonic macro-political model of city production; understanding them with constituents of the practice of anyone's right to make city. This study follows up these micro political movements, seeking to address the diversity and the narratives of the city formation, from a perspective of subjective construction of the urban space, according to Guattari's knowledge. It is used, for this purpose, the mapping proposed by Deleuze and Guattari, opposed to the hegemonic model of capitalism, which sets limits to homogenize the city production from technocracy, financier neoliberal ideology and from the star system hegemony. This study seeks to incorporate and extend the concept of the "right to the city" to "anyone's right to make city". The "any" is a powerful part, which aims and makes the city daily. This other production of "making the city" does not fit in that reduction in which it is granted by normativity of real politics, by the current representative democracy, nor the invisibility that its users and minority or smaller agents are relegated. It is necessary to give visibility to micro political narratives of "anyone to make city" so that new knowledge of these movements can be produced and face the fields of architecture and urbanism. From this perspective, the objective political narratives of Célula EMAU and of Fórum Bem Maior, in the city of Vitoria, ES. For this purpose, we try to identify, within the shared experiences of these groups, micro political practices that contribute to the subjective (re)construction of urban space, in its various scales and the social, geographical, economic and cultural dynamics. So we can mainly understand the production of urban space in a broad way, predicting the participation of any individual or collective, without extinguishing or putting aside the architect's role, but repositioning the architect-urbanist in front of narratives and micropolitical actions of the contemporary city production.

Key words: right to the city, urban space, cartography, architecture and urbanism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos bairros da Poligonal 1 no município de Vitória.....	95
Figura 2 - Vista de Jaburu e de São Benedito, ano 1960.	97
Figura 3 - Vista de Jaburu e de São Benedito, ano 2000.	97
Figura 4 – Reuniões do Fórum Bem Maior.....	104
Figura 5 – Entrevista com morador de São Benedito.....	105
Figura 6 - Ficha do morador Anibal João de Almeida.	107
Figura 7 – Conjunto de fotos tiradas pelo morador Anibal João de Almeida.....	108
Figura 8 - Foto da antiga paróquia da igreja católica na comunidade.	111
Figura 9 - Foto da reforma.	111
Figura 10 - Foto do reforma finalizada da antiga paróquia transformada na associação de moradores do bairro de Jaburu.....	112
Figura 11 - Foto da área antes da intervenção na comunidade de São Benedito...	113
Figura 12 - Foto da reforma da área na comunidade de São Benedito.....	114
Figura 13 - Foto da reforma da área na comunidade de São Benedito.....	114
Figura 14 - Foto do reforma finalizada da antiga paróquia transformada na associação de moradores do bairro de Jaburu.....	118
Figura 15 - Foto do Fórum Bem Maior sobre o projeto Mutirão do Bem.	118
Figura 16 - Foto do reforma finalizada da antiga paróquia transformada na associação de moradores do bairro de Jaburu.....	118
Figura 17 - Conjunto de fotos do antes, durante e depois da intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Jaburu.	120
Figura 18 - Conjunto de fotos das atividades realizadas durante a intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Jaburu.	121
Figura 19 - Conjunto de fotos do antes e depois da intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Jaburu.....	122
Figura 20 - Conjunto de fotos das atividades realizadas durante a intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Floresta.	123

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Macronarrativas na produção do espaço	18
1.1 Primeiras aproximações: cidade, urbano e metrópole.....	18
1.2 Forças hegemônicas na produção do espaço urbano.....	31
1.3 E nós arquitetos e urbanistas?	40
2. Cidade alteridade e subjetividades	50
2.1 Teorias biopotentes e micropolíticas.....	50
2.2 Alteridade dos espaços	60
2.3 Cartografias subjetivas como percurso metodológico	66
3. Direito de qualquer um fazer a cidade	71
3.1 Liberdade, diferença e o qualquer.....	71
3.2 Apontamentos no campo da arquitetura e urbanismo	83
3.3 Práticas micropolíticas em arquitetura e urbanismo	90
4. Considerações finais	127
Referências Bibliográficas	135

INTRODUÇÃO

A dissertação busca compreender as transformações significativas em teorias, em conceitos e em práticas relativas ao “qualquer um fazer cidade”, apresentando um breve panorama sobre a atual construção da cidade contemporânea no que diz respeito aos espaços urbanos.

Pensar a cidade na contemporaneidade requer a utilização de um repertório conceitual que compreenda sua complexidade sem reduzi-la a um conjunto de relações superficiais, homogêneas, pautadas somente no modelo hegemônico tecnocrático e pragmático. A cidade contemporânea constitui-se numa multiplicidade de elementos heterogêneos coexistentes, sobrepostos, que se contaminam, movimentam e se ressignificam a todo o momento.

A coalizão entre capital e Estado predomina no atual panorama da produção urbana simultaneamente com as subjetividades capitalísticas: planejamento estratégico, práticas de planejamento e de gestão neoliberais – as quais visam a mercantilizarão dos espaços da cidade, sob uma lógica que articula o capital financeiro com a propriedade imobiliária ou reconcilia o lucro com a renda, renovando o modo de acumulação do capital. Esse um processo que vem ocorrendo desde 1970 se intensificou nos últimos anos (ROLNIK, 2016).

Compreende-se uma crise generalizada e global da produção do espaço urbano cujos aspectos e relações serão apresentados posteriormente. No contexto do capitalismo contemporâneo, cognitivo/biopolítico/flexível, considera-se urgente pensar outras possibilidades na produção da cidade contemporânea.

A problemática aqui exposta inicia sob a ótica da hegemonia do discurso do capital, como forma de exercício de poder, controle e produção mercantilizadora do espaço urbano, como instrumento e meio de construção de consenso, apaziguamento social e expropriação de tudo e todos da esfera pública. Denominamos essa práxis¹ hegemônica como *narrativas dominantes*. Estas são produzidas por meio de macropolíticas oriundas de um conjunto de ferramentas, operações e agentes do atual capitalismo.

Especificamente no campo da arquitetura, estas narrativas dominantes adquirem consistência institucional delimitando seus objetos e instrumentos, suas atribuições específicas, a partir das quais regula suas relações internas e negocia com outras práticas construtoras e usuárias do espaço. (MIRANDA, 2013). Observa-se que, em grande parte, tais narrativas se impõem ou subjagam as práticas minoritárias/ menores. Segundo Michel de Certeau, a pretensão de circunscrição de um lugar “próprio” no contexto social caracteriza um gesto da modernidade científica, política e militar (CERTEAU apud MIRANDA, 2013). Nisso a pós-modernidade não se afasta da modernidade.

Diante desse contexto hegemônico quais são os escapes e as brechas para outras e novas produções de cidade? Examinar as novas possibilidades de reversão vital que se anunciam no contexto de crise social e democrática é fundamental e se torna o foco desta dissertação. Desse modo, faz-se necessário voltar o olhar para os movimentos (caminhos, iniciativas, ações, dinâmicas) que produzem outras subjetividades e maneiras de “fazer cidade”, uma vez que nada “do que foi evocado

¹ PRÂXIS: Com esta palavra (que é a transcrição da palavra grega que significa ação), a terminologia marxista designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações. Marx dizia que é preciso explicar a formação das ideias a partir da "práxis material", e que, por conseguinte, formas e produtos da consciência só podem ser eliminados por meio da "inversão prática das relações sociais existentes", e não por meio da "crítica intelectual". (ABBAGNANO, 1998).

acima pode ser imposto unilateralmente de cima para baixo, a sociedade não constitui uma massa inerte e passiva à mercê do capital, mas sim, um conjunto vivo de estratégias” (PELBÁRT, 2011, p. 21) e táticas.

As cidades não comportam apenas uma dimensão macropolítica, mas também micropolítica (GUATTARI, 1992). A partir disso, esta pesquisa problematiza a carência e a baixa repercussão de narrativas que tratam destes movimentos que escapam e resistem à hegemonia do capital. Apropriamo-nos do termo “micropolítica”, de Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995), para denominar as narrativas, que designam outros processos e movimentos que escapam e que vão a contrapelo das narrativas dominantes, constituindo territórios alternativos. Estas constituiriam então as narrativas micropolíticas.

Consideramos necessário discutir e colocar a frente esses movimentos micropolíticos; em especial, neste trabalho, aqueles que estão produzindo, apropriando e deliberando uma construção subjetiva do espaço urbano na cidade contemporânea. Ou seja, os movimentos que debatem e produzem ações constituintes de novos processos em direção à democracia real (dissensual e direta). Movimentos que aglutinam horizontalidade e decisão colaborativa aos processos participativos e à experimentação de novos modos de organização dos espaços urbanos, especialmente os públicos, culturais e do conhecimento.

De fato, é uma busca emergencial de espaços compartilhados, comuns, negociados, abertos à atualização a cada movimento, múltiplos e, principalmente, agenciados pelos atores locais, necessários para a criação de outro caminho de produzir cidades.

Desse modo, insere-se aqui a proposta cujo enfoque é o desenvolvimento de cartografias micropolíticas da construção subjetiva dos espaços urbanos na cidade contemporânea, que se configuram em experiências outras de produzir e compartilhar o território.

Abordamos os processos de produção do espaço (agenciamento, organização, apropriação, criação, compartilhamento) especializados, alternativos ou de resistência ao modelo hegemônico do capitalismo.

Considerando as explanações feitas, esta dissertação tem como primeira hipótese, que as narrativas veiculadas por movimentos micropolíticos trazem indicativos de uma nova construção subjetiva dos espaços urbanos. Estes se constituem diferentemente da narrativa hegemônica do capital, pautadas sobre o discurso do “não há alternativa”², que estabelece uma ordem cultural e política como garantia de certeza e de controle da experiência projetual como na modernidade, produzindo objetos conforme essa lei vigente, mas também são estabelecidos por um discurso midiático e de formadores de opinião. Ao contrário disso, os movimentos micropolíticos se constituem como práxis do “direito de qualquer um fazer cidade”.

O “fazer cidade”, aqui disseminado, pretende ampliar o entendimento do conceito do “direito à cidade” de Henri Lefebvre (2001) para o “direito de qualquer um fazer a cidade”. Pois não basta “estar com”, é preciso “fazer com” os outros, “ensinando pessoas a como tomar decisões”. (NEGRI; HARDT, 2014, p. 95), ou melhor, ensinando e aprendendo juntos.

Neste sentido, trabalhamos a ideia de que o qualquer um, mas não como significado de um indivíduo solitário, que faz o que bem entende, constituindo ações egocêntricas. Ao contrário, significado do qualquer implicado na multidão, na força coletiva das ações, no trabalho coletivo em um interesse comum. Trabalhamos esta ideia na dissertação: o qualquer um é parte potente de uma multidão que deseja e faz

² Princípio TINA: *There Is No Alternative* (em português, ‘Não há alternativa’).

cotidianamente, através de práticas micropolíticas, outra construção subjetiva dos espaços urbanos.

O que temos de mais claro nesta discussão é a impossibilidade ou inviabilidade de uma classificação rígida no que diz respeito ao papel deste indivíduo qualquer, ou de um coletivo qualquer como articulador de novas formas de produção da cidade. Não cabem restrições na produção micropolítica do espaço urbano, que constitui um discurso aberto sobre a produção da cidade.

Assim, tendo em vista a hipótese apresentada, o **objetivo** da pesquisa é desenvolver investigação em busca de ações e de narrativas micropolíticas que colaborem para a (re)construção subjetiva do espaço urbano, além de empreender a cartografia e compreensão de suas territorialidades. Visa-se identificar, em experiências compartilhadas de territorialização, numa dimensão cotidiana, escapes possíveis na produção da cidade contemporânea, práticas micropolíticas do/no espaço urbano (públicos e/ou privados), em suas diversas escalas, incorporado às dinâmicas geográficas, sociais, econômicas e culturais da cidade.

Para isso, foi escolhido o grupo Célula EMAU, grupo de extensão universitária do departamento de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como coletivo a ser pesquisado sobre suas ações e investigações no espaço urbano.

Motivo da escolha Célula é a participação ativa do autor dessa dissertação nas experiências de intervenção urbano que serão apresentadas aqui. Tais ações podem ser por exemplo como discussão de políticas urbanas entre universidade, comunidade e gestores urbanos, ou como por exemplo de desenho e tomadas de decisões colaborativas ou interativas e horizontais.

Para responder a esse desafio, foi necessário acompanhar, mapear, cartografar as novas produções subjetivas do espaço urbano.

Mas, como acompanhar estes processos,

[...] como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital, e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades? (PELBÁRT, 2011, p.22).

Em um primeiro momento, é necessário repensar as possibilidades de aproximação e de percepção da cidade, deixando de lado os modelos pragmáticos e cartesianos, para percorrer outros espaços metodológicos.

Neste trabalho, utilizaremos as aproximações cartográficas, uma metodologia baseada na cartografia proposta por Deleuze e Guattari (1995). Vale lembrar que não se trata de mera ferramenta, mas de prática voltada para a experimentação ancorada no real. Aqui, ela será explorada como procedimento metodológico de investigação que possibilita maximizar as possibilidades de entendimento das práticas de construção subjetiva do espaço urbano da cidade contemporânea.

Serão realizadas cartografias para evidenciar, mapear e principalmente apreender estas práticas alternativas àquela dominante, ensejada pelo capital, denominadas “práticas micropolíticas” nesta pesquisa.

Diante da análise e discussão destes processos, torna-se importante a busca por uma reflexão sobre como a prática profissional e a acadêmica, no campo da arquitetura e do urbanismo, pode se colocar no âmbito dessas discussões relativas à produção alternativa do espaço urbano. E ainda, de quais maneiras o arquiteto e urbanista pode acompanhar e trabalhar em conjunto com estes movimentos para colaborar e potencializar uma construção da cidade subjetiva.

Buscamos entender a produção do espaço de forma ampliada, onde prevemos a participação de qualquer pessoa ou coletivo, mas sem extinguir o trabalho ou experiência adquirida do arquiteto e sim, reposicionar o arquiteto urbanista frente a uma ampliação da arquitetura e de uma produção subjetiva de fazer a cidade. Qual e como poderá ser o papel do arquiteto em um processo mais amplo, subjetivo e aberto será um dos enfoques desta dissertação.

A seguir, apresentamos os passos que compreendem as questões desta dissertação.

O capítulo 1, intitulado *Macronarrativas na produção do espaço*, em um primeiro momento tem como objetivo atualizar e revisar os conceitos sobre a cidade contemporânea e em um segundo momento, sobre a produção do espaço urbano pelos processos hegemônicos capitalistas, a partir de seus agentes e de seus instrumentos de poder.

Exemplo disso, são questões debatidas sobre as operações urbanas consorciadas, do urbanismo espetacularizado e das intervenções urbanas oriundas dos mega eventos, que tem provocado na cidade uma transformação urbana gentrificadora com processos distantes de qualquer meios de participação com a população, ou preocupação com os bens comuns da cidade.

São levantadas também questões do papel da arquitetura e do arquiteto, refletindo sobre sua participação nessa produção hegemônica, analisando desde sua prática profissional quanto acadêmica, ou seja, o papel da universidade.

Já **o capítulo 2**, *Cidade, alteridade e subjetividades* aborda as teorias relevantes para uma reação ou simplesmente para um outro modo de fazer e desejar a cidade que se vale de outros percursos metodológicos, que passam por uma subjetividade singular, por uma cidade múltipla e heterogênea.

São discutidos e apresentados os conceitos de Biopotência cunhados por Antonio Negri e Michal Hardt, assim como conceito micropolítico de Deleuze e Guatarri, ambos indicadores para a produção do espaço urbano pelo cidadão qualquer. Localizadas nos espaços de alteridades, classificados como informações, caracterizados como brechas ou espaços alternativos desta produção hegemônica.

Também importante, são os conceitos metodológicos, ditos aqui como cartografias subjetivas, com o intuito de clarear as possibilidades desta produção pelo qualquer na cidade. Principalmente, através da socióloga Suely Rolnik são discutidos processos metodológicos de como pesquisar e esta realidade múltipla e complexa da cidade contemporânea. São enfatizados métodos que nos permitem acompanhar esses processos de produção subjetiva, de caráter mais colaborativo, horizontal e democrático.

Por fim, **o capítulo 3**, intitulado *Direito de qualquer um fazer cidade*, procura revelar estes outros procedimentos de construção do espaço urbano e suas produções de subjetividade. Neste momento, são apontados outros significados para o campo da arquitetura e do arquiteto como possível disciplina agenciadora desses processos colaborativos. E através das cartografias micropolíticas das experiências de intervenção e produção do espaço urbano do grupo Célula Emau e do Fórum Bem Maior, temos objetivo de identificar nessas experiências compartilhadas outras possibilidades na produção da cidade contemporânea.

Como aposta e fechamento desta etapa da pesquisa, é abordado o papel da arquitetura e do urbanismo diante de outros procedimentos de “fazer cidade”, transformando-se em movimentos micropolíticos, teóricos e práticos, possibilitando caminhos alternativos de construção dos espaços e constituindo como práxis do “direito de qualquer um fazer cidade”.

1. MACRONARRATIVAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

1.1 Primeiras aproximações: cidade, urbano e metrópole

Iniciamos com a discussão da produção das cidades sob a ótica da hegemonia do capital como nova forma de exercício de poder, controle e produção do espaço urbano. Denominamos “hegemônicas” as narrativas dominantes produzidas através de uma macropolítica³, oriunda de um conjunto de ferramentas e de operadores do capitalismo neoliberal.

Segundo David Harvey,

[..] o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro [...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita destruição criativa, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração.” (HARVEY, 2012, p:12-13 apud RENA, 2014, p. 5).

³ Macropolítica em conjunto com o termo micropolítica são poderosas categorias utilizadas por Félix Guattari e Gilles Deleuze principalmente no seu trabalho conjunto Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia (1995). É fundamental salientar que “macro” e “micro” não se referem a grande e pequeno nem tampouco a Estado e sociedade em oposição a casais ou grupos pequenos.

Com isso, é imprescindível a discussão do impacto dessa ideologia sobre as cidades que estamos produzindo, tendo em vista que pretendemos trabalhar os conceitos e as relações para além do termo corrente cidade neoliberal. Para isso, como primeiras aproximações dos principais aspectos que contribuem para a construção das cidades, é fundamental uma breve explanação sobre o seu desenvolvimento ao longo da história, percorrendo conceitos de cidade, urbano e metrópole.

Entendemos a cidade como lugar onde cada vez mais a maioria da população está vivendo, relacionado a ela está também o termo “urbano”, que caracteriza o lugar e as relações que as pessoas desejam, produzem e vivem. Tais conceitos serão desenvolvidos a seguir.

Ao longo do tempo, as cidades vêm se transformando, de acordo, sobretudo, com o sistema econômico vigente em cada época. Igualmente, a relação de uso, apropriação, direito, gestão e produção dos cidadãos com a cidade.

Em Lefebvre (2004), a cidade, dos gregos à idade média, constituiu-se como uma totalidade orgânica, obra máxima da civilização. Socialmente produzida, a cidade é diferente de todos os demais produtos: o que lhe dá especificidade é o primado do valor de uso sobre o valor de troca.

Se o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma”, a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” ou “a projeção da sociedade sobre um local”. (LEFEBVRE, 2001).

O urbano é um fenômeno que se impõe em escala mundial, a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual. Ele é um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teoria e prática, uma problemática (ARAÚJO, 2012, p. 133). A cidade emerge da história, porque a ela cabem os trabalhos espiritual, intelectual (a filosofia e, mais tarde, as ciências) e de organização política, econômica,

cultural e militar. Ela é fruto da primeira cisão da totalidade – entre a *Physis* e o *Logos* –, da primeira divisão social do trabalho – entre a cidade e o campo (ARAÚJO, 2012, p. 134). Desde a cidade-estado grega, o urbano existe enquanto potência, germe, pois como nos diz Lefebvre, “desde o primeiro ajuntamento ou assentamento humano [...] anunciava sua realização virtual.” (LEFEBVRE, 2004, p. 115). Ou seja, o conteúdo do urbano é a centralidade.

Já o termo metrópole, de acordo com Agamben, significa, em grego, “Cidade Mãe”, e se refere à relação entre a cidade e as colônias. O termo implica e traz consigo a ideia de um deslocamento, de uma forte heterogeneidade espacial e política, como a que define a relação entre cidade – ou o Estado – e as colônias. (AGAMBEN, 2010).

Entretanto, o termo corrente “metrópole” tem sido empregado como tecido urbano contínuo e relativamente homogêneo, ou, ainda, formado por cidades ligadas entre si fisicamente (formando uma conurbação) (SOUZA, 2005). O termo também é atribuído a uma cidade central que possui proeminência econômica, política, cultural, comercial na rede urbana que “encabeça”. Indo além desse pensamento, reservamos o este termo a algo substancialmente outro em relação à cidade que compreende em sua concepção tradicional a *polis*, isto é, algo política e especialmente isonômico.

De acordo com Agamben (2010), Rem Koolhaas, em seu livro *Delirious New York*, também colabora com essa ideia, objetivando dar uma imagem da metrópole que, além e através dos planejamentos e planificações hegemônicas, vive de dinâmicas antagonistas, conflitos e sobreposições potentes de estratos culturais, de formas e de estilos de vida, de uma multiplicidade de hipóteses e de projetos sobre o futuro.

Agamben (2010) diz que, para entender o que é uma metrópole, é necessário compreender o processo que progressivamente levou o poder a assumir a forma de um governo dos homens e das coisas, ou, em outras palavras, de uma economia.

Já Negri e Hardt (2001) trazem o conceito de metrópole como figura homóloga da estrutura geral que o capitalismo assumiu na fase imperial. As metrópoles, então, exprimem e individualizam o consolidar-se da hierarquia global, em seus pontos mais articulados, em um complexo de formas e de exercício do comando. As diferenças de classe e a programação genérica na divisão do trabalho na metrópole já não se fazem mais entre nações, mas entre centro e periferia (HARDT; NEGRI, 2005).

Além disso, para Negri, a metrópole está para multidão assim como a fábrica estava para a classe operária. Esta questão nos convida a refletir não simplesmente levantando evidentes diferenças de eficácia imediata entre as lutas sociais contemporâneas e as lutas operárias, mas sobre uma questão muito mais pertinente e geral: “se a metrópole é investida pela relação capitalística de valorização e de exploração, como se pode colher no seu interior o antagonismo da multidão metropolitana?” (NEGRI, 2008, p. 202).

Hardt e Negri acreditam que, hoje, o problema se apresenta de maneira diferente, porque as várias seções da força trabalho apresentam-se no híbrido metropolitano como relação interna, quer dizer, imediatamente como multidão: um conjunto de singularidades, uma multiplicidade de grupos e de subjetividades que dão forma (antagônica) ao espaço metropolitano. (HARDT; NEGRI, 2005).

Esse máximo de complexidade metropolitana abre linhas de fuga para todo antagonismo implícito e explícito na metrópole, desde a constituição de territórios alternativos até as lutas dos movimentos sociais ou as singularidades menores da produção e o uso informal do espaço urbano.

Para além dessas definições do urbano e da cidade aparentemente simples, há um complexo encadeamento de ideias que tentaremos expor aqui.

Cidade, industrialização e capitalismo

Acatamos a premissa de que o ponto crucial na transformação das cidades foi o período industrial. Pois, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, rompe-se a unidade da cidade tradicional, destruindo as barreiras e a simbiose entre a cidade e o campo, que coloniza e secciona a vida cotidiana. A cidade tradicional explode no tecido urbano informe e estendido, composto por fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, cidades-satélites etc.). Como pontua Tonucci (2013, p. 2),

A cidade, outrora valor de uso (artefato, manufatura) é transformada em mercadoria, produto com valor de troca, espaço privado para realização do lucro. Neste processo, a realidade urbana da cidade (amplificada e estilhaçada) perde os traços anteriores de totalidade orgânica, sentido de pertencimento, espaço demarcado, monumentalismo enaltecido.

A forma mercadoria e seu conteúdo, o valor de troca, característicos da cidade industrial, conduziram-na a uma condição de equivalência intercambiável – desde os lotes de terra aos encontros, reuniões, trocas etc. O que impera na cidade industrial é a segregação socioespacial do espaço urbano, que nega tanto a cidade, porque se torna produto ao invés de obra, quanto o urbano, cujo conteúdo reside no valor de uso e na apropriação de tempo e espaço, rompendo deste modo a cidade tradicional. (ARAÚJO, 2012, p.142)

No campo da arquitetura e urbanismo, no que toca o planejamento das cidades, exemplo ícone do pensamento urbanístico são as reformas urbanas empreendidas pelo Barão de Haussmann em Paris, entre 1853 e 1870, que dilaceraram o coração tortuoso e vivo da cidade medieval, abrindo-a em vastos bulevares a serem povoados por edificações padronizadas.

Tal modalidade de intervenção moderna, de certo modo, ainda predomina ou é ressaltada como pensamento ideal no planejamento e na construção de nossas cidades. Os espaços racionalmente organizados, as vias cartesianamente

desenhadas, as máquinas de morar dos grandes conjuntos habitacionais, a separação criteriosa de todas as funções urbanas: esse espaço concebido por tecnocratas a serviço da modernização representava, para Lefebvre, a negação de tudo que a cidade tinha de mais positivo, o encontro, a diversidade, o imprevisível. (TONUCCI, 2013).

Exemplos recentes destes processos concretizam-se com os projetos urbanos para os grandes eventos e com as operações urbanas consorciadas, ambas portadoras do discurso da “renovação urbana”, principalmente das áreas centrais, também denominados como *city marketing* entre outros tantos slogans desenvolvimentistas, que na verdade se consolidam como processo gentrificadores. Exemplo disso é abertura da Avenida Central por Pereira Passos (1905), o Porto Maravilha no Rio de Janeiro (2009-2016), o Plano de Avenidas de Prestes Maia (1938) e a Nova Luz (2005) em São Paulo, as remoções forçadas do Plano de Aceleração e Crescimento (PAC) (2007-data atual) e as obras da Copa (2010-2014), e a expulsão dos pobres para a periferia precária praticada pelo mercado imobiliário, dos longínquos conjuntos habitacionais – antes Banco Nacional de Habitação (BNH) (1964-1971), hoje, Minha Casa Minha Vida (2009-data atual).

Cidade na globalização

A industrialização acelerou o processo de mundialização cuja principal característica foi a disseminação das relações de produção e da lógica produtivista capitalista, que visam crescimento econômico, destroem as particularidades locais em favor de uma homogeneização que viabiliza a constituição de um mercado em nível global. (ARAUJO, 2012).

Nas últimas décadas, com a injeção de crédito para o mercado imobiliário para a indústria automobilística e para as grandes obras, nossas cidades têm se desenvolvido a partir de um intenso processo de mercantilização e de privatização,

que atende principal e majoritariamente aos interesses de acumulação das elites, em detrimento das necessidades coletivas e cotidianas de seus moradores (TONUCCI, 2013).

A “globalização” efetua uma guinada em direção ao neoliberalismo que enfatiza, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. As chamadas cidades “globais” do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa remuneração que, por sua vez, se fundem aos marginalizados e desempregados.

O neoliberalismo transformou as regras do jogo político: a governança (ascendência da autoridade do capital) substituiu o governo (autoridade pelo Estado). A lei e as parceiras público-privadas sem transparência substituíram as instituições democráticas. A desordem do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades diretas baseadas em solidariedade sociais.

O que pesa sobre nossa cotidianidade, o consumo dirigido é a afirmação de uma única verdade de uma ideologia do crescimento econômico, e esta ideologia marca a fase de mundialização do capitalismo industrial e, conseqüentemente, da cidade industrial.

Vale ressaltar que, no auge do processo de globalização contemporâneo, a competição entre cidades tornou-se uma realidade e o *marketing* urbano se impôs. Se na era do capitalismo industrial o solo urbano e a cidade como um todo, já tinha assumido o papel de mercadoria por excelência, em decorrência da especulação imobiliária. Tal função atinge, na era do capitalismo pós-industrial, uma potencialidade ainda maior em suas diferentes configurações. As cidades se tornam aliadas da indústria turística e do capital especulativo urbano. Este, por sua vez, encontra no simulacro da espetacularização da cidade seu maior poder de sedução, tal como Baltimore, San Francisco, Las Vegas, Barcelona, Xangai, Dubai, Curitiba, Rio de Janeiro entre outras. (MAGNAVITA, 2006).

Contudo, pode-se antever os limites desse modo de crescimento econômico e o quanto este sistema econômico tem nos assolado nestes últimos anos, seja pela crise ecológica sem precedentes, seja pela colonização da cidade pelo *business*, seja pela crise da cidade, tomada como “um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado” (ROLNIK, 2015, p. 32), conduzida pela segregação socioespacial que, dentre outras coisas, produz aumento da desigualdade social, da pobreza, da exploração e uma alarmante violência.

Império e biopoder

Nesse cenário, buscamos fazer uma leitura da cidade atual na perspectiva do conceito de metrópole de Agamben, que descreve o termo como o

novο tecido urbano que se funda paralelamente aos processos de transformação que Michel Foucault definiu como passagem do poder territorial, da antiga soberania, ao biopoder moderno, que é na sua essência, segundo Foucault, governamental (AGAMBEN, 2010, p. 1).

Consideramos, também, a recomendação de Antonio Negri, que nos indica a necessidade de uma reconstrução da metrópole. Isso significa reencontrar o comum, construir proximidades metropolitanas em busca de novas formas de democracia biopotentes. “A metrópole é livre, a liberdade da metrópole nasce da construção e reconstrução que a cada dia ela opera sobre si mesma e de si mesma.” (NEGRI, 2008, p. 208).

Conforme dito anteriormente, na esteira de Antonio Negri, a metrópole está para multidão assim como a fábrica estava para a classe operária. Nesse sentido, no capitalismo contemporâneo, são as cidades e não mais as fábricas os espaços da produção.

Isso porque, hoje, a indústria não ocupa mais a posição hegemônica no seio da economia. No nível qualitativo, e não no quantitativo, “a indústria não mais impõe suas características a outros setores da economia e às relações sociais de modo mais geral” (HARDT, 2011). Como diz Hardt (2011): “sustentamos que a produção biopolítica ou imaterial está assumindo este papel dominante.”

Atualmente, o capitalismo apresenta-se como capitalismo global (organizado em redes, pois a produção envolve não só as metrópoles e centros, mas incluem as periferias como produção barata de insumo, ou seja, inclui o mundo inteiro), cognitivo (atualmente o conhecimento se destina à produção de mais conhecimento, diferente da produção industrial baseada predominantemente nos fatores energia e trabalho) e financeiro (as finanças constituem a base da governança). Configuram-se, também, novas relações de produção, “na qual o trabalho imaterial é ligado à produção de subjetividade e de novas formas de vida”. (RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2014, p. 71).

Nesta lógica econômica, “a dimensão cultural e cognitiva da produção ganha maior importância e o valor de um produto passa a ser determinado não só pelos custos de produção, mas também por uma série de valores subjetivos agregados a ele. Nessa nova relação entre capital e subjetividade, é o consumo das *formas de vida*, mais do que de bens materiais, que sustenta a promessa de uma vida feliz. Para Pelbart (2011), essa captura do desejo coletivo contribui para a manutenção das relações de poder na contemporaneidade.” (RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2014, p. 71).

Hardt e Negri (2001), tendo em vista essas novas formas do capitalismo contemporâneo (global, cognitivo e financeiro), denominam o atual período político econômico de Império. O Império, de acordo com os autores, não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. Ele é um aparelho de descentralização e desterritorialização, que incorpora gradualmente o mundo inteiro no interior de suas fronteiras abertas e em expansão, incluindo as nossas vidas e os nossos desejos. Segundo pontuam Rena, Berquó e Chagas (2014, p. 72), retomando proposições de Hardt e Negri, “Dessa forma, o capital Imperial

administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando biopolíticas e reguladoras.”

Pelbart (2011) também contribui para compreensão deste conceito:

[...] O império é uma nova estrutura de comando, em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado. O Império, diferentemente do imperialismo, é sem limites nem fronteiras, em vários sentidos: engloba a totalidade do espaço do mundo, apresenta-se como fim dos tempos, isto é, ordem a-histórica, eterna, definitiva, e penetra fundo na vida das populações, nos seus corpos, mentes, inteligência, desejo, afetividade. Totalidade do espaço, do tempo, da subjetividade. Jamais uma ordem política avançou a tal ponto em todas as dimensões, recobrando a totalidade da existência humana. No entanto, esse poder já não se exerce verticalmente, desde cima, de maneira piramidal ou transcendente. Sua lógica, em parte inspirada no projeto constitucional americano, é mais “democrática”, horizontal, fluida, esparramada, em rede, entrelaçada ao tecido social e a sua heterogeneidade, articulando singularidades étnicas, religiosas, minoritárias. O império coincide com a sociedade de controle, tal como Deleuze e Foucault, a havia tematizado. (PELBART, 2011, p. 81).

Cabe destacar que o conceito de Império não busca uma releitura do imperialismo. O Império não obedece fronteiras em vários sentidos, ele engloba o espaço, domina o tempo e penetra na subjetividade das populações, numa ordem que visa à produção e à reprodução da própria vida. Se antes o poder soberano era exercido no interior de uma sociedade disciplinar, o novo sistema exerce o biopoder numa sociedade de controle⁴ (PELBART, 2011).

Em substituição aos dispositivos disciplinares que antes formatavam nossa subjetividade, surgem novas modalidades de controle. Em lugar do espaço esquadrinhado pela família, escola, hospital, prisão, fábrica, tão característicos do período moderno [...], a sociedade de controle funciona através de dispositivos e agenciamentos de monitoramento mais difusos,

⁴ O tema de sociedade de controle é tratada em DELEUZE, Gilles. Sobre As Sociedades De Controle, Post-Scriptum. In Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

flexíveis, ondulantes [...], incidindo diretamente sobre o social, o mental e o ambiental (PELBART, 2011, p. 81-82).

Pelbart (2011) trata a biopolítica no sentido foucaultiano do poder sobre a vida, mas também como a potência da vida, poder de afetar e ser afetado. Segundo o autor, o biopoder está ligado com a mudança fundamental na relação entre poder e vida. Na concepção de Foucault, o biopoder se interessa pela vida, pela produção, reprodução, controle e ordenamento de forças. A ele competem duas estratégias principais: a *disciplina* (que adentra o corpo e dociliza o indivíduo para otimizar suas forças) e a *biopolítica* (que entende o homem enquanto espécie e tenta gerir sua vida coletivamente). Conforme a noção disciplinar, a vida passa a ser controlada de maneira integral, a partir da captura, pelo poder, do próprio desejo. Desse modo, o conceito de biopoder se expande para o conceito de biopolítica.

A ampliação desta acepção de biopolítica por Hardt e Negri situa o conceito como algo que acontece plenamente na sociedade de controle, na qual o poder subsume toda a sociedade, suas relações, e penetra nas consciências e corpos. Assim, as subjetividades são absorvidas pelo Estado.

Através de redes flexíveis, moduláveis e flutuantes, o poder muda de figura, amplia seu alcance, penetração, intensidade, bem como sua capacidade de mobilização. [...] Trata-se de uma forma de poder que rege e regulamenta a vida social desde dentro, seguindo-a, interpenetrando-a, assimilando-a e a reformulando. O poder não pode obter um domínio efetivo sobre a vida inteira da população a menos que se torne uma função integrante e vital que cada indivíduo abraça e reativa por sua própria conta e vontade. É nesse sentido que a vida torna-se um objetivo de poder, não só na medida em que o poder tenta se encarregar da vida na sua totalidade, [...] mas sobretudo quando esse procedimento é retomado por cada um de seus membros. O que está em jogo nesse regime de poder, de qualquer modo, é a produção e a reprodução da vida ela mesma. (PELBART, 2011, p. 82).

Segundo Hardt e Negri (2014), o triunfo do neoliberalismo não só mudou os termos da vida econômica e política, mas operou uma transformação social e antropológica, fazendo emergir novas figuras de subjetividade, que se caracterizam por subjetividades empobrecidas e paralizantes. Assim as resumem, inicialmente:

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o endividado, o controle das informações e das redes de comunicação criaram o mediatizado. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o securitizado. E a corrupção da democracia forjou um figura estranha, despolitizada: o representado (HARDT; NEGRI, 2014, p. 21).

Para Hardt e Negri, essas figuras subjetivas são o terreno sobre o qual e contra o qual os movimentos de resistência e rebelião devem agir mostrando toda a capacidade de recusá-las e de criar novas subjetividades que surgiriam como focos de resistência e criação – o que efetivamente já vem acontecendo. Os autores indicam que aqueles movimentos se comunicam em “frequências de ondas abertas para todos. (...) [que] só podem ser ouvidas por aqueles envolvidos na luta” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 13).

Pois, diante dum cenário da hegemonia triunfante, não devemos nos embalar por um determinismo apocalíptico e perverso. Precisamos, a contrapelo das forças hegemônicas, “examinar as novas possibilidades de reversão vital que se anunciam nesse contexto. [...] Essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva à mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias”. (PELBART, 2011, p. 21). São experiências micropolíticas, instaladas nas fissuras dos espaços hegemônicos, que dão corpo e movimento à essas novas possibilidades de se fazer cidade, não sucumbindo à hegemonia do capital.

Isso significa que o poder desterritorializante que subsume toda sociedade ao capital, “ao invés de unificar tudo, cria um meio de pluralidade e singularização não domesticáveis” (PELBART, 2011, p. 83). Na inversão de sentido do termo biopolítica, esta deixa de ser o poder sobre a vida, e passa a ser o poder da vida (PELBART, 2011), ou o que poderíamos chamar também de biopotência.

Pois mesmo vivendo em uma sociedade do consumo, de acordo com Montaner e Muxí (2014), o consumo nos caracteriza como sujeitos contemporâneos e nos permite certas margens de escolha. Escolhemos marcas, tipos de produtos, lojas e

embalagens, e essa possibilidade de escolha têm um forte poder determinante. As tendências dos consumidores indicam necessariamente em quais direções as empresas devem ir com seus produtos. Podemos ser consumidores responsáveis e solidários, em uma nova era pós-consumo, em que sejamos conscientes das repercussões em cadeia que cada escolha traz consigo (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 109)

Nessa perspectiva mais ampla, é importante entendermos esta multiplicidade de sentidos e possibilidades:

[...] Definir o Império como regime biopolítico implica esse duplo sentido: significa reconhecer que nele o poder sobre a vida atinge uma dimensão nunca vista, mas por isso mesmo nele a potência da vida se revela de maneira inédita. Muito cedo, o próprio Foucault intuiu a natureza desse paradoxo: aquilo mesmo que o poder investia – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele, numa reviravolta inevitável. [...] é a multidão, e não o Império, em última instância, que cria, gera e produz novas fontes de energia e de valor que o Império tenta modular, controlar, capitalizar. [...] a lógica imperial do pós-moderno, com seu espaço liso e desterritorializante, removeu os últimos obstáculos para a subsunção real e total da sociedade ao capital. Foram varridos com isso os Estados-nação, a separação público/privado, a sociedade civil, instituições com função de mediação, e como nunca o biossocial foi sequestrado. Mas com isso, ao mesmo tempo, essa lógica pôs a nu as sinergias de vida, os poderes virtuais da multidão, o poder ontológico da atividade de seus corpos e mentes, a força coletiva de seu desejo, e por conseguinte a possibilidade real de ela reapropriar-se dessa sua potência. (PELBART, 2011, p. 83-85).

1.2 Forças hegemônicas na produção do espaço urbano

Pensar em possibilidades na produção da cidade contemporânea, no contexto da emergência das sociedades do capitalismo atual, global, cognitivo e financeiro, marcadas por grandes transformações das práticas *de saber e poder*, faz-se necessário, uma vez que a cidade apresenta-se como o lugar tanto do capital perverso, com suas forças hegemônicas, quanto do público, com suas subjetividades singulares e coletivas.

Esta produção hegemônica da cidade pelo capital extrapola seus limites econômicos, ambientais, sociais e urbanos, estando implicada na vida e em todas as relações vitais.

Pelbart (2011) assinala que a defesa da vida tornou-se um lugar comum, mas também a vida tornou-se o alvo supremo do capital. E ainda de forma mais enfática, o autor considera que “a vida mesma tornou-se um capital, senão ‘o’ capital por excelência” (PELBART, 2011, p. 13).

Afinal, o que é nos vendido o tempo todo, se não isto: maneiras de ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morar e de vestir. O que de fato consumimos, mais do que bens, formas de vida” (PELBÁRT, 2011, p.20), para todos os estratos sociais, até mesmo os mais carentes da população”..

De acordo com Paoli e Rizek (2007), a democracia passa por uma desregulamentação acelerada das relações sociais, dos bens e dos espaços públicos. Há a instauração de uma crise generalizada no mundo contemporâneo, deflagrado sobretudo:

[...] a partir da destruição de direitos, das transformações de mercado falseadas como “modernas”, do descaso diante da questão social e do desemprego, do rebaixamento do estatuto do trabalho e da despolitização dos conflitos de classe e dos movimentos sociais autônomos, do

aprofundamento da desigualdade, da implantação nas cidades da desmedida e da barbárie da indiferença em relação à miséria, da violência como mediadora da questão agrária, da dilapidação do patrimônio público, da tentativas de desarmar todos os meios de controle público sobre a desmesurada ganância das corporações, da introdução da filantropia e da responsabilidade empresarial como substituição das políticas públicas”. (PAOLI; RIZEK, 2007, p. 9).

O que se vê, então, é uma expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital, por meio de mecanismos cuja inventividade e perversão parecem ilimitadas.

Pelbárt enfatiza esta expropriação como uma vampirização, para a qual o capital se utiliza de diversos meios, instrumentos, operadores, que aqui chamamos de narrativas dominantes. O capital torna-se nômade, estabelecendo-se em todas as instâncias da subjetividade, capturando/vampirizando até a alma. (PELBÁRT, 2011, p. 19)

Conforme o autor, o novo capitalismo

[...] não só penetra nas esferas as mais infinitesimais da existência, mas também as mobiliza, ele as põe para trabalhar, ele as explora e amplia, produzindo uma plasticidade subjetiva sem precedentes, que ao mesmo tempo lhe escapa por todos os lados. (PELBÁRT, 2011, p. 20).

Essa conjuntura implica diretamente as dinâmicas de produção da cidade contemporânea, que está em consonância com o que Vainer ([s.d.], p. 10) chama de uma “forma nova de regime urbano,” na qual esta nova dinâmica urbana se apresenta totalmente despojada de utopias sociais, e, definitivamente, descortina sua conotação mercadológica.

Entendemos que as novas formas de exercício do poder, que atravessam e tensionam a produção da cidade contemporânea, apontam tanto para a disseminação ainda recorrente de um pensar urbanístico “baseado principalmente em bases de dados estatísticos, objetivos e genéricos” (JACQUES, 2007), “que eventualmente

questionam e problematizam os enunciados de consenso” (MAGNAVITA, 2006), quanto para a captura dos instrumentos urbanísticos e, logo, do próprio urbanismo enquanto campo disciplinar, colocando-os à disposição das “novas modalidades de exercício hegemônico” (VAINER, [s.d.]).

Um exemplo da práxis hegemônica é o planejamento estratégico e seus modelos de intervenção urbana, que “curiosamente” correm em fase com os regimes mercadológicos vigentes; sinalizando a grande contribuição do urbanismo e do planejamento urbano para “[...] a afirmação, sem mediação, da democracia direta do capital” (VAINER, [s.d.]). Sobre esse fato, Magnavita acrescenta:

Em decorrência de experiências mais recentes sob a égide do novo estágio assumido pelo capitalismo num mundo globalizado e altamente competitivo, a forma de planejar cidades, particularmente as do primeiro mundo, tem demonstrado adotar novos pressupostos. Tal forma, agora totalmente despojada de utopias sociais, vem assumindo, definitivamente, a conotação mercadológica de uma produção de bens de consumo, tanto materiais quanto simbólicos, e cuja tônica é de competir e aferir lucros dos investimentos alocados. Para tanto, tais ações pressupõem a criação de imagens urbanas pontuais, sedutoras, singulares à guisa de simulacros, devendo as mesmas promover diferentes níveis de fruição, e para tanto, conta com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação e da indústria turística, as quais vêm contribuindo para potencializar o processo de subjetivação individual e coletiva visando e estimulando o consumo de cidades. (MAGNAVITA, 2006, p.51).

As concepções de cidade que subjazem a tais processos estão cada vez mais difundidas em todo o mundo. À luz desse fato, Marques (2010, p. 61) nos esclarece

[...] o quanto o saber hegemônico difundido na academia, assim como as opções de como se projetar e construir elencadas pelos arquitetos urbanistas respondem às subjetividades das vertentes do urbanismo contemporâneo, sejam essas advindas do *new urbanism*, do planejamento estratégico, do *urbanism extra-large*, da cidade genérica, do marketing urbano.

Para Teobaldo (2010), os novos espaços urbanos são cada vez mais comuns e produzidos através de uma arquitetura espetacular e um urbanismo integrado aos padrões éticos e estéticos da mundialização. Segundo Lima (2004, p. 1), “nasce uma

arquitetura do espetáculo para encenar lugares públicos, uma teatralização da vida pública”, que na verdade exclui/gentrifica as populações locais, sobretudo pobres.

É importante ressaltar que este processo é regido pelo poder político e pelos interesses corporativos. Estão instalados nas (re)configurações das novas formas de exploração e de gestão do território público, recentemente combinada à forma corporativa, que envolvem poder público e iniciativa privada – as chamadas operações urbanas consorciadas, ou parcerias público-privadas, se conformam como urbanismo espetacular, que visa a mera especulação financeira, que destitui a compreensão da cidade enquanto processo humano e produção social, lugar fundamental de trocas e de estabelecimento de vínculos sociais (FERNANDES, 2006).

Além do mais, estes processos não são um fenômeno restrito às cidades de países desenvolvidos. Trata-se de um fenômeno global, presente nas cidades latino-americanas, podendo ser notado também nas cidades brasileiras.

Podemos citar alguns exemplos destes empreendimentos no Brasil: os Mega Eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro (RJ); o planejamento de novos Planos Setoriais, Reformas Urbanas, e Planos de Novos Centros como o Novo Centro de Belo Horizonte (MG), Projeto Nova Luz em São Paulo (SP) – que promovem ações gentrificadoras em busca de um urbanismo espetacularizado e homogeneizador.

O conceito de gentrificação vem, assim, designar este novo processo de recomposição (e substituição) social verificado no espaço urbano, ligado muitas vezes às modalidades de intervenções citadas acima, como as de reabilitação urbana das habitações nos centros antigos das cidades, mediante investimentos estatais ou privados.

Na verdade, indica um processo de *emburguesamento* de bairros históricos, ou seja, uma acentuação da conotação residencial alto-burguesa ou mesmo uma transformação nesse sentido de bairros anteriormente conotados de maneiras diferentes. Trata-se de um fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia dos espaços de habitat populares das áreas antigas centrais, que implica expulsão dos antigos residentes, logo segregação residencial, culminando com um aprofundamento da divisão social do espaço urbano (MENDES, 2008, p.6).

A gentrificação, prossegue o autor,

[...] – pelo processo de substituição social nela implicado de classes de menor estatuto socioeconômico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação socioespacial nas áreas onde o fenômeno tem lugar. Nestes termos, ao mesmo tempo, que produto social e meio, o espaço é também instrumento da ação, meio de controle, logo, de dominação e de poder, que produz simultaneamente uma hierarquia dos lugares centrada no processo de acumulação, uma (re)centralização do poder. O desenvolvimento de parcerias público-privadas constitui um verdadeiro subsídio aos mais ricos, ao tecido empresarial mais poderoso e às funções e relações estratégicas de controle, poder e dominação do espaço urbano, condição fundamental na perpetuação da reprodução do capital, premissa essencial para o suporte do sistema de produção e consumo capitalista. (MENDES, 2008, p. 6).

Ainda segundo Mendes, para que haja gentrificação no espaço urbano tem de se dar uma coincidência entre quatro processos:

i) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado; ii) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; iii) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitetônicas; iv) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade. (MENDES, 2008, p. 5).

Estes processos evidenciam a hegemonia da práxis do capital que está implícita nas diversas instâncias da produção das cidades.

Jacques denomina parte desses processos como “espetacularização urbana”, que ocasiona o empobrecimento das experiências, a negação dos conflitos e a redução

da vitalidade do espaço urbano, como por exemplo a diversidade social e econômica dos cidadãos, assim como o seu uso e modo de apropriação. E, de forma geral, pacificam o espaço público com seus holofotes e ordenamento, e, muitas vezes, tornam-se projetos gentrificadores, que transformam o território para que se tornem espaços luminosos, midiáticos e espetaculares. Estes processos provocam de forma enfática “A pacificação do espaço público, através da fabricação de falsos consensos, busca esconder as tensões que são inerentes a esses espaços e, assim, esteriliza também a própria esfera pública.” (JACQUES, 2010, p. 195).

O aspecto crucial da configuração social e urbana das cidades é o do empobrecimento da experiência urbana dos seus habitantes, cujo espaço de participação civil, de produção criativa e vivência afetiva não apenas está cada vez mais restrito quanto às suas oportunidades de ocorrência, mas, inclusive, qualitativamente comprometido quanto às suas possibilidades de complexificação, singularidade e relação com o outro. (BRITO; PEREIRA; JACQUES, 2010, p. 10).

A cidade e a crise urbana

Podemos dizer que, ao longo da história recente, há um estreito relacionamento entre o capital e os processos de construção das cidades. Partilhamos da ideia de David Harvey de que vivemos mais uma crise do capitalismo com base principalmente nos processos de urbanização. De acordo com o autor, nos últimos 30 anos houve uma enormidade de crises financeiras, contabilizando-se, desde 1970, 397 crises financeiras no mundo. Muitas dessas crises têm sua base nos processos de urbanização, e foram causadas por especulações imobiliárias com recursos do mercado financeiro (HARVEY, 2011).

Uma das grandes questões dessa crise urbana é o fato de que, a partir de 1970, o excedente de dinheiro do capital (superávit) vem sendo cada vez mais aplicado na compra de ativos, ações, direitos de propriedade, inclusive intelectual, e, é claro, em propriedade imobiliária, ao contrário das décadas anteriores, em que se reinvestia em novos meios de produções, gerando novos empregos (HARVEY, 2009).

Atualmente, tanto o mercado quanto o Estado têm voltado os investimentos principalmente para o setor imobiliário, elevando os preços da propriedade imobiliária e assegurando os ganhos do capital. Tais práticas não tornam uma cidade melhor, e sim mais cara. Além disso, na medida em que querem construir condomínios de luxo, casas exclusivas, grandes projetos de renovação urbana pautados em uma produção de arquitetura *star system* gentrificadora, expulsam os mais pobres para locais distantes, subtraindo o direito à cidade dessas pessoas.

Entretanto, produzem-se também incentivos para que esse processo de construção da cidade alcance as pessoas mais pobres. Há o aumento salarial e é criado um sistema de financiamento para a compra da habitação, o que na verdade se transforma em um grande mecanismo de endividamento, ou seja, em uma “economia da dívida”, que em conjunto com dinâmica de investimentos de capitais na produção e comercialização dos espaços urbanos revela a crescente mercantilização da cidade que desembocou na crise global atual (HARVEY, 2009).

No intuito de salvar e equilibrar a economia, o Estado torna-se um agente eficaz neste processo, em que, contraditoriamente, a injeção de recursos públicos destina-se mais para salvar o sistema financeiro e resgatar os agentes do capital do que para garantir os direitos sociais prejudicados pelos efeitos da crise (HARVEY, 2009).

Em relação à cidade brasileira contemporânea, esta é resultado da combinação de dois mecanismos complementares: “a livre mercantilização e a perversa política de

tolerância com todas as formas de apropriação do solo urbano (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2011, [s.p.]).⁶

Como afirmam Ribeiro e Santos Junior (2011, [s.p.]),

A livre mercantilização permitiu a aliança entre as forças que comandam o projeto de desenvolvimento capitalista, os interesses das firmas internacionais e as frações locais da burguesia mercantil inseridas no complexo conformado pela tríade produção imobiliária-obras públicas-concessão de serviços públicos. O Brasil urbano foi desenhado pela ação dessa coalizão mercantilizadora da cidade, tendo o Estado como facilitador, seja protegendo os interesses da acumulação urbana da concorrência de outros circuitos, seja realizando encomendas de construção de vultosas obras urbanas ou pela omissão e/ou não cumprimento de seu papel de planejador do crescimento urbano. Omissão que, além de servir à mercantilização da cidade, teve papel fundamental na transformação do território em uma espécie de fronteira interna da expansão capitalista, aberta à ocupação livre da massa expropriada do campo.

E como reagir a este movimento hegemônico? Ribeiro e Santos Junior (2011) apontam os movimentos sociais como reação a esta dinâmica de formação, crescimento e transformação das cidades brasileiras que sintetiza duas questões nacionais cruciais que se inserem no Estatuto da Cidade:

A primeira é a questão democrática, que se

[...] traduz na capacidade da cidadania ativa de substituir a coalizão de interesses que tem sustentado o processo de acumulação urbana recente, por um regime político republicano capaz de assegurar a todos o direito à cidade, isto é, o direito à participação nos processos deliberativos que dizem respeito à cidade, à coletividade urbana e seus destinos (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2011, [s.p.]).

⁶ Texto originalmente publicado na versão impressa e eletrônica do Le Monde Diplomatique Brasi, ANO 4, Número 45, Abril de 2011

A segunda questão é a distributiva,

[...] referindo-se à quebra do controle excludente do acesso à riqueza, à renda e às oportunidades geradas no (e pelo) uso e ocupação do solo urbano, assegurando a todos o direito à cidade como riqueza social em contraposição a sua mercantilização (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2011, [s.p.]). .

Acreditamos que continua válida a classificação histórica inferida a partir das leituras de Lefebvre (no período de 1960) define como crítica até o presente momento.

Porque não dá para superar o que estamos vivenciando sem antever uma catástrofe, uma ruptura profunda (descontinuidade) deste círculo vicioso de crescimento “a todo custo” Talvez seja por conta dessa compreensão Lefebvre tenha elevado a condição urbana de reforma para revolução (ARAÚJO, 2012, p. 139).

Harvey também aposta que essa crise é basicamente uma crise de urbanização, então a solução deve ser uma urbanização diferente, e é aí que a luta pelo direito à cidade se torna crucial, porque a partir deste entendimento mais amplo de “fazer cidade” tem-se a oportunidade de fazer algo diferente (HARVEY, 2011).

Por fim, Hardt e Negri (2014, p. 99) ressaltam a necessidade de uma participação democrática direta, para tomadas de decisão sobre os bens comuns, e não por meio de representantes eleitos e especialistas. Essa distinção suscita uma questão constitucional básica. Nas constituições atuais, o direito público e o poder público são definidos em conjunto com o privado, e são subordinados ao controle privado com respeito à organização representativa liberal do Estado.

Para conduzir essa perspectiva, os autores levantam duas questões:

A primeira envolve um princípio abstrato, mas fundamental, de elaborar uma lei a respeito do comum, isto é, criar um processo legal do comum, que é necessário para comunidade de cidadãos controlar e administrar o bem. A segunda questão envolve criar um sistema de gestão que incorpora a participação democrática como terreno político que se refere tanto à

propriedade quanto à gestão. Falar a respeito de bens comuns, então significa construir um processo constitucional que concerne a um conjunto de bens administrados mediante a participação direta dos cidadãos. (NEGRI; HARDT, 2014, p. 99).

A educação e a política emergem, assim, como aspectos fundamentais de transformação, pois tornar-se comum é uma atividade contínua, orientada pela razão, vontade e desejo da multidão, que deve passar por uma educação de seu conhecimento e afetos políticos. A fim de construir a sociedade e produzir um processo constituinte, os cidadãos não são obrigados a imaginar e a se subordinar a uma vontade geral imperial, mas podem criar o comum por intermédio de um processo que tece a vontade de todos (HARDT; NEGRI, 2014, p. 100).

O comum é sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade. Às vezes chamamos essa realidade de multidão porque quando se fala de multidão, de fato, se fala de toda uma série de elementos que objetivamente estão ali e que constituem o comum. Mas o problema é simplesmente ser comuns ou ser multidão, o problema é fazer multidão, construir multidão, construir comum, construir comumente, no comum. Este fato é cada vez mais fundamental (NEGRI, 2005, p. 6).

1.3 E nós arquitetos e urbanistas?

É justamente esse contexto econômico antidemocrático pautado no neoliberalismo do início do século XXI que constitui o campo de ação dos grandes projetos dos arquitetos ocidentais. Os modelos arquitetônicos e urbanos são traduzidos sem ser repensados, mesmo sendo vendidos sob um discurso midiático têm demonstrado ineficácia e falta de sustentabilidade.

Nesse cenário, a cidade vai se transformando, cada vez mais, no lugar do negócio financeiro, com operadores mais poderosos e mais incontroláveis do que nunca, que

realizam o investimento. Nesse sentido, cada cidade é um lugar que pode ser explorado a fim contribuir com o capital global; certas morfologias urbanas expansivas e dispersas, tipologias arquitetônicas como os arranha-céus e mecanismos neoliberais de gestão são os que favorecem esses interesses. (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 21).

Diante disso, o modelo dominante do arquiteto liberal, que se impôs após a II Guerra Mundial, procura reviver o modelo individualista do arquiteto como artista singular, um criador com uma linguagem pessoal que vai além dos condicionamentos construtivos, das políticas de gestão e dos problemas sociais.

O arquiteto passou da esfera da liberdade do artista nas vanguardas para aquela da regulamentação profissional liberal, e isso em um duplo sentido: como técnico liberal e autônomo, protegido por sociedades profissionais e como indivíduo de pensamento liberal e não especificamente comprometido em termos políticos.

Motaner e Muxí (2014) destacam que

A partir do surgimento do movimento moderno, dos conflitos dentro da Bauhaus e da realização dos CIAM, consolidou-se esta dualidade nas teorias e propostas dos arquitetos: por um lado, a primazia da visão social, usando a tecnologia de uma maneira emancipadora, de Ernst May, Walter Gropius, Hannes Meyer e Karel Teige, para os quais o arquiteto deve ser um técnico a serviço da sociedade, do trabalho coletivo e da produção em série; por outro lado, a ênfase na sociedade liberal e na figura do arquiteto como criador, tal como sustentaram Le Corbusier, Ludwig Mies van der Rohe e Josep Lluís Sert. No entanto, com o tempo, será essa segunda posição que passará a predominar, uma vez que se adéqua melhor tanto à figura tradicional e elitista do arquiteto para o príncipe como ao funcionamento do sistema capitalista (MONTANER; MUXÍ, 2014, p.46)

Neste momento buscamos explorar o entendimento da subjetividade hegemônica dos arquitetos urbanistas contemporâneos. Na perspectiva escolhida para o desenvolvimento dessa dissertação, tornou-se necessário nos ocuparmos do saber como categoria de análise, de acordo com Foucault, tomando-o como uma

estratificação histórica (formas de expressão/o que se diz e formas de conteúdo/o que se vê)⁷. Partimos do pressuposto de que não há saberes desvinculados de poderes e de subjetivações. Os processos hegemônicos, aqui tratados como processos macropolíticos na produção da cidade, buscam relações que operam no sentido de garantir a consolidação de saberes, assegurando-lhes, assim, suas territorialidades. Ou seja, os agentes desta produção hegemônica promovem e influenciam tanto as instituições de ensino quanto as subjetividades de acordo com seus interesses. O que está em jogo numa sociedade do controle e capitalista como a nossa é que tais relações, quando hegemônicas, produzem os processos que promovem tipos e categorias de saberes que lhes convêm, atribuindo-lhes verdades a serem disseminadas. (MARQUES, 2011, p. 87)

Esses processos visam e trabalham para a consolidação desse campo de conhecimentos específicos, traduzem a presença de agentes sociais, políticos e econômicos que defendem certos interesses e que, posteriormente, serão disseminados prática e conhecimento profissionais específicos. Tais saberes hegemônicos, constituídos por ações, práticas, pensamentos, construção de subjetivações daqueles que dizem, no campo da arquitetura e do urbanismo, através de seus escritos, teorias, projetos, edificações, passando a orientar as instituições de ensino e o exercício profissional. Geridos, agenciados e explorados pelos poderes e pelas subjetividades em cena, esses saberes acabam sendo naturalizados e consumidos acriticamente por muitos estudantes, professores e profissionais do mercado (MARQUES, 2011, p. 88). No campo da formação dos arquitetos urbanistas, em geral, observamos que:

[...] De regra, na formação disciplinar acadêmica, a instituição de ensino, como “dispositivo” de poder, evidencia o(s) saber(es). Estes, atrelados a uma “formação discursiva”, no sentido de um conjunto de enunciados

⁷ Ver FOUCAULT, M. As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999, apud MARQUES, 2011.

reproduzidos à exaustão, se encontram frente às diminutas criações que eventualmente questionam e problematizam os enunciados de consenso. Evidenciando a variável saber, as instituições de ensino visam sua reprodução e produção, colocando em segundo plano as relações de poder que permeiam esses saberes e num terceiro plano ainda, e isso, quando o fazem, a questão dos processos de subjetivação (de docentes e discentes em suas individualidades). Poder e subjetivação não recebem, pois, como o saber o devido enfoque. No mais das vezes eles acabam reduzidos à uma percepção molar (macro), e isso, através de considerações genéricas relacionadas com o aparelho de Estado e/ou com as classes sociais, e muito menos com os micropoderes das instituições de ensino e de seus docentes. E tudo, de regra, sob a forma de pensar sedentária no âmbito de um espaço estriado e, raramente, no entendimento ou na presença do pensamento nômade, o qual não se deixa sobrecodificar, cria novas questões e problematizando-as visa caracterizar novos fatos e versões na construção de histórias. (MAGNAVITA, 2006, p. 4).

Entrelaçam-se na construção das formas de pensar, o exercício específico do saber, o exercício do poder que permeia esse saber e os processos de subjetivação que contribuíram para a construção de subjetividades de arquitetos urbanistas ao longo da história, em diferentes contextos: Privilégio da forma e visão preeminentemente estetizante, estratégicas, demiúrgicas, valorização da autoria dos projetos, crença no projeto como prospecção acabada da arquitetura, o conceito de tábula rasa como instrumento recorrente do urbanismo, determinismo, positivismo, padronização, cientificismo e muitas outras formas de enunciado, eis o que encontramos de mais recorrente nos discursos e ações dos arquitetos e urbanistas contemporâneos, desde os modernos.

Tais agenciamentos acabam por constituir o campo do saber erudito, específico, em que se posicionam e relacionam conhecimentos, experiências, ciências que reverberam na construção da subjetividade autorizada e com autoridade, por isso hegemônica desse meio.

Segundo Bourdieu (1983):

Isso se dá como uma luta pelo monopólio da competência científica (...) uma luta pela definição, isto é, a delimitação das competências, competência no

sentido jurídico do termo, vale dizer, como delimitação de uma alçada.“ – atribuição, terreno, atividade. O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.“

Percebemos nas escolas de arquitetura e urbanismo a busca, por exemplo, dos estudantes e professores, incomodados com essa conformação hegemônica e não encontrando espaço acadêmico para os saberes não hegemônicos, ou saberes mais plurais, por essas “outras” subjetividades fora da escola ou em programas de pesquisas e de extensão, quando estes relacionam o mundo acadêmico com a vida “lá fora”.

Já no campo profissional de arquitetura e urbanismo, podemos perceber que o foco é bastante restrito ao reduzido mercado da construção civil que (nem sempre) se vale da arquitetura. A arquitetura que impera é a da extrema verticalização ou espraiamento capitaneada pelo mercado imobiliário, a transfigurar sem culpa bairros tradicionais, produzindo prédios isolados no lote, cercados e murados, que renegam a rua e a cidade.

Ainda assim, o que se sobressai nesse cenário hegemônico acaba sendo, mais uma vez, o endeusamento da arquitetura autoral, de arquitetos eleitos, em que um croqui, uma frase e uma assinatura parecem bastar para explicar o que seja a boa arquitetura.

O problema está em alimentar a ideia de que a arquitetura autoral “de sucesso” (por conseguir publicar projetos nas revistas) é a única faceta da profissão digna de destaque, “a” atividade de referência na arquitetura, e que o atendimento ao mercado

de alto padrão é a única alternativa para trilhar um caminho profissional de reconhecimento e sucesso (FERREIRA, 2011).

Métodos hegemônicos

No campo da Arquitetura e Urbanismo, tanto na prática quanto no discurso, a leitura da cidade relaciona-se fortemente com imagens e mapas. Através da análise da produção, do uso e da circulação das imagens e mapas da leitura da cidade é possível compreender aspectos das práticas dos arquitetos e urbanistas que não são enunciados conscientemente em seus discursos. Pois, frequentemente, neste campo, a ilustração constitui o discurso, não o lugar onde ela habita e encontra sua origem. A figura se torna o próprio discurso e não um meio de representação do discurso.

Doreen Massey evidencia a importância e o risco das “conceituações implícitas de espaço” em nossa vida rotineira, “em nossa ordenação do mundo”. O risco de assumirmos como verdade a visão vertical, resultante do mapeamento que esconde o inesperado, o caos, as rupturas e as diferenças. Isso pode ocorrer simplesmente por nos deixarmos levar pelo “criativo e sofisticado” potencial de representação ordenadora dos mapas, que nos faz esquecer sua ligação direta com o espaço ao ampliar o uso do termo (mapas cognitivos, mapas de DNA). Uma visão que se torna a-espacial na medida em que apresenta trajetória única ao ignorar as “diferenças potenciais das trajetórias”, ao negar “as multiplicidades essenciais do espaço”, ao refrear a “abertura do futuro”. (MASSEY, 2012, p. 349)

Autores como Söderström (2000, p. 11, tradução nossa) acreditam que o instrumental tradicional dos urbanistas está em crise por “não estar atualizado com as configurações atuais do espaço urbano, nem com os objetivos desta disciplina”.

Segundo Söderström (2000, p.11, tradução nossa):

[...] as representações visuais tradicionais são adaptadas a um espaço homogêneo e métrico mais do que a um espaço reticular e topológico. Num contexto onde a conexão às redes de transporte e de comunicação importa tanto quanto a distância métrica, torna-se indispensável definir os meios de representação e de ação adequados.

Ao longo da história, o urbanismo mobiliza de forma sedimentada uma multiplicidade de visualizações e métodos de representação diferentes, com os quais as cidades e as paisagens são analisadas, planejadas e construídas até hoje:

A prática urbanística é baseada e implica diferentes tipos de instrumentos visuais: desde aqueles pré-existentes ao processo de concepção (fotos, mapas, esquemas, etc.), passando pelos documentos analíticos (produzidos a partir da solicitação e da análise da situação existente) aos documentos prescritivos e propositivos (como estudo de impacto, zoneamento, plano de massas, planta geral, etc.). (SÖDERSTRÖM, 2000, p. 85, tradução nossa).

Porém, essencialmente, todo esse repertório de técnicas permanece pouco inalterado, muito pouco questionado e problematizado, sendo ainda os dispositivos convencionais de inventário, análise quantitativa e legitimação dos futuros projetos de intervenção urbana.

Sérgio Ferro, em seu livro *O Canteiro e o Desenho*, ao analisar este mesmo repertório, constata que

[...] no modo de produção capitalista, os objetos arquitetônicos são mercadorias resultantes do processo de valorização do capital, e o desenho arquitetônico convencional é uma condição para transformar o produto arquitetônico em forma-mercadoria, isto é, um instrumento de divisão do trabalho no canteiro, necessário para a formação da mais-valia capitalista. Deve-se, então, desmistificar o papel do desenho arquitetônico. Segundo a crítica de Ferro, a produção da arquitetura sob o capitalismo submete o trabalho a um desencontro programado e violento, que o separa e reúne, aliena e re-totaliza, tendo o desenho como mediação necessária entre o trabalhador e o seu produto. O desenho domina a produção no canteiro de obras, possibilitando este tipo de imposição pelo capital e tornando o canteiro heterônomo: o comando vem de fora e se materializa no desenho. (FERRO, 2006, p. 106)

Como coloca Ferro (2006), o desenho vem de fora e chega pronto (é heterônimo), construindo uma relação exógena, buscando escamotear ou, contraditoriamente, revelando os registros sociais, econômicos, políticos sob os quais são construídas arquiteturas e cidades desde os modernos.

Mais recentemente, François Ascher (2010) continuou as discussões sobre as mudanças territoriais e do ambiente urbano. Chegou, assim, à constatação da crise dos métodos consolidados de observação das cidades e dos territórios urbanos, inserida numa prática usual de encadeamento linear diagnóstico>projeto (colocando em questão o uso “naturalizado” que se faz das plantas ou mapas nestes procedimentos).

Ascher (2010, p. 83) assinala:

O neourbanismo derruba assim a antiga cronologia que encadeava o diagnóstico, a identificação das necessidades e a elaboração eventual dos cenários, a definição do programa, o projeto, a realização e a gestão. Ele substitui essa linearidade por uma gestão heurística, iterativa, incremental e recorrente, isto é, através de ações que servem simultaneamente para elaborar e provar hipóteses, com realizações parciais que (re)informam o projeto e permitem procedimentos mais cautelosos e duráveis, pelas avaliações que integram o feedback e que se traduzem na redefinição dos elementos estratégicos.

É preciso considerar ainda a contribuição de Certeau, tal qual aponta Carolina Fonseca (2010, p. 11-12),

[...] na construção de um posicionamento crítico relativo à racionalidade devastadora do planejamento e do discurso urbanístico; à opção por um não-tempo, que ignora as práticas ordinárias urbanas; e à criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade, a partir da totalização de suas propriedades em operações especulativas e classificatórias [...]

Na perspectiva do autor, a cidade é hegemonicamente lida de cima, referenciando-se no sistema panóptico proposto por Foucault. Os procedimentos e técnicas deste sistema de visibilidade são a visão de Dédalo, que converte a complexidades das

pulsações do mundo urbano em situações homogêneas, fixando-as em espaço e tempo único.

Entretanto, tais pulsações (as apropriações, práticas, objetos e espaços “informais”) escapam incessantemente a este modo de apreensão da cidade, como, por exemplo, as ocupações de moradia pela população de baixa renda, os comerciantes informais/camelôs, as hortas comunitárias e até mesmo os ciclistas que se utilizam da bicicleta como meio de transporte diário, sendo vistos como ilegais em relação à a ordem da mobilidade urbana convencional. Estas situações ou ações acabam constituindo práticas ilegíveis e teimosas ao olhar do planejador do olhar de Dédalo, ou seja, são ignorados na representação da “cidade oficial”.

Para este tipo de planejador não cabem nas categorias do planejamento urbano sistemático, pois mostram semelhanças com as formas urbanas não legitimadas, classificadas como um não lugar, uma não cidade, tal como as favelas e tantas outras ocupações de luta por moradia.

Procuramos compreender que a produção das cidades também se faz pelos lugares não incorporados às ideias e, por conseguinte, pelas ideias que não apreendem de fato os lugares (MARICATO, 2000). A cidade é constituída por seus espaços e ações, formais e informais e precisamos cada vez mais ampliar o entendimento do “direito a cidade” para o direito de qualquer um fazer a cidade, não mais promovendo o desenvolvimento urbano para poucos e excluindo outros.

Assim, a problemática dos métodos e práticas de diagnóstico do atual planejamento urbano em face da complexidade e diversidade da cidade contemporânea, que cada vez mais é construída pela coletividade e pelas ações que escapam ao molde “legal” e convencional de “fazer cidade” - que passa pela autoridade, pelo Estado, pelo governo, pela governança (tal como foi colocada no início do capítulo) - propulsiona-

nos a problematizar estes procedimentos e, principalmente, a apontar e discutir alternativas metodológicas para a apreensão da cidade contemporânea.

[...] Se podermos nomear nossa Atualidade uma megarrede heterogênea *onde* não há estratos determinantes, nela não caberia procurar o fio de Ariadne em busca de uma visão totalizante. A infinitude de variáveis em jogo nos convida a exercer aqui *uma* certa miopia: ao deter-se neste ou naquele ponto singular, deixar ressoar a megarrede em toda a sua diversidade. Afinal, o que somos hoje senão fragmentos espalhados por essa miríade de linhas, aninhados em seus entroncamentos, seduzidos por suas bifurcações e ramificações? Por que então essa insistência em buscar no espelho do mundo apenas o reflexo opaco de nosso rosto demasiadamente humano? Talvez já pudéssemos abrir mão dessa miragem. Mais do que nunca, vemo-nos enlaçados pela heterogeneidade a mais estrangeira, a mais avessa, simplesmente inumana. Ao ver roubado nosso reflexo, estaríamos mesmo perdidos? (PELBART, 2000, p.13).

2. CIDADE ALTERIDADE E SUBJETIVIDADES

Neste capítulo, realizamos a segunda cartografia dos conceitos de produção da cidade, visando nos aproximar dos movimentos e dos saberes que colaboram para pensar outras possibilidades de construção dos espaços urbanos, principalmente indo em direção ao direito de qualquer um fazer cidade.

Ao contrário do capítulo anterior, em que focamos em discutir a produção da cidade a partir de processos hegemônicos pautados somente em macropolíticas, neste momento buscamos pelos escapes e brechas possíveis. Ressaltamos que a cidade não é somente produzida mediante processos maiores, mas sim, subjetivos e micropolíticos, que estão cada vez mais apresentando sua voz coletiva no espaço público. Como por exemplo, será apresentado no capítulo 03, as ações do Célula EMAU em conjunto com o Fórum de Moradores⁸ na produção micropolítica do espaço urbano das comunidades trabalhadas por esses grupos.

Neste capítulo, o foco torna-se a elaboração de uma cartografia subjetiva destas novas possibilidades de reversão vital que se anunciam em face do contexto apresentado no capítulo anterior. Pois tal cenário e tais práticas descritas não podem ser impostos unilateralmente de cima para baixo:

já que essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva à mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias (PELBART, 2011, p. 21).

⁸ Fórum de Moradores da Poligonal 01, também denominada pelos moradores de Território do Bem, localizado no município de Vitória, ES.

Apresentamos o debate dos principais conceitos para subsidiar a nossa discussão em três momentos. O primeiro buscamos nos apropriar dos conceitos de cidade e os conceitos biopotentes e do comum. O segundo, buscamos debater sobre os espaços das cidades e toda sua heterogeneidade, onde podemos observar fissuras de escapes de todo um aparato de controle na produção da cidade, para a multiplicidade de acontecimentos informais e disparadoras de subjetividades quaisquer. E no terceiro momento deste capítulo, debatemos metodologias de aproximação, pesquisa e acompanhamento dos processos heterogêneos da produção do espaço urbano.

2.1 Teorias biopotentes e micropolíticas

Biopotência da multidão e do comum

Pelbart nos apresenta a própria cidade, ou melhor, a “forma-cidade” como alternativa à forma-Estado. Este último domina e se instala sobre a cidade, no entanto, esta escapa dele, assim como escapa do capitalismo (PELBART, 2000, p. 42-43). Podemos dizer que escapes aos poderes hegemônicos sobre a cidade são designados por migrantes, por ciganos e pelos pobres. Como diz Francesco Careri sobre os ciganos, não se pode entrar “em acordo” com os ciganos, “eles nos escapam. E vão continuar escapando. A única forma de sobrevivência deles é de nos escapar.” (JACQUES; CARERI, 2013, p. 16).

Os ciganos são nômades antigos, em contrapartida, no mundo contemporâneo, aparecem novos nômades. O nomadismo e a miscigenação constituem-se “figuras de virtude” e “as primeiras práticas éticas” globais (HARDT; NEGRI, 2001, p. 50). Os pobres, os sem-teto, os sem-terra, os desempregados, a população de rua, os precários como dizem Hardt e Negri, encarnam-se na “figura de um sujeito transversal, onipresente, diferente e móvel, um atestado do irreprimível caráter aleatório da existência” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 51)

Pode-se dizer que essas figuras citadas pelos autores testam novas vivências, novas experiências, novas sociabilidades, novos afetos na prática.

Há muito tempo os assentamentos urbanos precários no Brasil – as favelas – se apresentam como lugares onde “a multidão de pobres inventa estratégias de sobrevivência, encontrando refúgio e produzindo formas de vida social, descobrindo e criando constantemente recursos do comum mediante circuitos expansivos de encontro” (HARDT; NEGRI, 2011, p. 259).

Destaca-se: é necessário considerar a favela como componente vivo da cidade, ressaltando toda a pluralidade que lhe é característica. “O território da favela é um espaço de potência, de criatividade, de inovações tecnológicas, sociais e culturais. O território da criatividade na América Latina é a favela” (ABRAMO, s/d).

A respeito dessa engenhosidade dos pobres e migrantes brasileiros, Carlos Nelson F. dos Santos diz algo semelhante:

Pouca gente para e pensa no enorme dispêndio de energia social necessária para a maioria da população realizar tamanho salto histórico. No que foi preciso fazer para sair da vida rural, sem perspectivas, e entrar em cidades onde se tentava viver segundo os moldes da mais moderna cultura capitalista. Deixados à revelia, os pobres se viram mesmo muito ocupados com os problemas prementes que diziam respeito à sua sobrevivência e, por extensão, ao processo de urbanização. Tiveram de enfrentar como puderam a necessidade de inventar empregos, lugares de moradia, transporte, saneamento, opções de lazer. Não se saíram tão ©mal: mantiveram vivas áreas centrais, desprezadas por ocupantes anteriores; construíram, de qualquer maneira, favelas em sítios impossíveis e proibidos; foram para periferias, para cidades novas e frentes pioneiras. (SANTOS, 1988, p.133).

Maria Szmrecsanzyi (1985, p. 51) dirá que Santos também denunciava, em 1985, um moralismo que sempre tende a reduzir as muitas ordens que nos apresentam o fascinante e múltiplo universo urbano a uma única ordem, seja a da produção estrito senso, da produção econômica, seja a da produção no senso político, isto é, a produção da disciplina.

De acordo com Hardt e Negri (2004, p.185) somos todos pobres, pois “O pobre é a encarnação da produção biopolítica. Trata-se do abandono da dialética do pobre como proletariado, no seio da qual os indivíduos oscilam de maneira precária entre o emprego e o desemprego”, para adotar uma antinomia na qual a pobreza é produtiva de riqueza, mas

a riqueza que ela cria lhe é usurpada e este ato está na origem de seu antagonismo. Entretanto, ela não perde sua capacidade de produzir riqueza, na qual reside sua potência. É nesta combinação de antagonismo e de potência que se forja uma subjetividade revolucionária (HARDT; NEGRI, 2004, p.186).

Pelbart nos lança questões disparadoras:

De que maneira, no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade, surgem novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e de autovalorização?. Num capitalismo conexionista, que funciona na base de projetos em rede, como se viabilizam outras redes que não as comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes? Que possibilidades restam, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça, de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados ou mediados pelo capital? (PELBÁRT, 2011, p. 21).

Retomamos o conceito de biopolítica, mas agora numa perspectiva mais otimista, que abre espaço para a discussão da potência biopolítica da multidão, ou a biopotência da multidão, pois se acredita

" que paralelamente ou mesmo dentro deste sistema flexível do capitalismo contemporâneo, é possível resistir positivamente, ativando processos que fogem à lógica da captura das máquinas biopolíticas de subjetivação". (RENA, 2014)

Nessa perspectiva, as forças vivas presentes por toda parte na rede social deixam de ser apenas reservas passivas à mercê de um capital insaciável, e passam a ser

consideradas elas mesmas um capital, ensejando uma comunalidade de autovalorização. Em vez de ser apenas objeto de uma vampirização por parte do Império, são positividade imanente e expansiva que o Império se esforça em regular modular, controlar.

Todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode torna-se vetor de valorização e de autovalorização. Assim, o que vem à tona com cada vez maior clareza é a biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão. É esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas que, nos seus poderes de afetar e de ser afetado e de constituir para si uma comunalidade expansiva, desenha as possibilidades de uma democracia biopolítica. (PELBÁRT, 2011, p.139).

Como dirá Rena (2014, p. 73),

Enxerga-se no poder político da multidão (corpo biopolítico coletivo, heterogêneo, multidirecional) uma biopotência que produz e é produzida pelas fontes de energia e valor capitalizadas pelo Império. E é justamente por meio da multidão, com a força virtual de seus corpos, mentes e desejos coletivos, que se acredita ser possível resistir e escapar a essa nova ordem Imperial. Diante do poder virtual inerente à multidão, vislumbram-se novas possibilidades de subverter o Império e superá-lo, tirando partido do caldo biopolítico e das subjetividades coletivas. A multidão, enquanto organização biopolítica, é o que pode construir uma resistência positiva, criativa e inovadora, produzindo e sendo gerada pelo desejo do *comum*.

Cabe ressaltar que, tradicionalmente, o termo multidão é usado de maneira pejorativa, indicando um agregado indomável que cabe ao governante domar e dominar. Já o termo povo (diretamente relacionado ao estado-nação) é concebido como um corpo público animado por uma vontade única. A multidão também é confundida como o termo massa (diretamente relacionado ao mercado), que de forma homogênea abole todas as singularidades, com densidade absoluta e direção única. Homogênea, compacta, contínua, unidirecional, a massa é todo o contrário da multidão, heterogênea, dispersa, complexa, multidirecional. (NEGRI, 2005)

A partir da fala de Paolo Virno, Pelbart afirma que:

[...] a multidão é plural, centrífuga, refratária à unidade política. Ela não assina pactos com o soberano e não delega a ele direitos. A multidão inclina-se a formas de democracia não representativa. Ela é um conjunto de singularidades que possui a potência da construção do comum, fora da lógica socialista ou capitalista. A multidão, na sua configuração acentrada e acéfala, no seu “agenciamento esquizo”, é oposto ao povo e à massa. (PELBART, 2011, p. 26).

Fora da lógica dos movimentos viciados da esquerda clássica, que acredita na ideia unitária de povo e fora da lógica do mercado, que só pensa nos cidadãos como massa de indivíduos e como consumidores. A multidão é plural e atua no trabalho vivo e imaterial produzido em rede coletivamente e criativamente. Portanto, estancar a força motriz destes movimentos não vai ser tarefa fácil para o Estado-capital, já que o que os move é o comum e o afeto, e o próprio sentido ativo da vida (RENA, 2014).

A multidão e suas atividades – produção, encontro e antagonismo – são inerentes à metrópole, que ao facultar o contato e a proximidade entre pessoas e coisas contribui com a transição da produção material para a imaterial. Isso se dá “em processos que potencializam o trabalho vivo como a produção de ideias, de afetos, de relações sociais e de formas de vida – o comum” (NEGRI; HARDT, 2011, p. 256).

Expressamente, o comum está em pauta, citando novamente Pal Pelbart – podemos observar as revoltas e as manifestações que eclodiram em todo o mundo a partir de 2011. O comum tem a ver com as reivindicações por transporte público gratuito ou mais justo socialmente, assim como com a preservação das áreas verdes e dos espaços públicos, além da luta pelo direito a uma ~~outra~~ democracia real, não apenas representativa e sim direta e horizontal. Os modos de vida na cidade contemporânea requerem cada vez mais o livre compartilhamento do comum. Todas estas expressões estão sendo reivindicadas nas lutas dos mais pobres, dos movimentos sociais e de muitos outros grupos, como parte da reapropriação da cidade (PELBART, 2011).

As ocupações e as manifestações ocorridas entre 2011 e 2014 também proporcionaram a criação do espaço comum. Espaços que não estão sujeitos a ordens

preestabelecidas, que são criados por necessidade ou ação coletiva. O comum implica autogoverno e espaço de “qualquer um”; contestando a propriedade privada, a dicotomia privado-público e a “captura do capital humano” (SERRANO, 2012, p. 45).

O comum é produção, é processo, não pode ser considerado produto de um processo ou de um espaço homogêneo. O comum é conflito, é necessariamente antagonismo, é atravessado por lutas sociais e pautas políticas. E em relação a esta produção do comum, ou ao próprio comum, Negri ressalta que:

[...] é sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade. Às vezes chamamos essa realidade de multidão porque quando se fala de multidão, de fato, se fala de toda uma série de elementos que objetivamente estão ali e que constituem o comum. Mas o problema é simplesmente ser comuns ou ser multidão, o problema é fazer multidão, construir multidão, construir comum, construir comumente, no comum. Este fato é cada vez mais fundamental (NEGRI, 2005, p. 4).

Narrativas micropolíticas

De acordo com Luis Batista (1999), é necessária a compreensão do espaço público contemporâneo e da urbanidade como fator fundamental de subjetivação e da micropolítica. Pois estes sempre estiveram ligados à desordem, à heterogeneidade funcional e à diversidade.

Nesse momento, pensamos em outra cidade, não apenas como aquela homogênea construída pelas forças hegemônicas capitalistas, mas como uma constelação de múltiplos espaços heterogêneos que se encontram ora justapostos, ora separados, sendo, em algumas ocasiões, contraditórios entre si e, em outras, complementares. A cidade seria o conjunto, sempre em processo de se fazer, de agrupamentos com formas mais ou menos definidas. Estas formas são o resultado não da superfície, mas de trajetórias múltiplas que se entrecruzam e cujos resultados são imprevisíveis (MASSEY, 2012). Pois as cidades não comportam apenas uma dimensão macropolítica, mas também micropolítica (GUATTARI, 1992). Buscamos apropriar o termo “micropolítica” de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) para denominar de narrativas micropolíticas estes outros processos e movimentos que escapam, que vão a contrapelo das narrativas dominantes, e que resistem à hegemonia do capital, constituindo territórios alternativos.

Entendemos, assim, as narrativas micropolíticas como movimentos de apropriação do urbano, imbuídas de reivindicações espacializadas, que questionam a ordem socioespacial vigente, ditada por uma ideologia hegemônica (seja do mercado imobiliário, da indústria turística, entre outras).

É fundamental salientar que “macro” e “micro” não se referem a grande e pequeno, tampouco a Estado e sociedade em oposição a casais ou grupos pequenos. Essa diferenciação está relacionada com um funcionamento que só ativa a relação com a alteridade, com o mundo, como uma projeção de nossas representações que a posicionam fora de nós (macropolítica) e uma subjetividade processual, vulnerável à presença do outro.

Igualmente, macro é a política do plano gerado pela linha dos territórios, isto é, aquela que configura o mapa, onde se esboça um encontro de territórios, “imagem da paisagem reconhecível *a priori*”, já que esse cobre apenas a esfera do visível, é essa linha que recorta os sujeitos, caracterizados por oposições binárias: burguês-proletário, branco-preto, jovem-velho, homem-mulher, etc., assim como também segmenta objetos, unidades de tempo, etc. Em suma, o mapa desenha sujeitos, objetos, unidades de tempo (ROLNIK, 2011, p. 60).

Enfim, ao contrário do macro, o micro é a política do plano gerado pela linha dos afetos, primeiro movimento do desejo (ROLNIK, 2011, p. 31), linha das intensidades não subjetivadas, determinadas por agenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 1994, p. 513-515) que o corpo produz e, portanto, são inseparáveis de suas relações com o mundo (ROLNIK, 2011, p. 61). (MEJÍA, 2012, p. 3-4).

A micropolítica não se propõe simbolizar, interpretar ou representar nada, mas esboçar cartografias ligadas a determinadas dimensões da multiplicidade, ela pretende devir apenas agenciamentos maquínicos de desejo e coletivos de enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 230).

[Pois] a representação, mesmo quando eficaz, bloqueia a democracia, em vez de fomentá-la, na medida em que se traduz como vontade geral, isto é, aqueles previamente selecionados por todos que não respondem à vontade de todos, pois, verdadeiramente, não correspondem a ninguém (HARDT; NEGRI, 2014, p. 45).

Contra isso, a multidão surge como novas formas de colaboração e de fazer com que sejam recusados os mecanismos representativos da democracia burguesa, mesmo quando sob as siglas de esquerda (RENA, 2014).

Assim, é preciso discutir e colocar a frente estas narrativas micropolíticas, em especial, aqui, aqueles que estão produzindo, apropriando e deliberando uma (re)construção subjetiva do espaço urbano da cidade contemporânea. Ou seja, debatendo e formulando ações que constituam novos processos em direção à democracia real (dissensual e direta), que aglutinem horizontalidade, decisão

colaborativa aos processos participativos e experimentação de novos modos de organização nos e dos espaços urbanos, especialmente os públicos, culturais e do conhecimento.

Entendemos, também, que nem todos esses movimentos de fazer cidades alternativas partam exclusivamente de uma postura intencional e ideológica de enfrentamento. Podem partir da falta de opção ou da impossibilidade de serem inseridos na produção e consumo econômico vigente. Ou ainda, pode ser que a opção por esse movimento alternativo nasça simplesmente do desejo de inserção de algo novo, colaborativo, muito mais do que de reação ou enfrentamento à algo. De qualquer forma, este processo e movimento criativos colaboram para este outro fazer cidade como um escape possível, configurando-se em narrativas micropolíticas do direito de qualquer um fazer cidade.

De fato, é uma busca emergencial de espaços compartilhados, comuns, negociados, abertos à atualização a cada movimento, sendo múltiplo, e, principalmente, sendo agenciado pelos atores locais, necessário para outro caminho de produzir cidades.

2.2 Alteridade dos espaços

Espaços subjetivos

Diante deste cenário em que são postos em jogo entre biopolíticas e biopotências, reitera-se, é fundamental discutir outras possibilidades de produção de cidades. Nesse sentido, ainda são procedentes os caminhos apontados por Guattari (1992, p. 70):

É preciso uma restauração de uma “cidade subjetiva” que engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos. De fato, trata-se de todo o porvir do planeta e da biosfera. Tudo dependerá de resingularizar as finalidades da atividade humanas, e, sem dúvida, em primeiro lugar, de seus espaços construídos.

Para tanto, pensar a cidade contemporânea sob esse viés múltiplo requer a utilização de um repertório conceitual que entenda sua complexidade sem reduzi-la a um conjunto de relações homogêneas, superficializadas, tecnocráticas, pautadas apenas pela ótica do capital. Pois a cidade contemporânea constitui-se em uma multiplicidade de elementos heterogêneos coexistentes, sobrepostos, que se contaminam, movimentam e ressignificam a todo o momento.

Podemos compreender a cidade contemporânea com base na referência de metrópole de Agamben. O autor destaca uma heterogeneidade fundamental, algo substancialmente outro em relação à cidade (que compreende em sua concepção tradicional de *polis* – homogêneo). Ele sugere reservar esse nome, metrópole, ao novo tecido urbano que se funda paralelamente aos processos de transformação que Michel Foucault definiu como passagem do poder territorial, do *ancien régime*, da antiga soberania, ao biopoder moderno, que é, na sua essência, segundo Foucault, governamental. “[...] A metrópole então, pode ser vista como um imenso lugar onde está acontecendo um grande processo de criação de subjetividade, [...] que implica e

traz consigo a ideia de um deslocamento, de uma forte heterogeneidade espacial e política”. (AGAMBEN, 2010, [s.p.]

O pensamento de Guattari sobre a cidade/metrópole contemporânea também está de acordo com essa perspectiva heterogênea de cidade. Conforme Guattari (1992, p.172),

[...] as cidades são imensas máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que de fato de engendram, por meio de equipamento materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em queira considerá-las.

Utilizamos aqui o entendimento de subjetividade enquanto produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. “E que a subjetividade, de fato, é plural, polifônica [...]. Esta não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca.” (GUATTARI, 1992, p. 11).

Entretanto, vivemos e sentimos em nossa pele, consciente e inconscientemente, as consequências dos processos de produção do espaço urbano pelos agentes do poder hegemônico. Em relação a este processo dominante, utilizamos também Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 2005) para entendê-lo como uma produção da subjetividade capitalística, que se configura como um sistema “de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 35). Para ele, neste modo, a subjetividade apresenta uma natureza industrial, na qual é essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida em escala internacional.

A cidade, então, está implicada em um processo heterogêneo, permeada por diversos movimentos que apontam para direções convergentes e divergentes, configurando

uma cidade que tem sido produzida predominantemente por uma lógica ancorada no modo de produção da subjetividade capitalística, mas que, no entanto, encontra, em diversos espaços, possibilidades de enfrentamento, criação e ação, modos de produção de uma subjetividade singular.

De acordo com Pelbart (2000, p. 45):

O desafio consistiria em livra-se do pseudo-movimento que nos faz permanecer no mesmo lugar, e sondar que tipo de meio uma cidade ainda pode vir a ser, que afetos ela favorece ou bloqueia, que trajetos ela produz ou captura, que devires ela libera ou sufoca, que forças ela aglutina ou separa, que acontecimentos ela engendra, que potências fervem nela à espera de quais novos agenciamentos. É nesses termos que se deveria ler o desafio de pensar-se uma Cidade Subjetiva, que nada tem a ver com utopia urbana, nem com uma Jerusalém celeste qualquer.

E diante desta perspectiva de cidade heterogênea, os atuais movimentos de lutas redescobrem o espaço público como espaço político, fora dos limites já precisos de uma política perversa. Estes novos movimentos são levados a constatar que a liberdade é uma prática, em que suas ações se transformam em táticas em um espaço praticado. Quer dizer, “a liberdade dos homens não é jamais assegurada pelas instituições ou leis que pretendem garanti-la” (FOUCAULT. 1994, p. 139).

O espaço público torna-se espaço da política, no sentido atribuído por Jacques Rancière, em que a política é “[...] a perturbação da ordem da política, pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea [...] a igualdade de qualquer falante com qualquer outro falante” (RANCIÈRE, 2005, p. 43).

Des-re-territorialização dos espaços

No sentido de aprofundar o entendimento e nos ajudar a pensar sobre estes múltiplos processos de produção do espaço urbano, discutiremos brevemente, neste momento, o pensamento dos filósofos Deleuze e Guattari e do geógrafo Haesbaert no que se refere aos processos de des-re-territorialização e suas condições.

O espaço na cidade contemporânea é constituído por múltiplos territórios. Ao mesmo tempo em que ele é concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, é também diferentemente produzido e apropriado, concreta e simbolicamente.

Sobre a constituição destes múltiplos territórios, o geógrafo Rogério Haesbaert (2006b) aponta para as condições de precariedade a que foi relegada grande parte da humanidade em função de um território convenientemente estruturado para a mais eficiente e barata reprodução do capital, alicerçada em um modelo político econômico neoliberal.

Há no entanto, espaços para resposta. Como reação a perversidade da estrutura dos territórios hegemônicos, territórios alternativos se impõem dentro das ordens sociais majoritárias configurando-se em contraespaços e novos arranjos espaciais capitaneados por uma base democrática que permite o florescimento da diversidade (PEREIRA, 2010, p. 24).

Isso se dá por meio de forças e lutas políticas que interrompem a hegemonia de um poder dominante no território, elaborando assim novas territorialidades (HAESBAERT, 2006b).

Para Deleuze e Guattari (1995), estas múltiplas forças que implicam a transformação da cidade traduzem-se nos movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Estes processos nos ajudam a pensar a contínua transformação do espaço urbano contemporâneo, suas implicações, e principalmente compreender os agenciamentos em linha de fuga.

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 323).

Prosseguem os autores:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente as estratificações materiais e mentais (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 323).

Como pontuam Haesbaert e Bruce com base em Deleuze e Guattari: simplificadamente, nós podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização (Haesbaert; Bruce 2002, p. 8).

Não se deve, portanto,

[...] confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo é desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 41).

É importante ressaltar as considerações de Haesbaert (2006a) sobre estes processos: primeiro devemos entender que todo processo de desterritorialização implica um processo de reterritorialização, de forma que essa desterritorialização absoluta parece não fazer sentido. E, segundo, defende que na contemporaneidade o que ocorre é a potencialização da possibilidade de vivenciar vários territórios e processos de territorialização simultaneamente, resultando em uma multiterritorialidade. No entanto, para o geógrafo, a multiterritorialidade não é uma condição que abrange a todos de forma justa e democrática. Uma grande parte da população ainda necessita e luta cotidianamente pelas condições mínimas que dão sentido e base a vida.

O entendimento destes conceitos nos ajuda a refletir e a ver potência nas ações micropolíticas, que normalmente são apagadas ou ocultadas pelas forças do capital. A partir de tais conceitos, podemos constatar a multiplicidade do território, em que existe uma pluralidade de acontecimentos, onde desejamos reverberar as ações micropolíticas constituídas através do direito de qualquer um fazer a cidade.

Com isso em mente, apostamos em uma necessidade de desterritorialização dos espaços urbanos ou das práticas hegemônicas, e uma reterritorialização de processos micropolíticos que vão a contrapelo do sistema econômico dominante, processos mais subjetivos, abertos e singulares. Este é o nosso desejo. Entretanto, sabemos que a cidade é feita de constantes desterritorializações e reterritorializações de subjetividades, tanto perversas quanto singulares.

2.3 Cartografias subjetivas como percurso metodológico

Para conhecer o que a ciência disciplinar costuma denominar como realidade – e que aqui proponho denominar como vida -, é preciso muito mais que os instrumentos científicos, e, ainda assim, será pouco. A vida é plena de movimento e contradição, de olhos e de olhares, de representações e de imaginação. A vida, e o que imaginamos dela, precisa da arte para ser sentida e mais do que da ciência para ser compreendida. Sua compreensão está em seu movimento, na produção de saberes vários, de diálogos vários, da negociação destes que faz emergir vários outros.[...] Se a ciência se propõe a compreender a vida, é preciso que ela se alimente do que é feita a vida: experimentação (e não experiência); invenção (e não reprodução); conflito (e não ordem) (HISSA et al., 2011, p. 46-47 apud TOSTES, 2013, p. 105).

Ainda que admitíssemos que fora do nosso mundo de desejos e paixões não nos é dado nada "real", que não podemos alcançar "realidade" mais alta ou mais profunda que a de nossos instintos — pois o pensamento não expressa mais que a relação destes instintos, não seria razoável perguntar: Este mundo dado, não bastaria para compreender a partir daquilo que nos é semelhante, o mundo que se chama mecanicista ou material? (NIETZSCHE, 2005, p. 75).

No primeiro capítulo e nos tópicos anteriores do segundo capítulo, discutimos os conceitos que chamamos de cartografia bibliográfica sobre o poder e a potência que atravessa a vida e seus movimentos. Nesse caso, focados na construção do espaço urbano da cidade. Esse primeiro momento de discussão foi necessário discutir e ampliar os conceitos sobre as modalidades antagonistas da construção da cidade.

A partir disso, eis que surge o desafio metodológico: como estudar o plano de produção da realidade múltipla da cidade contemporânea? Que método nos permite acompanhar esses processos de produção?

Com esse desafio à frente, Passos, Kastrup e Escóssia (2009, p. 8) enuncia as questões disparadoras:

[...] como estudar processos acompanhando movimentos, mais do que apreendendo estruturas e estados de coisas? Investigando processos, como lançar mão de um método igualmente processual? Como assegurar, no plano dos processos, a sintonia entre objeto e método? Como nomear as

estratégias empregadas na pesquisa, quando elas não se enquadram bem no modelo da ciência moderna, que recomenda métodos de representação de objetos preexistentes? Como encontrar um método de investigação que esteja em sintonia com o caráter processual da investigação?

Devemos inicialmente desconstruir o sentido tradicional do termo metodologia, principalmente quando se impõe como palavra de ordem, definindo-se por regras previamente estabelecidas.

Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento - um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas se é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p.10).

Cabe ressaltar a profunda crise que o modelo de racionalidade científica atravessa, “resultante da interação de uma pluralidade de condições teóricas e sociais” (TOSTES, 2013, p. 110). Por um lado ligada

[...] ao próprio desenvolvimento do conhecimento científico (as teorias da relatividade, o princípio da incerteza, e dos sistemas abertos, dentre outros), que permite explicitar as fragilidades de seus pressupostos; e por outro lado, tal crise liga-se igualmente a novas condições sociais e políticas que interditam as certezas acerca da pretensa autorregulação do conhecimento científico: a ilusória autonomia da ciência e a neutralidade do conhecimento científico, desde sempre questionáveis, caem por terra na atualidade, quando os centros de poder econômico, social e político passam a ter papel decisivo na definição das prioridades científicas, e a própria globalização é ela mesma, em certa medida, condição e decorrência do desenvolvimento técnico-científico (TORRES, 2013, p. 110).

Simone Tostes (2013) ressalta que em razão dessa crise, se torna cada vez mais visível e latente, em meio às brechas do funcionamento de uma ciência maior emergem devires menores, agenciamentos que operam linhas de fuga, desenhando

fissuras a partir de onde a criação podem escapar às capturas e instaurar novos possíveis.

Contudo, não se pretende construir sob tais agenciamentos uma ciência normativa, baseada em modelo paradigmático de produção de conhecimento contra-hegemonia: nenhuma prescrição edificante, nenhuma finalidade corretiva ou empenho salvacionista que ainda atribui certa autoridade e define um poder. “[T]rata-se aqui apenas, sustentando tal tensão, de abrir-se a brechas, permitindo que a criação ressoe, vinda de onde vier, numa proliferação e atravessamento constantes: potência de implicação e contágio mútuos” (TOSTES, 2013, p.109), potencializando e implicando novos mundos.

Nesse sentido, apostamos na cartografia como um método experimental de acompanhar e de se aproximar dos processos e movimentos de produção da cidade.

O conceito de cartografia converge, enquanto metodologia de aproximação da cidade, com a cartografia propostas por Deleuze e Guattari (1995). A noção de cartografia trazida por estes filósofos distingue-se daquela comumente compartilhada por geógrafos, arquitetos e urbanistas. Esta consiste numa cartografia como representação gráfica de objetos e fenômenos distribuídos espacialmente na superfície terrestre. A cartografia de Deleuze e Guattari é uma prática voltada para a experimentação ancorada no real. “É construída de forma aberta e conectável em todas as suas dimensões, através de suas múltiplas entradas, de forma tal que não possui como produto um mapa estático, como os produzidos pelos geógrafos.” (ROLNIK, 2006, p.72, apud PEREIRA,2010, p.31)

Cabe ressaltar que não é uma negação do conjunto de ferramentas de análises gráficas ou exploratórias da cidade, nem do conjunto de imagens ou diagramas extraídos desses processos. A questão colocada aqui é o percurso metodológico enquanto experimentação de compreensão da cidade contemporânea. Apostamos

em um processo cartográfico aberto e de entendimento da produção de cidade feita por qualquer um, ao contrário dos processos hegemônicos, pautados em saber e poder de conhecimento autoritário e individualista: de especialistas e de quem está autorizado, que atua de antemão de um lugar “próprio” – e que distingue um lugar “próprio”, de onde se pode manipular as relações de força; com base em “um tipo específico de saber”, que possui no poder a sua face “preliminar”. Assim consistiu segundo Certeau a operação da modernidade científica, política e militar de instituição do conhecimento, que circunscreve um lugar próprio no contexto social de onde se podem manipular as relações de força (CERTEAU, 1994, p., 99). Esse foi um dos procedimentos com o qual a ciência moderna expropriou a experiência do cotidiano do acaso, da incerteza e da multiciência.

De acordo com Suely Rolnik (2006), a cartografia é um processo de construção e de desconstrução constante de certos mundos, motivado pelas acelerações e mudanças repentinas advindas da globalização, dos fenômenos urbanos corriqueiros ou dos dispositivos de memória individuais ou coletivos. Aqui é explorada enquanto procedimento metodológico de investigação que possibilita maximizar as possibilidades de entendimento sobre a criação e produção da cidade. “A cartografia – diferentemente do mapa, representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo em que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 2006, p.68).

E em relação ao território como campo de estudo, Tostes (2013) compreende que a cartografia consiste no estudo das linhas de força de um determinado campo social – território - podendo ser este também um indivíduo ou grupo. O território é implicado em movimentos ora desterritorializantes, que o impelem em linhas de fuga para fora de seus limites, ora reterritorializantes, que o conduzem ao interior de novos limites. (TORRES, 2013)

Dentre as pistas apontadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2009) para a realização de uma cartografia, consta a necessidade de entendê-la como uma possibilidade de investigação que extrapola a oposição entre pesquisa quantitativa e qualitativa. É um método transversal que atua na desestabilização dos eixos cartesianos, trazendo para a discussão a realidade multiplamente produzida. A realidade cartografada se apresenta como um mapa móvel, na qual o saber é a combinação dos visíveis e dizíveis de um estrato.

Por fim, o pesquisador é desconstruído diante destes novos movimentos, dando lugar ao cartógrafo que, em face destes conceitos, coloca-se como um copesquisador, ou seja, um pesquisador que pratica e participa na experimentação do conhecimento e na investigação de forma horizontal com o outro.

Para Rolnik (2006, p. 69),

A prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social. E pouco importa que setores da vida social ele toma como objeto. O que importa é que ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõe perscrutar: desde os movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência.

Nas palavras da autora,

Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas.

[...]

O problema, para o cartógrafo, não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo. O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade. (ROLNIK, 2006, p. 72-73).

3 DIREITO DE QUALQUER UM FAZER A CIDADE

3.1 Liberdade, diferença e o qualquer

O direito de qualquer um fazer cidade

Partimos do pressuposto de que o urbano passa de induzido (pela industrialização) para indutor, mas não somente de quantidades e sim de qualidades. Trabalhamos a ideia de que o urbano restituirá o desejo de uma prática subjetiva de um experimentar “fazer cidade”, ou seja, de se apropriar dos espaços e (re)significá-los através do uso criativo e político. Nesse processo, não podemos esperar ou conceber que a cidade contemporânea não vá intensificar os conflitos, as diferenças, pelo contrário, tudo na cidade aponta para isso. Na apropriação do espaço público, o território torna-se cada vez mais múltiplo, heterogêneo e subjetivo.

Torna-se premente, nesse sentido, entender a participação de um indivíduo, de um coletivo, de uma multidão na construção desta cidade múltipla, heterogênea e dissensual. Desejamos uma cidade onde é emergente o tema e a necessidade do direito de qualquer um fazer cidade. Mas não um “qualquer” individualista ou desconectado das redes e dos coletivos, justamente o oposto, o “qualquer um” como coletivo e também como indivíduo singular que está nas ruas se associando e conectando-se às redes micropolíticas.

Atualmente, vivenciamos uma luta intensa travada entre as forças homogeneizantes e o devir das subjetividades emergentes. Utilizamos bastante a bibliografia do filósofo Lefebvre, assim como autores que atualizam e estudam sua obra, na intenção de

aproximar os pensamentos do autor sobre o urbano e o direito a cidade no tempo atual. Sobre esses aspectos (homogeneização e devir das subjetividades emergentes), Lefebvre cria uma dimensão extraordinariamente radical e simples, porque afirma o primado durável do habitar (LEFEBVRE, 2004).

Para Lefebvre, o ato de habitar é uma condição revolucionária porque é capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital. Habitar em sua etimologia quer dizer estar entre os homens, ou estar entre os vivos, isso só é possível tendo uma dimensão coletiva, gregária e imersa no meio ambiente. Mas habitar não se resume apenas a ter uma moradia, afinal, trata-se do direito à cidade no sentido político mais profundo possível (LEFEBVRE, 2004). Sobre este direito, sabemos e realizamos muito pouco. Nossas lutas pontuais na cidade por transporte, creche, água e moradia, só para ficarmos nesses casos mais frequentes, não significam necessariamente o direito à cidade. Na realidade, podem conduzir justamente ao oposto, isto é, incitar a prevalência da cidade como forma de mercadoria.

É contra esse sistema homogeneizante do capital que Lefebvre formula a ideia iluminadora do direito à cidade. Ele assim a define:

[...] o direito à cidade: não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc... A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) [...] (LEFEBVRE, 2001, p.139).

É importante ressaltar que esse discurso não é uma proposta de uma nostalgia romântica, com perspectivas a um retorno anterior ao sistema capitalista tal qual se apresenta, quando então as coisas seriam integradas, artesanais e autênticas. Em nossa fala não há idealização ou a busca do passado, tampouco regresso possível à cidade tradicional ante a completa urbanização da sociedade. (TONUCCI, 2013).

O que se busca são novas subjetividades, novos modos de produção do espaço urbano, mas não uma substituição absoluta ou uma defesa imagética de fim das subjetividades capitalísticas, mas que todas as subjetividades compõem esta multiplicidade. Defendemos a ideia de um homem urbano, que faz parte de um coletivo, que está em meio às diversas megalópoles, metrópoles, cidades e áreas periféricas, que luta pela defesa da liberdade e da diferença, por uma real democracia e pelo direito de qualquer um transformar radicalmente a cidade.

Democracia⁹

Lefebvre fala da construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala. Cidade voltada à apropriação, através, sobretudo, da arte, que reconstitui o sentido da obra e da fruição, em oposição à cidade eterna e aos centros estáveis, a cidade efêmera, as centralidades móveis. A criação de novos lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontro, onde a troca não esteja subordinada ao comércio e ao lucro. (TONUCCI, 2013).

⁹ É imprescindível para discussão a definição do termo democracia. A seguir, de acordo com Norberto Bobbio (In Dicionário de Política da UnB), tentando definir. A premissa parte do fato de que na teoria da democracia confluem três tradições históricas: 1) Democracia de acordo com a teoria aristotélica é uma forma de Governo, de todos os cidadãos, é um governo do povo, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos e cidadania, Em Platão: Democracia é definida como o "Governo do número", "Governo de muitos" e "Governo da multidão". 2) A teoria medieval, de origem "romana", apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição entre uma concepção ascendente e uma concepção descendente, ou seja, entre a soberania conforme o poder supremo derivada do povo e que se torna representativo e a derivada do príncipe e se transmite por delegação (...). 3) Democracia converge para república, esta que é antagônica a aristocracia, governo de poucos, mediante o exercício direto em Rousseau ou o exercício indireto conforme Locke, significa ainda governo popular, da maioria.

E sobre o sentido de obra, precisamos entendê-la como obra aberta, na perspectiva de uma coletividade, de uma multiplicidade para obra de Lefebvre. Utilizamos Humberto Eco, que explora o conceito de obra aberta nesse sentido.

Eco (1991) reconhece duas formas de abertura da obra: uma seria inerente a sua definição, e a outra seria como intenção da obra, sendo esta denominada de “Obra Aberta”. A abertura como inerente à definição da obra diz respeito à condição de estar sempre em reavaliações do receptor. Já a “obra aberta” se configura como proposta que tem como ponto de partida as possibilidades interpretativas e preza mais o processo e as relações frutivas que esta origina do que a produção de um objeto autônomo (ECO, 1991).

Dessa forma, apesar de a abertura não ser um ideia nova, a novidade reside no postulado básico de operar tendo a abertura como ponto de partida, que se dá como fato consumado. Assim, nega-se a noção de um discurso acabado, da obra como fato consumado, em favor de uma transitividade inacabada, em que o diálogo é a própria origem do processo de constituição da obra. Eco faz notar que essa abertura como intenção do artista pressupõe a participação do usuário, já que a obra não é mais um objeto autônomo, mas o encontro intersubjetivo, e, portanto, o usuário se torna agente indispensável para a realização da proposta (ECO, 1991).

Assim, avançamos em Lefebvre (2001), que insiste: o direito à cidade não é um direito de visitar os centros de cidades históricas, ou do trabalhador passar o dia na cidade da qual foi expulso. Trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada. O direito à cidade aponta para o fim das segregações, a reconquista da cidade pelas classes e grupos minoritários dela excluídos; grupos afinal que participaram de várias maneiras (via impostos, via contribuições trabalhistas, via trabalho manual, trabalho imaterial, via criatividade, via produção material) da produção da cidade, desse bem comum. Além disso, ressaltamos a necessidade desse qualquer também governar a

cidade, ao encontro de uma democracia real, que visa a construção de um espaço democrático de deliberação sobre os assuntos comuns.

Rancière comenta em duas publicações sobre a negação a esse qualquer um de deliberar sobre os assuntos comuns, sobre a questão de quem está autorizado a governar. “A capacidade ou competência para governar e deliberar sobre assuntos comuns tem sido, nas sociedades modernas, atribuição de saberes de especialista ou de técnicas de governo” (RANCIÈRE, 1996, p. 367).

Em outra publicação Rancière fala sobre a democracia como forma de poder coletivo e aspiração coletiva – democracia - significa governo de muitos. Dentre os vários problemas que Rancière aponta sobre a inaplicabilidade do termo democracia no contexto do capitalismo contemporâneo está na difusão da ideia de que “a política é uma arte de gestão complicada em que o mais fatal erro de cálculo é fatal para toda a coletividade” ou seja, não é para qualquer um, somente para especialistas (RANCIÈRE , 2014).

David Harvey (2011) também trabalha o conceito de direito à cidade. O autor entende que o direito a cidade significa o direito de todos nós criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. Opõe-se, portanto, ao movimento de homogeneização do capital, pois frequentemente o direito a cidade é compreendido apenas como um direito ao habitar, restrito à moradia, ou a ideia de ser feliz no lugar onde se nasceu e se criou, não na cidade inteira, no mundo inteiro.

Harvey (2009b, p. 1) é enfático: O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana” (HARVEY, 2009b, p. 1). A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. E, para isso, precisamos então avaliar continuamente o

que poderemos estar a fazer de nós mesmos, assim como dos outros, no decorrer do processo urbano. (HARVEY, 2009b, p. 2)

Harvey enfatiza também que o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedade sociais (HARVEY, 2009b, p. 13).

Isto é, o direito é considerado diferentemente de quando olhamos para a história e vemos que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital (HARVEY, 2009b, p. 8).

Cabe ressaltar, ainda, que o atual direito à cidade, debatido pela sociedade e assumido pelo Estado, pelo menos no Brasil, mediante os artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e do Estatuto da Cidade, encontra-se associado à garantia de acesso às infraestruturas e serviços urbanos básicos (saneamento, transporte, moradia etc.), que também têm sido ameaçados nesse novo estágio do neoliberalismo. Recentemente (desde 1988 no Brasil), também encontramos o direito à cidade como sinônimo de gestão urbana democrática, de abertura dos processos de planejamento da cidade à participação da população, mas que de fato nunca foi realizado um processo de participação direta. Todos esses sentidos estão certamente contemplados na ideia original. Mas o direito à cidade, para Lefebvre, tem um sentido portador de uma potência radical que vai além da demanda por “coisas” e “processos” que estão e se dão na cidade: trata-se da luta pela cidade como obra aberta e realização coletiva e democrática.

É aí que reside a atualidade urgente do direito à cidade lefebvriano. Entendido não somente como a garantia de acesso às condições mínimas de reprodução social – necessárias, sem dúvida – mas como direito efetivo à vida urbana, ao encontro e à

diferença (TONUCCI, 2013). O direito à cidade não apenas como acesso ao espaço físico da cidade, mas direito do usuário de transformar democraticamente a cidade.

Não reduzido a um direito juridicamente constituído, ele se afirma como bandeira de luta e práticas cotidianas, individuais e coletivas, contra as múltiplas segregações que se impõem através da tecnocracia estatal e do neoliberalismo capitalista, contra a mercantilização brutal do espaço urbano, atualmente em curso.

Lefebvre também ressalta o direito à diferença. Como pontua Araújo (2012, p. 140),

Pensar a diferença como a qualidade que marca a prática social do urbano requer uma capacidade de ir além, muito além, dos conceitos e representações de que dispomos atualmente. Significa pensar o impossível (a revolução total) para se atingir o possível; pensar o trajeto e o projeto, isto é, um objetivo e uma finalidade inseparáveis; pensar o discurso e o percurso, ou o mental e o social; por fim, significa pensar a diferença como expressão do desejo religado à apropriação do tempo e do espaço (ARAUJO, 2012, p.140)

Como afirma o filósofo, “o direito à diferença diz respeito uma pessoa que não quer nem de longe imitar qualquer grande modelo, nem se identifica com ele, esta pessoa não tem outra saída senão de querer-se outra. Ela já é diferente” (LEFEBVRE, 2001, p. 51).

Fluxos migratórios em toda parte: elites empresariais em movimento; acadêmicos e consultores na estrada; diásporas (muitas vezes clandestinamente) tecendo redes através de fronteiras; ilegais e sem-papéis; os despossuídos que dormem nos portais e mendigam nas ruas, rodeados de grande afluência; as limpezas étnicas e religiosas; as estranhas misturas e confrontos improváveis. Tudo isso é parte integral do turbilhão da cena urbana, tornando as questões de cidadania e dos direitos daí derivados mais e mais difíceis de definir – no exato momento em que eles se tornam mais vitais de estabelecer diante das forças hostis de mercado e da progressiva vigilância estatal (HARVEY, 2009a).

Concluimos daí que o direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos. A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e onde visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam.

Mas a diferença também pode resultar em intolerância e divisões, marginalizações e exclusões, por vezes fervendo em violentas confrontações. Em todo lugar encontramos diferentes noções de direitos afirmados e buscados. O capital, busca através de seus atores e instrumentos, o direito a cidade, defendido por ele, mas conforme a lei, apenas uma minoria. De fato o que vemos é o capital implementando uma cidade da exceção. A maior parte dos representantes do Capital opera a margem da lei, a função social da cidade está acima da capacidade deles de cumprir a lei: “no improvisado, sem realmente um planejamento mais sério ou efetivo, às margens da lei, descumprindo regulamentos urbanos, traíndo pactos sociais e se aproveitando de situações extremas, na afirmação sem rodeios da «cidade da exceção» conforme a cunhou Carlos Vainer” (MOREIRA, SANCHEZ, CAVA, 2016). Ou até mesmo o Estado vinha promovendo instâncias e tipos de participação, imaginando o exercício do direito à cidade. Em contraponto, os movimentos populares, coletivos e indivíduos também exercitam o discurso do direito à cidade. Maricato, contrapõe essa participação em seu texto “Nunca fomos tão participativos – reflexões sobre os movimentos sociais”:

“Proliferam as instâncias de participação e simultaneamente testemunhamos um esvaziamento dos organismos colegiados: como o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Conselho das Cidades, estão esvaziados de representação; os movimentos sociais, de uma forma geral, estão vazios de crítica; e os conflitos urbanos em torno de moradia, estão esvaziados de seu objeto, já que são resolvidos com base na autoconstrução, uma forma pré-moderna, ilegal, ambientalmente predatória e socialmente injusta de provisão de moradia.” (MARICATO, 2011, p. 150)

É fato que há um paradoxo e uma complexidade instalada neste conceito, mas o nosso objetivo é refletir sobre esses aspectos e direcionar para uma singularidade qualquer do conceito do “direito à cidade”, ou melhor: do direito de qualquer um fazer a cidade na sua diferença.

Para Lefebvre, é preciso especial atenção “com a guerrilha urbana e as vastas reuniões de jovens ‘não violentos’, ávidos de contatos, de amor, de erotismo, de fruição [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 281), que hoje podemos “traduzir” para as atuais manifestações urbanas que estão eclodindo em todo o mundo e que no Brasil, a partir do ano de 2011, reuniram milhares de pessoas em várias capitais e cidades.

As manifestações, certamente, não dão conta de sintetizar os múltiplos sentidos das vozes da multidão, mas expressam uma latente necessidade, explícita no próprio ato de reconquista coletiva das ruas: o desejo de constituição do comum no encontro com o outro, na luta pela produção e apropriação do que sempre foi o nosso comum – a cidade” (TONUCCI, 2013, p. 4).

Lefebvre acredita que a mudança da vida urbana deve vir através da mobilização social e da luta política/social contínua, permanente, constante, realizada por meio de um exercício do direito à cidade.

David Harvey destaca que a principal implicação é que nós, individualmente e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. “Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes quer não” (HARVEY, 2009b, p.12).

Isso converge com o que Pelbart (2011) diz ao entender que todos produzem constantemente, mesmo aqueles que não estão vinculados ao processo produtivo.

Produzir o novo é inventar novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação (PELBART, 2011, 23).

Qualquer um não se refere à totalidade da população, mas a um sujeito sem identidade particular, como diz Jacques Rancière (2005). Qualquer contém a indeterminação o que inclui multiplicidade e devir. O significado corrente de qualquer designa ausência de particularidade, mas não designa a carência de singularidade. O qualquer, imbuído desses traços, cancela ou relativiza a noção de “todos” e de “totalidade”¹⁰, (SERRANO apud MIRANDA, [s.d.]).

Mediante a gestão de recursos comuns e mediante cooperação, configura-se o espaço comum, característico de espaços onde se confronta com a ordem preestabelecida. Esse é o caso dos espaços produzidos pelos sem teto, pelos sem terra, pela forma de apropriação dos espaços da cidade pela população de rua e pelos ativismos contemporâneos, tais como nas ocupações da Praça Tahir, Del Sol, Occupy OWS, ainda, recentemente, as ocupações dos estudantes secundaristas de São Paulo e de Goiás (2015). Tais espaços são criados pelo encontro de mundos ou de grupos ou de coletivos diferentes para uma ação coletiva circunstancial¹¹. Conduzindo como Serrano (2011) afirma: o espaço ou o bem comum implica o espaço do “qualquer um” que se confronta com a noção de “próprio” e com a propriedade privada.

Neste sentido, reforçamos a ideia de que o qualquer um não significa um indivíduo, completamente indeterminado, arbitrário, que faz o que bem entende, constituindo ações egocêntricas. Ao contrário, o qualquer está implicado na multidão, na força coletiva das ações, no trabalho coletivo em um interesse comum. O termo qualquer aproxima-se do radical de origem grega *demos*, da palavra *democracia*. Nos

¹⁰ Cf. SERRANO, 2012, p. 43-48.

¹¹ Cf. Siena, 2009. p. 8-9.

dicionários, a palavra *demos* de origem grega, significa povo. Ou seja, os *demos* referem-se às pessoas comuns, em outras palavras a ralé, a qualquer um. (RANCIÈRE, 2005). Trabalhamos esta ideia na dissertação: o qualquer um é parte potente de uma multidão que deseja e faz cotidianamente, através de práticas micropolíticas, outra construção subjetiva dos espaços urbanos.

A expressão qualquer um se assenta na passagem do ordinário, do comum ao próprio e do próprio ao comum (com base em Agamben e Alema Rena). Asseveramos que essas duas palavras com valor de pronome indefinido: qualquer + um, podem 'representar' a esperada 'construção subjetiva dos espaços urbanos' como um evento comum que se torna extraordinário, feita por pessoas comuns que se tornam igualmente extraordinárias (tal como tratam Negri e Hardt em Declaração).

Enfim, como reflete Alema Rena (2015, p. 73) o qualquer "não é nem um homem superior, nem o revolucionário ideólogo", mas o ser qualquer, aquele cuja singularidade no quodlibet (a partir do Livro "A Comunidade que vem" de Giorgio Agamben). O ser que se gera nesta linha "é o ser qualquer e a maneira como passa do comum ao próprio e do próprio ao comum chama-se uso — ou então ethos" (AGAMBEN apud RENA, 2015, p. 73-74). Sobre a operação de reunir o qualquer com o termo arcaico quodlibet, do latim, este revela um sentido contrário: "o ser que, seja como for, não é indiferente"; ele contém, desde logo, algo que remete para a vontade (libet), o ser qual-quer estabelece uma relação original com o desejo" (AGAMBEN, 1993, apud Rena. Op cit). "É a partir desse sentido arcaico do termo que Agamben nos propõe pensar um sujeito contemporâneo, que é individual e universal ao mesmo tempo" diz Alema Rena (2015, p. 73-74).

Esta ideia vai ao encontro de um espaço praticado, pois, de acordo com Certeau, o "espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...] o espaço é o lugar praticado" (CERTEAU, 1994,

p. 202). Para Certeau (1994), as práticas são constituídas por “maneiras de fazer”, pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. Mais do que lances, golpes ou truques singulares, as práticas são improvisações a partir de um determinado conhecimento. É criação e invenção pautada na aplicação de códigos específicos, não isentas de formalidades. “Toda sociedade mostra sempre, em algum lugar, as formalidades a que suas práticas obedecem” (CERTEAU, 1994, p. 52).

O “fazer a cidade” (também enquanto prática) abrange formas diretas e participativas, principalmente no direito às práticas espontâneas, informais, múltiplas que potencializem os acontecimentos “da diferença” não forçando o consenso “obrigatório”. Além disso, colabora para a necessidade urgente de exercitar uma democracia real (dissensual e direta), momento em que os usuários tomam a palavra e a frente, muito especialmente no que concerne aos programas urbanísticos e às questões socioambientais (GUATTARI, 1992).

Desta maneira, as práticas também correspondem às táticas dos sujeitos quaisquer que operam esses espaços como forma de praticar, de criar novos espaços urbanos, inclusive a potência e a possibilidade de se fazer outra cidade.

Esta implicação no espaço urbano nos faz analisá-lo e entender que o processo de produção revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território, significando dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz e reproduz um espaço enquanto prática (SANTOS, 1988).

Diante disto, a criação de novos espaços urbanos, de uma esfera pública de participação democrática, requer um desfazer da enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos que imaginar uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada, baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas, sim, em práticas político-

econômicas. Direitos individualizados, tais como o de ser tratado com a dignidade devida a todo ser humano e as liberdades de expressão são por demais preciosos para serem postos de lado, mas a estes devemos adicionar o direito de todos a adequadas chances de vida, direito ao suporte material elementar, à inclusão e à diferença. Trata-se de expandir as esferas da liberdade e dos direitos para além do confinamento estreito ao qual o neoliberalismo as reduz. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito (HARVEY, 2009b, p.13).

O direito à cidade, então, repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que a multiplicidade da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e do qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas.

Esta nova construção do direito à cidade tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual essa concepção e demanda são visíveis no espaço público – nas esquinas ou nos parques, nas ruas durante revoltas e comícios. Ao reclamar o espaço público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos (HARVEY, 2009b).

3.2 Apontamentos no campo da arquitetura e urbanismo

Outras possibilidades para a construção da cidade e o papel da arquitetura e urbanismo

Outra forma de produção de cidade: horizontal, democrática, participativa se coloca diante de um cenário de insurgência contra o paradigma hegemônico de pensar e fazer cidade, diante de outros modos de articulação e de produção de saberes, bem como de criação de novas questões no desenvolvimento da arquitetura e do

urbanismo – que incluem outras práticas, estratégias e táticas que o arquiteto poderá exercer.

Com o objetivo de ampliar o significado vigente da arquitetura e urbanismo e do termo arquiteto, seguem apontamentos em que alguns teóricos do campo enxergam como: horizonte-possibilidades-experimentações-práticas possíveis.

Partimos, inicialmente, das autoras Silke Kapp, Ana Paula Baltazar e Denise Morado que, no artigo “Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas” (2008) apresentam, de forma breve, três significados resumidos da definição do termo “arquitetura”:

Num primeiro sentido, arquitetura se refere a um corpo de práticas e conhecimentos especializados que constitui uma arte, uma profissão, uma disciplina ou, como Pierre Bourdieu sintetizaria, um “campo”. O objeto dessa disciplina ou desse campo é, supostamente, o espaço produzido pelos seres humanos, da mesma maneira que o objeto da medicina é a saúde, e o objeto da culinária é a comida. Mas, de fato, a disciplina chamada arquitetura não abrange a totalidade do espaço produzido pelos seres humanos.

[...] Então, num segundo sentido, arquitetura significa a pequena porção desse espaço que é historicamente abordada pelo campo. O arquiteto e sociólogo australiano Garry Stevens analisou o campo da arquitetura nos termos da teoria de Bourdieu e entende que sua principal diretriz, desde o Renascimento, tem sido o projeto de edificações para a representação do poder, e não o projeto de espaços adequados ou agradáveis para as pessoas em geral. Portanto, no segundo sentido do termo, a arquitetura se compõe de edificações, paisagens ou lugares extraordinários, que contrastam com um pano de fundo de espaços não legitimados pelo campo.

[...] O terceiro significado do termo arquitetura, é a transformação do espaço pelo trabalho humano. Arquitetura, nesse sentido, designa um processo, não um produto; ela não depende de tamanho, escala ou função, nem tampouco da presença de um arquiteto ou de um projeto prévio; e ela inclui, enfaticamente, os espaços cotidianos, tais como moradias ou equipamentos públicos comuns. (...) Entendimento da arquitetura como processo aberto, não apenas no sentido da abertura de objetos acabados em relação às suas funções, mas no sentido da abertura de todo o processo de projeto, construção e uso. Isso significa a autonomia de construtores e usuários. (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 12).

É a partir deste terceiro significado do termo da arquitetura, adotado nesta dissertação, que desdobramos o conceito do campo com objetivo de ampliar o entendimento das relações do arquiteto com a produção do ambiente urbano.

Além disso, as autoras utilizam-se de Sarah Wigglesworth e Jeremy Till para ampliar o conceito de arquitetura como evento que busca um desenho voltado para ação.

Arquitetura-evento significa que todo o processo de produção do espaço precisa ser questionado, desde o projeto, passando pela construção, até o uso. Em vez de basear o projeto em prescrições de eventos, previsões, experiências prévias ou cuidadosas observações, nossa questão é como prover instrumentos ou interfaces que permitam às pessoas comunicar seus desejos: desenhando, construindo e usando os espaços simultaneamente. Tais instrumentos seriam como um alfabeto ou como as palavras, talvez com algum traço de regras gramaticais, mas certamente não seriam textos. A arquitetura seria arquitetura da própria ação, não seu pano de fundo, nem tampouco seu bem definido contorno. (KAAP; BALTAZAR; MORADO; 2008, p. 5).

Utilizamos Marcos Rosa (2010) para complementar este terceiro significado, definindo que as intervenções devem partir do princípio de estimular novas relações e desencadear novas situações em espaços preexistentes, através do entendimento de objetos, práticas, usos e edifícios relacionais, “que inseridos nos espaços tornam-se arquitetura coletivas quando parte de uma interação objeto-lugar-usuário, da qual resultam ações e que dependem das relações para que se complete um esquema articulador” (ROSA, 2010, p. 25).

Possibilidades outras de um arquiteto urbanista:

Neste momento, apresentamos outras possibilidades de práticas relacionadas ao exercício profissional (ou não) do arquiteto e urbanista.

O aspecto crucial para o entendimento desse novo apontamento é a possibilidade de atuação do arquiteto que poderá advir do reconhecimento do cidadão comum não

como usuário passivo, mas como produtor de cidade. Além disso, aspectos fundamentais como horizontalidade, autonomia, colaboração, crítica e participação se tornam importantes conceitos aderentes a este outro possível profissional urbano.

Outro arquiteto urbanista para Kaap, Baltazar, Morado (2008):

As autoras apontam três ações para o reposicionamento do profissional Arquiteto e Urbanista: o arquiteto como provocador do exercício teórico e prático da crítica; o arquiteto como mediador; e o arquiteto como produtor de interfaces.

[...] o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como objeto de investigação e reflexão. Isso significa abrir mão dos ideais de autoria e integridade das obras arquitetônicas, bem como do pressuposto de que usuários e construtores são sujeitos passivos, dispostos a conformar todas as suas ações à imaginação de um arquiteto. Significa também não evitar questionamentos relacionados à sociologia ou à economia política, tais como o mercado imobiliário, as políticas públicas ou a produção informal (KAAP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 3).

Considerando o primeiro, o arquiteto como provocador do exercício teórico e prático da crítica, elas dirão:

Um exercício crítico é, ao mesmo tempo, uma forma de teoria e uma forma de prática. Ele tende a ser mais teórico quando concerne à sociedade enquanto totalidade, e ele se torna mais prático à medida que aborda situações específicas. Mas em nenhum dos casos o exercício crítico é concebido como um manual, um manifesto ou uma estratégia de solução de problemas. Ele não fornece regras universais ou declarações genéricas sobre que tipo de espaço seria bom para os seres humanos. Ele sempre permanece crítico, não-prescritivo.

[...] Portanto, a tarefa de um intelectual crítico é discernir, compreender, mostrar todas as circunstâncias em que o processo de produção de arquitetura e urbanismo se coloca. Mas cabe a cada indivíduo a decisão sobre o que fazer. Crítica não é prescrição prática. (KAAP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 5).

Em relação ao segundo, o arquiteto como mediador, as autoras colocam que

Mediação significa que o arquiteto age quando solicitado pelo usuário para remover obstáculos à construção de conhecimento e à ação. Incide na prática arquitetônica como mediação a serviço da autonomia das pessoas. A mediação que isso favorece não é intermediação: o arquiteto no centro tentando reconciliar os diversos pólos. Mediação significa criar meios para remover empecilhos sociais, liberando a troca de ideias e de informação técnica. Ela visa a fortalecer a experiência, as opiniões e os julgamentos das pessoas ou, enfim, fortalecer sua autonomia. (KAAP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 7).

Quanto ao terceiro, o arquiteto como produtor de interfaces que auxiliem atores a realizarem suas próprias críticas sobre o espaço:

O projeto de um modo geral, incluindo o arquitetônico, está frequentemente mais voltado à realização de potenciais dados ou a solução de problemas estabelecidos do que ao levantamento de questões para o usuário. (KAAP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 8).

Kaap, Baltazar e Morado valem-se do conceito de Jones em seu livro *Designing Designing* em que demonstra que:

[...] em vez de projetar objetos de uso acabados com funções predeterminadas, deveríamos tentar examinar os próprios objetos e sua lógica imanente no contexto de processos abertos. Isso significa projetar elementos que funcionem como interfaces para que as pessoas continuem a criar seus próprios espaços e objetos. O propósito de tais elementos é manter o processo em andamento, abrindo caminho para usos inovadores, já que não haveria nenhum uso específico prescrito (KAAP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 10).

As autoras também se utilizam de Ivan Illich para apresentar um conceito social mais amplo, denominado por Illich de “tool for conviviality” ou instrumento/ ferramenta para a convivalidade, a convivência, o convívio ou a sociabilidade:

O propósito de instrumentos conviviais é iniciar eventos e estimular o diálogo, a intersubjetividade, as interrelações e os processos políticos de construção social. Por isso, os seus princípios básicos de projeto se aplicam também ao que estamos chamando de interfaces. “O uso desses instrumentos por uma pessoa não restringe seu uso por outra. Eles não requerem certificação prévia do usuário. Sua existência não impõe nenhuma obrigação de usá-los. Eles permitem ao usuário expressar seu significado na

ação” (ILLICH, 1978, parágrafo 101) (KAAP; BALTAZAR; MORADO; 2008, p. 10).

O arquiteto urbano como possibilidade, por Paola Berenstein Jacques (2003):

Outra proposição para a redefinição do profissional arquiteto e urbanista é a de Paola Berenstein Jacques, que, entendendo a arquitetura como espaço-movimento, indica outro perfil de profissional, por ela denominado de Arquiteto Urbano.

Jacques (2003) apresenta da seguinte forma o conceito de espaço-movimento:

A possibilidade de um espaço-movimento nasce [...] ligada à existência de espaços que estão em movimento, em transformações contínuas, em eternos deslocamentos, em suma, espaços em fuga. O espaço-movimento não seria mais ligado somente ao próprio espaço físico, mas, sobretudo, ao movimento do percurso, à experiência de percorrê-lo, o que é da ordem do vivido e, simultaneamente, ao movimento do próprio espaço em transformação, o que é da ordem do vivo. [...] O espaço-movimento é diretamente ligado a seus atores (sujeitos da ação), que são tanto aqueles que percorrem esses espaços quanto aqueles que os constroem e os transformam continuamente. [...] A própria ideia do espaço-movimento impõe a noção de ação, ou melhor, de participação (JACQUES, 2003, p. 75).

Jacques prossegue apresentando a ideia do “Arquiteto Urbano”, que ela localiza no espaço das Favelas. Entretanto, nos apropriamos desta ideia ampliando o entendimento do “Arquiteto Urbano” como profissional que deve atuar em toda a produção da cidade ligada ao planejamento dos espaços construídos e/ou públicos.

Os arquitetos-urbanos, no momento de urbanizar as favelas, seguiriam os movimentos já começados pelos moradores, para – em vez de fixar os espaços, criando bairros ordinários – conservar o movimento existente, o que é extra-ordinário. [...] O arquiteto-urbano seguiria o movimento urbano das favelas para criar algo como “bairros em movimento”. (JACQUES, 2003, p. 110).

[...] Passaria a fazer intervenções mais discretas, pouco visíveis, sem construir verdadeiras “obras arquitetônicas”, sem colocar sua “assinatura” formal de arquiteto. O trabalho não teria uma “autoria” precisa, passando a ser realmente coletivo e anônimo, como já o é na favela. [...] Seu papel seria o de organizar fluxos. Da mesma forma que o papel do artista, Para Oiticica,

é “suscitar no participante, que é o ex-espectador, estados de invenção”, o arquiteto-urbano seria o suscitador, o tradutor e catalisador dos desejos dos habitantes.

Para preservar o espaço-movimento, o arquiteto-urbano tentaria agir sem um projeto convencional, sem modelo formal, atuando por micro-intervenções, ou seja, intervenções mínimas que seguissem o fluxo natural e espontâneo que já existe no próprio espaço-movimento. (JACQUES, 2003, p. 112).

O urbanista errante de Paola Berenstein Jacques (2012)

Para a autora, o urbanista errante seria aquele que busca o estado de espírito errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos do que com as representações gráficas, planificações ou projeções, ou seja, com os mapas e planos, com o culto do desenho e da imagem.

O [urbanista] errante não vê a cidade somente de cima, em uma representação do tipo mapa, mas a experimenta de dentro, sem necessariamente produzir uma representação qualquer desta experiência. [...] A errância urbana seria uma apologia da experiência da cidade, que poderia ser praticada por qualquer um [...] diretamente relacionado com a questão do cotidiano (JACQUES, 2012, p.118).

O arquiteto como agente espacial/agenciador espacial, por Jeremy Till (2009)

Por fim, como outro conceito importante que vai em direção a um reposicionamento do profissional, Jeremy Till, professor e pesquisador britânico, defende uma atuação do arquiteto que se articule com os demais agentes da produção do espaço, de tal modo que o arquiteto passe a ser uma espécie de “agente espacial” ou “agenciador espacial”. Deslocando seu papel para o de um “agente do espaço”, ele estaria potencializando o “empoderamento” dos demais sujeitos, usualmente menos poderosos na relação de forças que define a produção do espaço arquitetônico (FERNANDES, 2012).

Segundo Till (2009), isto sujeita o arquiteto a um problema de conflito entre poderes e forças sociais diversas, fazendo com que ele abandone sua posição demiúrgica que, se não é neutra, está sempre do lado mais poderoso. (Tradução nossa)

Concluindo este texto, tivemos como objetivo iluminar outras possibilidades de fazer arquitetura, e de ampliar próprio entendimento e atuação deste campo. É importante salientar que não se pretende substituir toda a prática convencional da arquitetura e do urbanismo por estas outras aqui apresentadas. A intenção é criar um campo de discussão onde a pergunta “que outros modos de fazer cidade são possíveis?” se coloca. O desejo é que estes “outros-conceitos” se desdobrem no ensino e na prática da arquitetura e do urbanismo.

3.3 Práticas micropolíticas em arquitetura e urbanismo

Tendo em vista a cartografia teórica apresentada nos capítulos anteriores, neste momento pretendemos relacioná-la com as experiências práticas em arquitetura e urbanismo. Com esse intuito, buscamos cartografar as práticas do grupo Célula Emau da Universidade Federal do Espírito Santo.

Considera-se que a construção crítica de um pensamento não deve estar apenas circunscrito a suas teorias e pesquisas. Toda crítica deve trazer questões disparadoras para a prática.

A arquiteta Lina Bo Bardi, em suas aulas, discursava:

Deixamos de lado a definição idealista de teoria, que estabelece um círculo vicioso procurando definir “teoricamente” a palavra “teoria” que seria uma forma teórica distinta da prática. Para nós, a teoria se identifica com a prática, sendo a prática demonstrada racional e necessária através da teoria, e por sua vez, a teoria realística e racional [demonstrada] através de sua prática. [...] Despimos assim a teoria de todo o aparato que o século XIX tinha

colocado em cima dela, e assim, simples e despida, a teoria vem em nossa ajuda para a impositação dos problemas arquitetônicos, como sinônimo e identificação de prática planejada (BARDI In. RUBINO; GRINOVER (orgs.), 2009, p. 10).

Neste momento serão debatidas as experiências que promovam e atravessam subjetividades micropolíticas, ou que estão em processo de reterritorialização constante na cidade, ou que aproximam o cidadão comum, tornando-o um arquiteto qualquer, como já debatido nos textos anteriores, ou ainda que entendam e potencializem o direito do cidadão, ou seja, o direito de qualquer um fazer a cidade.

Buscamos, também, a compreensão dos conceitos discutidos no capítulo anterior, “Apontamentos no campo da arquitetura e urbanismo”, para orientar esta pesquisa. Por isso, a reconstrução de um pensamento filosófico sobre o campo disciplinar e operativo¹³ da arquitetura e urbanismo é fundamental para pensar outros modos de ação e também outros modos de sentir e ver a arquitetura e urbanismo.

Nesse sentido, a partir dessas orientações teóricas, apresentaremos, a seguir, as experiências de intervenção e produção do espaço urbano do grupo Célula Emau e o Fórum Bem Maior.

Motivo da escolha do Célula é o a participação ativa do autor dessa dissertação nos projetos do Célula Emau durante o período da graduação (de 2007 à 2011). Período em que se pode experimentar outras possibilidades de se fazer cidade, a partir da aproximação da universidade, ou melhor de estudantes de arquitetura e urbanismo, com as comunidades, exercitando assim ações micropolíticas numa construção do

¹³ Ver o conceito “crítica operativa” de Manfredo Tafuri (1988). Este conceito pode ser entendido por Tafuri como ação projetual num sentido mais amplo e discursivo. De forma geral, a crítica de Tafuri questiona o próprio papel da história da arquitetura quanto a possibilidade deste domínio assumir um “papel produtivo” no debate contemporâneo; e destaca que este conceito corresponde ao esforço de não fazer uma crítica ideológica, mas sim uma crítica da ideologia.

espaço urbano. Tais ações podem tidas por exemplo como discussão de políticas urbanas entre universidade, comunidade e gestores urbanos, ou como por exemplo de desenho e tomadas de decisões colaborativas ou interativas e horizontais. Além disso as ações de transformação do espaço por mutirão, possibilitaram alternativas de construção de espaços e o exercício do direito de qualquer um fazer cidade.

Célula Emau – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

A seguir serão apresentadas as experiências práticas e teóricas do grupo Célula Emau da Ufes. Elegemos este grupo por entender que suas ações vão ao encontro de uma subjetividade micropolítica em seu fazer cidade, em reciprocidade com o qualquer um que faz cidade. As ações do Célula buscam a valorização do ambiente e das relações locais, apropriando-se e partindo delas para promover e facilitar as transformações dos ambientes em que trabalham.

Emau significa Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Trata-se de um programa de Extensão Universitária que se articula à pesquisa e ao ensino de graduação. Esse escritório é um projeto fomentado pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura (Fenea) e surge da discussão a respeito da vivência e das práticas dos estudantes de Arquitetura durante a graduação. Tem não só a finalidade de completar a educação universitária, mas também se afirma como um compromisso com a realidade social da comunidade no qual o programa e os projetos de extensão universitária serão realizados. Desenvolve-se para extrapolar a vivência da sala de aula e encontrar formas de contatos com a sociedade. Desse modo, a tríade Ensino + Pesquisa + Extensão deve ser tomada como base para o entendimento dos princípios de seus trabalhos, caracterizados por uma comunicação constante entre sociedade e universidade, de forma que cada indivíduo envolvido entenda a importância e a responsabilidade da sua existência.

Criado em 2002, o Célula Emau da Ufes é um programa organizado pelos alunos e professores sem hierarquização ou modelo de organização similar aos outros tantos laboratórios acadêmicos dessa universidade. O Célula tem o objetivo de disponibilizar recursos humanos, técnicos e científicos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente das comunidades onde atua.

Desde sua criação, vem desenvolvendo trabalhos de assistência técnica na intenção de fornecer e discutir os serviços de arquitetura e urbanismo com as comunidades organizadas que não tenham acesso ao mercado formal de arquitetura. Outra meta importante é o estímulo à produção acadêmica e a discussão da problemática da habitação social, bem como a adaptação do ensino, da extensão e da pesquisa às novas realidades apresentadas. A ação do grupo converge com um dos "institutos jurídicos e políticos" da Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, que é o da "assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos"¹⁴.

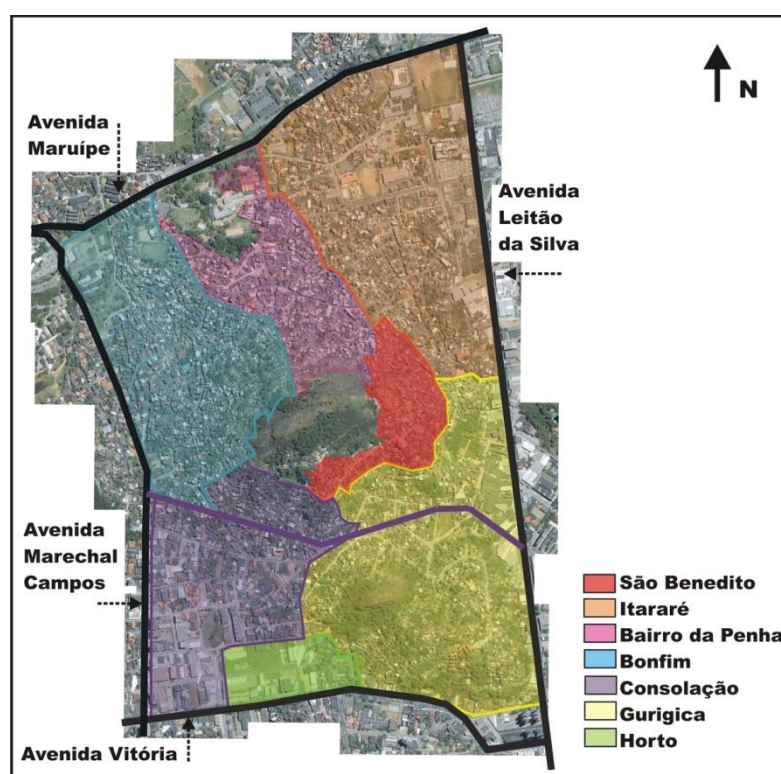
As atividades do Emau propiciam a formação crítica do graduando de Arquitetura e Urbanismo constituindo reciprocidades com as comunidades e os movimentos sociais; articulando seus interesses políticos e sociais aos conhecimentos técnicos e científicos. São exercidas ações e atividades que compreendem a Universidade como local do saber comprometido com o amplo desenvolvimento social.

Do universo de experiências do Célula Emau, de 2002 até o presente momento, optamos por escolher o período de 2008 a 2011, em que o autor desta dissertação participou ativamente dos projetos, para discutir as práticas e teorias de arquitetura e urbanismo que o Célula desenvolveu.

¹⁴ Visa apurar-se também à Lei de Assistência Técnica (LEI Nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008) que regulamenta sobre “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto pelo art. 6º da Constituição Federal” e à Resolução do MEC Nº 6, de 2 de fevereiro de 2006 que sugere a instauração dos escritórios modelo dentro dos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo como prática de extensão.

Desde o final de 2008, o Célula voltou sua atuação para a Poligonal 1¹⁵ (região administrativa instituída pelo Projeto Terra, da Prefeitura Municipal de Vitória) formada por oito comunidade: Bairro da Penha, Bonfim, Consolação, Engenharia, Jaburu, Floresta, Itararé, e São Benedito. Esses bairros ocupam o Morro Grande, e possuem 31 mil habitantes, cerca de 10% da população de Vitória. Os assentamentos se constituíram, inicialmente, sem financiamento público, sem assistência técnica de arquitetos e de engenheiros e à margem da lei.

Figura 1 – Localização dos bairros da Poligonal 1 no município de Vitória.



Fonte: Autor.

¹⁵ Um dos 15 “territórios de planejamento e ação” do “Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda do Município de Vitória”, capital do Espírito Santo, designado também de Projeto Terra. VITÓRIA, Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2014.

A ocupação do Morro Grande começou no final dos anos 1960, realizada inicialmente por migrantes procedentes das áreas rurais de cafeicultura do Espírito Santo. A imigração se acelerou quando se multiplicaram as oportunidades de emprego na construção civil, desdobramento das indústrias siderúrgicas que se instalavam na Grande Vitória (como as companhias CVRD, hoje Vale e CST, hoje Acelor Mital) (CÉLULA, 2010).

As populações rurais que afluem ao município de Vitória não o fazem somente em razão da concentração dos meios de produção das grandes empresas, mas, sobretudo, porque a cidade acaba por se constituir no “autêntico desaguadouro” daquilo que o sistema desorganiza sem destruir completamente (Castels apud CÉLULA). Neste caso, a estrutura agrária é esvaziada, enquanto as cidades se convertem nos agentes principais do modelo político-econômico industrial que se implantava (CÉLULA, 2010).

As pessoas, desarticuladas da vida rural, desenvolveram formas de vida e atividades alternativas, ocupando áreas da cidade cuja localização era desvalorizada. Além dos emigrantes das culturas cafeeiras de municípios como Colatina, vieram habitantes do norte do Espírito Santo, do norte de Minas Gerais, do sul da Bahia – as regiões mais empobrecidas dos três estados. Inclusive, constata-se um número expressivo de migrantes vindos de Conceição da Barra e de São Mateus, expulsos pela ocupação das terras pelas plantações de eucalipto da Aracruz Celulose. Estes migrantes são remanescentes de comunidades quilombolas do norte do estado que moram tanto nos morros quanto na parte baixa destas comunidades (CÉLULA; FÓRUM BEM MAIOR, 2010)

Fala de um dos moradores que ocupou o morro no início:

[...] Bom, menina, eu vim do interior, tem gente que veio de outro Estado. Tem gente que veio trabalhar e acabou ficando por aqui. Todo mundo veio pro São Benedito no ano de 1968, mais ou menos. Eu vim porque não podia mais ficar

por lá em Córrego de Água Branca, ou Córrego Preto - comunidade quilombola, pelos lados de São Mateus e Conceição da Barra. (NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009 apud CÉLULA; FÓRUM BEM MAIOR, 2010).

Figura 2 - Vista de Jaburu e de São Benedito, ano 1960.



Fonte: SEDEC - PMV (Prefeitura Municipal de Vitória). Foto aérea Paulo Bonino.

Figura 3 - Vista de Jaburu e de São Benedito, ano 2000.



Fonte: SEDEC - PMV (Prefeitura Municipal de Vitória). Foto aérea Paulo Bonino.

A ocupação informal dessas áreas gerou problemas para a inserção da infraestrutura viária, de abastecimento e de saneamento; dificuldades de acesso (inclusive para os pedestres), além de problemas e dificuldades para a construção e a estabilidade das edificações. Fatos que não impediram que se estabelecessem como comunidade, procurando consolidar suas moradias, efetivar as relações de vizinhança, e até mesmo que se organizassem em associações com representatividade política, articulando melhorias na sua qualidade de vida com a prefeitura e outras instituições, como no caso do banco de cooperativa de crédito, Banco Bem (promovido pela Associação Ateliê de Ideias) (CÉLULA, FÓRUM BEM MAIOR, 2010).

Atualmente, um dos projetos da Prefeitura Municipal de Vitória atuante nessas comunidades é o Projeto Terra. Ele visa a melhoria da qualidade de vida dos moradores de ocupações de interesse social, ditas informais, com projetos de urbanização e habitação, regularização fundiária, melhoria da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, e ainda com a promoção das condições socioeconômicas da população. A população reconhece os avanços na qualidade do espaço e dos serviços urbanos, mas permanece mobilizada, atuando em diferentes formas de luta e organizações comunitárias (CÉLULA, FÓRUM BEM MAIOR, 2010).

O Fórum Bem Maior (FBM) se destaca como organização e luta comunitária na Poligonal 01. É importante salientar, bem como refletir sobre a atuação do Fórum, pois identificamos nele o exercício de cidadania em busca de representatividade crítica, política e social da comunidade diante da sociedade e do Estado.

Segundo o “Plano Bem Maior do Território do Bem” (FÓRUM BEM MAIOR et al., 2009), o Fórum busca empreender ações coletivas que assegurem maior força de negociação, reivindicação e debate político, observando-se o exercício de cidadania, inclusive com participações no Conselho Popular de Vitória, audiências públicas, orçamentos participativos. Ou seja, o Fórum promove a organização e participação de

seus moradores com pleno conhecimento da complexidade política em que estão implicados.

Ainda de acordo com o plano, o Fórum Bem Maior é um espaço aberto de agregação e produção de conhecimentos múltiplos, debate de interesses e articulação de soluções comuns às oito comunidades no enfrentamento da desigualdade social, da segregação espacial, comprometido com a busca da melhoria da qualidade de vida e com a participação cidadã de seus moradores.

O Fórum possibilita novas relações políticas e territoriais entre as lideranças na busca da construção de um espaço comum de atuação política. Produzem, nos próprios atores desse movimento, a percepção de um alargamento de fronteiras comunitárias e políticas, que encontra significado no sentimento de pertença a um território ampliado, para além dos limites geográficos dos bairros. Exemplo disso, foi por meio da atuação no Fórum Bem Maior que participantes, moradores e lideranças das comunidades se autodenominaram “Território do Bem”.

Importante destacar que o Fórum vem empreendendo, em meio a limites, avanços e retrocessos, essa prática do exercício de cidadania. Isso se dá por meio de inúmeras microestratégias políticas que, no cotidiano, afirmam a importância das garantias dos direitos inscritos nas leis e o reconhecimento do outro em sua alteridade, portanto, como sujeito de direitos legítimo, tanto quanto provisórios, múltiplos e processuais. De fato, o Fórum se torna exemplo do exercício do direito de qualquer um fazer a cidade.

A atuação política dos moradores, antes excluídos do direito a cidade mesmo das circunstâncias antes criticadas porque reduzidas: moradia digna, infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos, não só os permitem se apropriarem do local, mas lhes acede ao poder de influenciar e intervir na gestão do seu território e mesmo em nível da cidade, por meio de associação com outros movimentos sociais e por meio da participação em conselhos da cidade (sem se deixar cooptar). Eles por

meio da auto-organização acessam certa autonomia e empoderam-se¹⁶. Esse Fórum é um espaço político com base no diálogo, tido “como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir” (FREIRE, 1994).

O Fórum Bem Maior não tem forma jurídica ou institucionalizada, tal como a Associação Ateliê de Ideias, que é uma organização não governamental (ONG) atuante especialmente no setor da economia solidária. O Fórum Bem Maior – movimento político popular que ganha contornos diversificados à medida que é produzido nos encontros por seus participantes – vem sendo construído em várias frentes de atuação: por vezes, atua no campo da negociação com o governo local, de forma a reivindicar direitos e cobrar a efetivação da participação comunitária nas esferas políticas decisórias, como também atua em ações estratégicas com as ONGs e projetos de extensão de universidades. Essas ONGs, comumente, realizam a intermediação dos recursos públicos para a efetivação de iniciativas demandadas pelo Fórum, além de trabalhar na estruturação de projetos sociais (FÓRUM BEM MAIOR et al., 2009).

Participam, hoje, da plenária do Fórum, em média, 30 a 40 pessoas, dentre elas, moradores, lideranças formais e informais dos bairros, representantes do poder público e representantes de ONGs. Através da participação no fórum e da conversa com as lideranças, podemos observar que alguns moradores acompanham as

¹⁶ Empoderamento, termo discutido nos marcos do pensamento de Paulo Freire, implica “conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo)”, e não uma simples outorga, dádiva ou transferência por “benevolência” que “transforma o sujeito em objeto passivo” (DICIONARIO PAULO FREIRE, STRECK, DANILO R., REDIN, EUCLIDES (ORGANIZADORES). AUTENTICA EDITORA, 2008.

reuniões do Fórum esporadicamente e que essa participação depende especialmente do interesse pelo assunto em pauta.

Acreditamos que a participação das lideranças se dá de forma bastante diferenciada, indicando diferentes interesses, apostas, usos e concepções do espaço. Percebemos isso nas variadas formas como as lideranças falam a respeito daquele espaço: um espaço de aprendizado político, para alguns; um espaço de “ajuda” mútua, para outros; e ainda de união de forças, de cobrança do poder público etc.

Exemplo da atuação do Fórum no território é o desenvolvimento do “Plano Bem Maior” (Plano de Desenvolvimento Comunitário do Território do Bem). Projeto realizado junto com a organização não governamental Ateliê de Ideias, o Sebrae e consultores da Universidade Federal do Espírito Santo em que foi elaborado um plano estratégico para o Território com perspectiva de abordagem em cinco dimensões – cultural, social, política, ambiental e econômica, com objetivos relacionados à elevação da escolaridade, ampliação da participação das comunidades no fórum, formação de lideranças, articulação de iniciativas de geração de trabalho e renda, responsabilidade socioambiental, divulgação da multiculturalidade e diversidade no Território do Bem, entre outros. Os objetivos e metas presentes nesse plano foram estabelecidos pelo colegiado composto pelos próprios moradores (FÓRUM BEM MAIOR et al., 2009).

Nesse sentido, pode-se observar que as próprias metas e objetivos já demonstram certa consolidação das questões primárias, básicas e emergenciais relacionadas às condições de habitabilidade, infraestrutura, entre outros, atendo-se a questões de cultura e lazer articuladas ao social, por exemplo.

O Fórum Bem Maior é, portanto, um espaço bastante diversificado. Um espaço de articulação política que parece ganhar força na medida em que se cria estratégias coletivas de alargamento democrático e inserção na vida política da cidade. O Fórum Bem Maior apresenta-se, sim, como um fórum popular, um espaço de expressão

política, de conformação de redes e intercâmbios entre ONGs, moradores, universidade e Estado.

Relacionando os processos Fórum com os conceitos de Pelbart (2011, p.21), podemos nos arriscar a dizer que o Fórum está constituindo “novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e de autovalorização”. Além disso, aberto às múltiplas possibilidades de redes de trabalho, principalmente à “outras redes que não as comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes”.

Entendemos também o Fórum como espaço público alternativo na cidade, pois se consolida como espaço alternativo estratégico de discussão política em relação àqueles oficialmente estabelecidos pelo Estado. Tornando-se assim, um espaço do comum, conceito tratado no capítulo 2.1 principalmente por Pelbart e Negri, pois neste espaço que o Fórum possibilita, é onde exercita as reivindicações por maior qualidade no transporte público, assim como com a preservação e criação das áreas verdes e dos espaços públicos, além da luta pelo direito a uma outra democracia, não apenas representativa, e sim direta e horizontal.

É diante desta perspectiva, que o Fórum tem redescoberto o espaço público como espaço político, fora dos limites já precisos de uma política perversa, transformando suas ações em táticas, em um espaço praticado. (FOUCAULT. 1994). O espaço político como trata Rancière, espaço onde se exercita a igualdade de qualquer falante com outro qualquer falante” (RANCIÈRE, 2005, p. 43).

A prática do fórum converge com a sentença de municipalistas ou de localistas de que “não deve haver política sem comunidade”. Entendida como associação local de pessoas “reforçadas por seu próprio poder econômico, sua própria institucionalização dos grupos de base (...)” (Bookchin In. BOOKCHIN; BOINO; ENCKELL, 2003).

A prática do fórum fornece argumento para comprovar teses dos novos municipalistas de que a democracia começa nas cercanias, nas proximidades. A modalidade de atuação do Fórum do Território do Bem implica na proximidade entre governantes e governados que configurava a original definição de democracia (Observatório metropolitano, 2014). Ali o cidadão qualquer, aquele que não foi eleito para governar, que não é especialista em gestão pública, faz diagnósticos sobre sua localidade, faz uma agenda de seus problemas, incluindo o encaminhamento de soluções, ajuda a determinar ou determina ações sobre a sua comunidade.

Nisso há aquela passagem do qualquer, do ordinário, do homem comum – que age no território comum e com meios comuns - ao próprio e o retorno do próprio ao comum (como aludido no capítulo anterior com base em Rena e Agamben). Representa, também, a tal ‘construção subjetiva dos espaços urbanos’ feita por pessoas comuns que se tornam extraordinárias. Embora elas já fossem extraordinárias desde a aventura de migração e de fundação daqueles bairros e de sua conversão à cidade com todos os serviços e infraestruturas urbanas disponíveis nos outros bairros considerados formais do município de Vitória (todos conquistados por meio de suas lutas).

Dado o cenário marcado pela ocupação informal, pelas lutas por direito de moradia e qualidade urbana, de participação de diversos agentes governamentais, não governamentais e da própria população, o Célula EMAU buscou aproximar-se do Território do Bem para colaborar e fomentar a discussão e a prática da arquitetura e urbanismo.

Figura 4– Reuniões do Fórum Bem Maior.



Fonte: Célula EMAU

A partir deste momento serão apresentados os projetos **do Célula EMAU**: Habitação memória e vivência (1); Intervenções em espaços livres (2) e Mutirão do Bem (3). Todos estes três projetos acontecerem no Território do Bem, que podemos dizer que é um espaço de multiplicidade, de território alternativo ao território formal, rígido e planejado da cidade. São áreas de ocupações informais, ocupadas por movimentos sociais que hoje se constituem como comunidades engajadas que buscam direitos urbanos.

Habitação, Memória Vivência em São Benedito foi a primeira experiência no Território do Bem. O Célula, inicialmente, procurou entender as práticas e a história da ocupação e construção das primeiras moradias na comunidade, conhecer os modos de habitar, os processos construtivos e técnicos da chamada cidade informal. Surgiu assim, no final de 2008, o projeto “Habitação, Memória E Vivência em São Benedito”, com enfoque na habitação, registro da memória dos moradores, uma vivência do Célula com a comunidade (CÉLULA, 2010).

Numa esfera maior, reconhecemos essa ação como sendo importante para a sociedade como um todo, por prover conhecimento sobre a produção da cidade à população civil e acadêmica, por reduzir o preconceito e os tabus em relação à parcela da população que vive em situação de ilegalidade urbana e, principalmente, por lançar

aos profissionais especializados informações para intervirem na “cidade informal” de modo consciencioso.

O “Habitação Memória e Vivência” se baseou na coleta de relatos dos moradores. Foram selecionadas 30 famílias de moradores mais antigos, com 20 a 30 anos de moradia, que participaram do processo de ocupação e construção da comunidade, de forma que 24 famílias foram efetivamente entrevistadas e disponibilizaram dados para o trabalho.

Houve três tipos de ação de aproximação, a primeira foi a entrevista, na qual foram abordados dados do morador; informações sobre a ocupação do morro; sobre a construção da casa; sobre o crescimento da comunidade e a participação deles no processo; e a visão do futuro da comunidade e do próprio morador.

As entrevistas foram importantes para entender o processo de consolidação do bairro e a participação dos moradores nesse processo.

Figura 5 – Entrevista com morador de São Benedito.



Fonte: Célula EMAU

As pessoas antigas, que moravam, não tinham condições de melhorar o morro. Porque ninguém tinha nada! Aí as pessoas que foram saindo e foram

*vendendo pra outras pessoas, que tinham mais condição, é que foi melhorando o morro. Que aí já foi fazendo colégio, construíram a igreja aqui, asfaltaram rua.*¹⁷

Em relação à evolução da casa, o processo da construção dos barracos de madeira, com o crescimento do bairro, foi substituído pela reconstrução da casa em alvenaria.

*A casa era feita de madeira, aí tinha assoalhos e não tinha divisão. Era uma casa comprida, né, e era tudo: quarto, cozinha, né? Tudo assim. A gente fez uma casa de alvenaria e ele (o pai) cismou que queria fazer a casa com pilares redondo! Ai começou a catar as latas de óleo, porque ele fazia a forma, né? Usou a inteligência dele.*¹⁸

A segunda ação foi a entrega a cada família de uma ficha com um campo em branco onde seria feito um desenho da casa, com o objetivo de, além do relato, registrar o imaginário do morador através do desenho.

Nessa ficha, havia também as perguntas: “O que é a sua casa para você?”; “O que você mudaria na sua casa?”; “Como você imagina a sua casa daqui a um ano?” Nesses desenhos, muitas vezes, estavam expressos, além do que a casa representava para o morador, anseios de melhoria.

¹⁷ Entrevista de Laura Pereira, em janeiro de 2009 (CÉLULA, 2010).

¹⁸ Entrevista de Nelcir Rodrigues Dantas, fala de seu filho Valmir Dantas, em janeiro de 2009 (CÉLULA, 2010).

Figura 6- Ficha do morador Anibal João de Almeida.

57

SÃO BENEITO

sobrenome: Anibal João de Almeida

* obs:

O que é a sua casa para você?

É tudo para mim.


O que você mudaria na sua casa?

Mudaria o piso, trocaria a fiação, construiria um banheiro no quarto e reformaria o que está pronto.

Como você imagina a sua casa daqui a 1 ano?

Pintada por fora de azul celeste e de verde por dentro.

Aqui embaixo ... espaço para desenhar sua casa



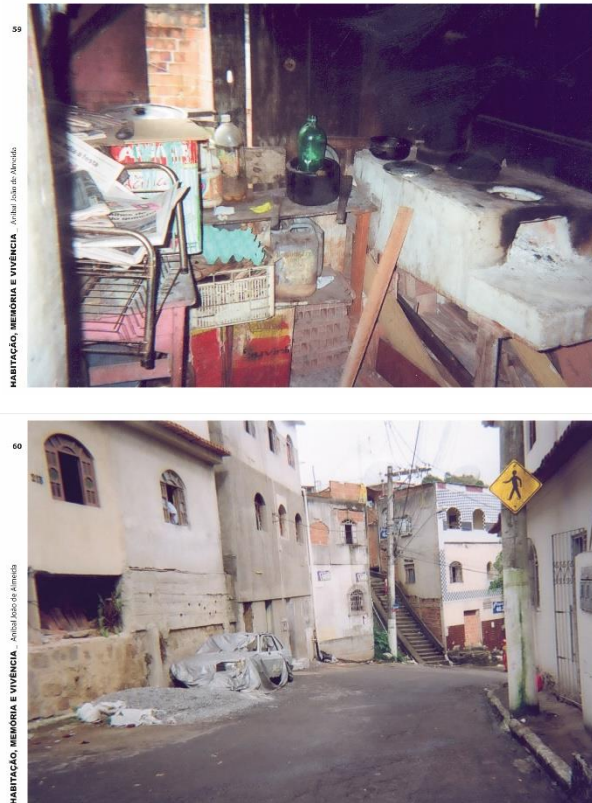
HABITAÇÃO, MEMÓRIA E VIVÊNCIA - Anibal João de Almeida

emaufief@yahoo.com.br

Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Com a ficha, foi entregue às famílias uma máquina fotográfica descartável para que fosse realizado, pelos moradores, um registro fotográfico, capturando a forma como eles veem o seu bairro e a sua casa. Essa foi a terceira ação. Foram solicitadas sete fotos para cada família, sendo duas do interior da casa, duas externas, duas do bairro e uma da família. O resultado reúne muitas fotos de espaços públicos, como a praça do bairro, escadarias e becos. E dentro da casa: fotos de cozinha, ressaltando o valor desse espaço na casa, e de paredes com fotos de familiares e objetos pessoais. Esses enquadramentos enfatizam a história da família.

Figura 7– Conjunto de fotos tiradas pelo morador Anibal João de Almeida.



Fonte: Arquivo Célula Emau.

Assim, a finalidade da pesquisa/aproximação do Célula Emau com o Território do Bem se guia pela importância dos espaços individuais, a fim de entender o sentido coletivo deles. Segundo Angelo Serpa, em Cidade Popular:

Busca-se a construção de uma representação coletiva para cada bairro, a partir das representações individuais dos moradores (identificando-se os pontos comuns entre as diferentes representações individuais). Segue-se a ordem/sucessão “meu” (representação individual), “nosso” (representação coletiva de nível intermediário, específica para cada grupo – formal ou informal) e “o” bairro (representação coletiva de nível superior) (SERPA, 2007, p.14).

Como produto do projeto foi idealizado um catálogo, a ser publicado, com os registros coletados e impressões obtidas. No catálogo, o objetivo principal é o resgate da memória do morador, através do seu olhar sobre a casa, os vizinhos e o bairro.

As entrevistas foram transcritas e os trechos mais significativos foram selecionados. Dessa forma, no catálogo, é ressaltada a constituição da história mediante não somente a narrativa lógica, mas com base na memória e no imaginário dos moradores. A confecção de desenhos e a distribuição de câmeras fotográficas descartáveis possibilitaram ricas imagens e dados sobre a comunidade (CÉLULA; FÓRUM BEM MAIOR, 2010).

Compreender e respeitar o território e o público para quem se projeta é fundamental. Pois não se trata mais de escolher o melhor sítio para implantar uma cidade, como propôs o arquiteto Alberti no século XV, mas como se deve intervir nos sítios submetidos a constantes mutações, com perda ou crise de identidade e com problemas na capacidade de uso. A ideia reguladora do projeto estará na disposição aberta a variações e, portanto, à diversidade. Propõe-se que o arquiteto desapegue-se dos programas ideológicos modernos ou pós-modernos, de seus impulsos colonialistas e de seu confinamento no escritório, apresentando-se disposto a interpretar a complexidade cultural contemporânea como fenômeno sem precedentes. O aprendizado dessa vivência é uma vontade para que haja lugar para os sonhos e as emoções das comunidades populares nos planos e projetos de arquitetos e urbanistas. (CÉLULA; FÓRUM BEM MAIOR, 2010).

Intervenções em espaços livres foi a segunda experiência neste território. Após o primeiro ano de aproximação com o Território do Bem, com o trabalho “Habitação, Memória e Vivência”, a segunda experiência se consolidou na interação e interlocução entre estudantes e comunidades a partir de vivências e de intervenções urbanas nos espaços livres e coletivos das comunidades de Jaburu e de São Benedito do Território do Bem.

É importante ressaltar que, com o primeiro trabalho de investigação da ocupação das comunidades, o Célula Emau alcançou importante diálogo com o Fórum Bem Maior, conseguindo, assim, pensar em propostas e táticas em conjunto com a comunidade para os futuros trabalhos a serem desenvolvidos.

Esse trabalho de intervenção urbana nos espaços livres promoveu dois mutirões. Ambas as intervenções fizeram parte do evento SeNEMAU Vitória 2010 (Seminário Nacional de Escritório Modelos de Arquitetura e Urbanismo), organizado pelo próprio Célula EMAU em conjunto com os estudantes das faculdades de arquitetura e urbanismo da cidade de Vitória e de Vila Velha, no Espírito Santo.

O início das discussões sobre as intervenções começaram em plenária do Fórum Bem Maior, onde foram apresentadas, discutidas e criadas as intenções da intervenção urbana na comunidade. Este é um momento importante para todos os envolvidos, pois é nesse fórum que são tomadas as principais decisões, de forma participativa e aberta, sobre os projetos promovidos no e pelo Território do Bem, que desse modo se torna protagonista do desenvolvimento local, o qual quer que faz cidade.

Durante o Fórum, foram escolhidas as áreas para transformação do espaço, definidas como espaços edificados ou áreas vazias, ambas de caráter público e democrático, destinadas ao uso coletivo, com a finalidade de propiciar encontro, interação, convívio e lazer. Além disso, em várias reuniões no Fórum foram discutidos e consolidados os processos que deveriam constar para despertar a participação dos moradores no processo de criação e construção dos projetos e o senso de pertencimento ao local.

Na comunidade de Jaburu, a área escolhida foi a antiga paróquia da igreja católica, com objetivo de fazer a reforma da edificação e transformá-la na sede da Associação dos Moradores do Bairro de Jaburu (AMB), que logo se consolida como um centro comunitário e de vivência desta comunidade.

Figura 8- Foto da antiga paróquia da igreja católica na comunidade.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 9 - Foto da reforma.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 10 - Foto do reforma finalizada da antiga paróquia transformada na associação de moradores do bairro de Jaburu.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

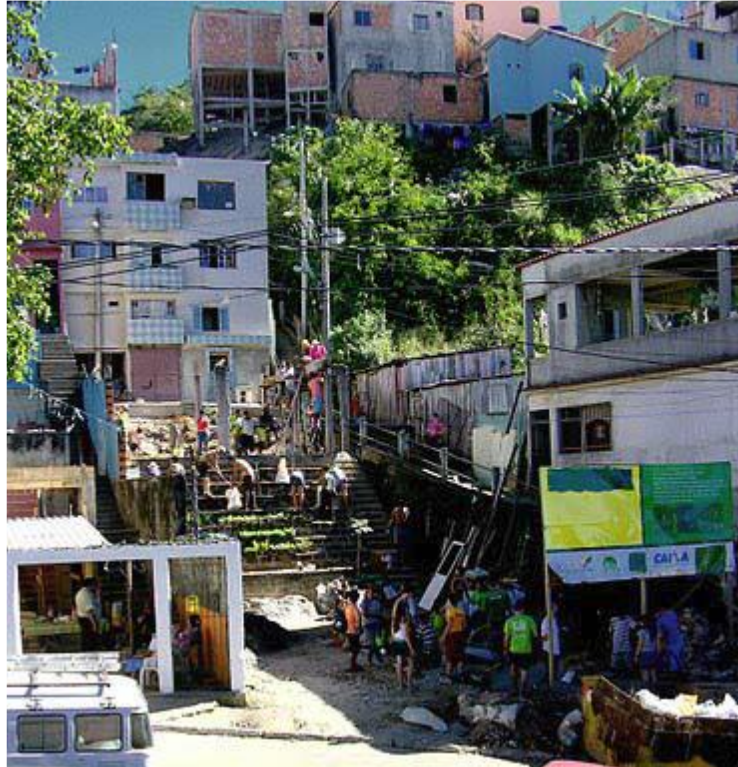
Na comunidade de São Benedito, a área escolhida foi um espaço livre pertencente à associação de moradores. Este terreno encontrava-se em situação degradada, com depósito de lixo, de materiais de construção, uso para estacionamento de carros, motos e ônibus. Anteriormente, quando ainda se encontrava limpo e coberto de areia, era usado como um pequeno campo de futebol e área comum para as crianças se reunirem no bairro. O objetivo da intervenção foi transformar este terreno em um local de convívio, espaço lúdico e recreativo para os moradores, além da construção de um centro comunitário na parte superior do terreno.

Figura 11 - Foto da área antes da intervenção na comunidade de São Benedito.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 12- Foto da reforma da área na comunidade de São Benedito.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 13- Foto da reforma da área na comunidade de São Benedito.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Em ambas as intervenções nas comunidades, consolidou-se um pequeno grupo com lideranças comunitárias, moradores e membros do Célula Emau que assumiram grande responsabilidade em realizar as articulações para as intervenções, como, por exemplo, a captação de recursos financeiros e materiais, tanto nos pequenos e nos grandes comércios da região quanto na Prefeitura Municipal de Vitória, nas instituições religiosas e não-governamentais. Outra meta desse grupo foi agenciar pessoas para realizar os trabalhos de execução das obras planejadas. Ficou evidente a cooperação do grupo e a riqueza de diálogos e trocas de experiências durante todo o trabalho.

Um dos resultados foi o efeito multiplicador dessas ações de extensão. Ambas as transformações dos espaços não se limitaram ao período do evento. Tanto na comunidade de Jaburu quanto em São Benedito, os trabalhos de reforma dos espaços tiveram início semanas antes, e foram concluídos semanas ou meses depois do evento. Trabalho realizado por alguns moradores e por componentes do Célula Emau.

Podemos dizer que a vivência, a intervenção e até mesmo o próprio SeNEMAU não foram o objetivo final, mas parte contínua de um processo de aproximação efetiva e afetiva entre os estudantes e a comunidade, um processo de construção de reciprocidades.

“Mutirão do Bem” foi a terceira experiência do grupo Célula Emau no Território do Bem. Este projeto teve como objetivo conhecer, mapear e transformar os espaços degradados destas 8 comunidades do Território do Bem (Bairro da Penha, Bonfim, Consolação, Itararé, Engenharia, Floresta, Jaburu e São Benedito) em áreas de convívio, lazer e recreação, ou seja, em espaço públicos livres.

O Mutirão do Bem foi uma das atividades que se inseriu no “Plano Transformação dos Pontos Sujos de Lixo”. Este plano enfatiza a dimensão ambiental, pois a expansão dessas comunidades ameaça as áreas de preservação ambiental (APAs) em seus interstícios; e, ainda, os pontos viciados de lixo estão entre os principais problemas dessas localidades, causando danos sérios a saúde da população, sobretudo a infantil, que manifesta doenças como diarreias, hepatites virais, dengue, leptospirose, e infecções da pele.

O “Plano Transformação dos Pontos Sujos de Lixo”¹⁹ foi elaborado com Ecos do Bem, núcleo do Ateliê de Ideias, de setembro de 2010 até janeiro de 2011, visando

¹⁹ O Plano “Transformação dos Pontos Sujos de Lixo do Território do Bem” constitui uma das ações previstas no “Plano Bem Maior”. O Ateliê de Ideias é o principal articulador do grupo de trabalho que realiza o planejamento e a gestão desse plano -- “Plano Bem Maior. Este é uma das realizações mais significativas do Ateliê de Ideias em conjunto com o FBM realizado antecedido pela realização da pesquisa sobre o perfil dos moradores, em 2008; e, em 2009, a elaboração do “Plano Bem Maior foi concluída em 2010. Esses compõem um diagnóstico que serve de autoconhecimento do Território do Bem e de uma agenda de suas demandas coletivas. Os dois documentos são instrumentos de reivindicação e da promoção de diversos programas nas localidades. Dentre as várias ações descritas no Plano Bem Maior, estão as relativas às questões ambientais, desde os resíduos sólidos até a proteção de áreas verdes ou de risco.

implementar ações de educação ambiental. O trabalho do Célula Emau, nesse plano, foi assistir tecnicamente o mapeamento dos pontos viciados em lixo e o plano das ações e das intervenções físicas de reurbanização, em conjunto com outras entidades voluntárias.

O projeto Mutirão do Bem foi organizado e realizado pelo Ateliê de Ideias, pelo CISV, pelo Fórum Bem Maior e pelo Célula Emau em janeiro de 2011. Como foi dito, o Célula Emau foi o responsável pelo mapeamento e pela intervenção, em regime de mutirão com os moradores das comunidades, universidade, grupos de voluntários internacionais e organizações não governamentais.

Para a realização dessas intervenções, o Célula utilizou-se de métodos participativos, informais e espontâneos para a criação de um espaço subjetivo, onde a troca e a experiência de cada participante e morador seja importante para o desenvolvimento do trabalho proposto.

A primeira etapa deste projeto foi a realização de diversas reuniões no Fórum Bem Maior, para apresentação e revisão do projeto, com o envolvimento dos moradores, lideranças e técnicos da prefeitura, a fim de debater os processos e ações para o mapeamento dos pontos de risco a saúde da área do Território do Bem.

Após a consolidação dos processos, foram criados grupos para o mapeamento das áreas de risco a saúde. Os grupos eram formados por moradores, lideranças comunitárias, técnicos da prefeitura e membros do Célula Emau. Os levantamentos foram realizados por estudantes, voluntários do Célula, e moradores das localidades. Como resultado desta etapa, foram registrados diversos pontos de lixo em lotes vazios, em vias de passagem de carros e pedestres, em áreas de preservação ambiental, e nos fundos de algumas residências: 212 pontos viciados de lixo foram identificados entre agosto e outubro de 2010.

Figura 14- Foto do reforma finalizada da antiga paróquia transformada na associação de moradores do bairro de Jaburu.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 15 - Foto do Fórum Bem Maior sobre o projeto Mutirão do Bem.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 16 - Foto do reforma finalizada da antiga paróquia transformada na associação de moradores do bairro de Jaburu.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Após o mapeamento, foram discutidas ações para sensibilização e conscientização sobre o risco destas áreas, e criadas diretrizes para enfrentamento deste problema junto com os moradores e a prefeitura. Reivindicações de mais equipamentos públicos para o armazenamento de lixo, conscientização do horário para depósito do lixo pelos moradores, a importância da separação do lixo seco, para a diminuição do volume de lixo úmido, entre outras ações, foram pensadas como medidas a serem realizadas.

Em relação à intervenção no espaço físico das comunidades, após o dimensionamento das forças e dos recursos no Fórum Bem Maior e em conjunto com os participantes envolvidos, elegeram-se os pontos onde a serem limpos e urbanizados, organizando-se um mutirão que ocorreria de 5 a 20 de janeiro de 2011. Foram selecionados, inicialmente, 12 pontos para projetos de intervenção, contudo, apenas dois tiveram obras de urbanização efetivamente: Jaburu e Floresta, as duas primeiras áreas de intervenção para transformação dos pontos de lixo em áreas de convívio e de recreação para os moradores. As comunidades escolhidas, Jaburu e Floresta, justificam-se principalmente pela ausência de espaços públicos que atendessem a estas comunidades.

Após a seleção das áreas de intervenção, foram organizadas atividades de sensibilização, como reuniões e oficinas de desenho, para aproximação entre o grupo e os moradores da área onde seria feita a intervenção. Concluída essa etapa de sensibilização, foram iniciadas as atividades de intervenção nas áreas, através de mutirão. Consecutivamente, durante duas semanas, realizou-se uma intervenção em cada comunidade. Neste período, houve grande mobilização das comunidades, universidade, ONGs e da prefeitura municipal.

Durante as intervenções, houve atividades de tomada de decisão do projeto, sensibilização da comunidade, limpeza do terreno, construção de equipamentos e mobiliários, e atividades lúdicas com as crianças.

Figura 17 - Conjunto de fotos do antes, durante e depois da intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Jaburu.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 18 - Conjunto de fotos das atividades realizadas durante a intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Jaburu.



Fonte: Arquivo Célula EMAU.

Figura 19 - Conjunto de fotos do antes e depois da intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Jaburu.



Fonte: Arquivo Célula EMAU

Figura 20 - Conjunto de fotos das atividades realizadas durante a intervenção Mutirão do Bem na comunidade de Floresta.



Fonte: Arquivo Célula EMAU

Destacamos que, assim como as intervenções feitas durante o SeNEMAU/Vitória, nas intervenções realizadas durante o Mutirão do Bem houve continuidade no trabalho para finalização da transformação do espaço. Em especial, na comunidade de Jaburu, as lideranças comunitárias em conjunto com as ONGs que atuam no território, conseguiram levar adiante as atividades de execução dos trabalhos, no intuito de aperfeiçoar as intervenções iniciadas.

Mas o mais significativo é que os moradores e lideranças comunitárias destacam a importância das atividades do Célula Emau no sentido de sensibilizar a comunidade sobre a importância e o direito à urbanidade em suas comunidades. Através da extensão universitária, a universidade se aproxima e trabalha com a sociedade, criando projetos, fomentando discussões e formulando agendas políticas em face das ações do governo sobre as intervenções no espaço público, principalmente requerendo praças, parques, áreas verdes, em suas comunidades, visando uma melhor qualidade de vida.

Podemos relacionar as práticas do grupo Célula Emau, aqui apresentadas, com as teorias que viemos debatendo nesta dissertação. Os conceitos discutidos relativos ao tema cidade alteridade colocam em visibilidade estes espaços de áreas de ocupação ditas informais.

É nesta cidade alteridade que o Célula conduz suas atividades, em busca de troca de experiências entre universidade e sociedade, procurando facilitar e potencializar os espaços e suas relações, compondo-se em vetores micropolíticos que atuem na prática e no direito de qualquer um fazer a cidade.

Em relação ao campo da arquitetura e urbanismo, essas atividades se justificam pela necessidade de um envolvimento dos estudantes de arquitetura e urbanismo com a prática da profissão e com as novas discussões do papel social do arquiteto e urbanista diante da nova conjuntura nacional, voltada para a habitação social e seus

programas habitacionais e também para a realidade urbana, onde não podemos mais excluir ou distanciar estes territórios de lutas que, em nossa perspectiva, conforma-se como território de biopotência. Nesta conjuntura, é necessária a inserção dos profissionais de arquitetura e urbanismo nessas múltiplas realidades.

Essas ações vão ao encontro de um novo sentido da arquitetura, tratado aqui nesta dissertação. A arquitetura como transformação do espaço pelo trabalho humano, que designa um processo e não um produto. “(...) Entendimento da arquitetura como processo aberto, não apenas no sentido da abertura de objetos acabados em relação às suas funções, mas no sentido da abertura de todo o processo de projeto, construção e uso. Isso significa a autonomia de construtores e usuários.” (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 12).

É importante ressaltar que para este cenário, o arquiteto deve reconhecer o cidadão comum não como usuário passivo, mas como produtor da cidade. Além disso, aspectos fundamentais como horizontalidade, autonomia, colaboração, crítica e participação se tornam importantes conceitos aderentes a este outro possível profissional urbano.

Podemos assim relacionar os participantes do grupo Célula EMAU com os conceitos desse outro arquiteto possível e necessário a construção micropolítica dos espaços urbanos. Exemplo disso é o arquiteto produtor de interfaces, o arquiteto como mediador e o arquiteto como provocador de exercício teórico, tratado pelas autoras Kaap, Baltazar, Morado (2008) nessa dissertação (cap. 3.2).

Paola Berenstein Jacques (2003) também contribui nesse sentido, apresentando para nós o “arquiteto urbano”, que se propõe justamente em entender estes processos de participação do usuário e assim desenvolver com os moradores/usuários transformações efetivas no espaço urbano.

Podemos conectar esses conceitos com as práticas do Célula, destacado em suas ações, como por exemplo a preocupação de estabelecer uma aproximação da comunidade antes de iniciar qualquer intervenção. Exemplo disso é o trabalho “Habitação, Memória e Vivência”, que foi desenvolvido para conhecer a história e os meios de participação do usuário na construção das comunidades. Foram criadas interfaces de contato entre o grupo Célula com as comunidades, onde a comunidade pode exercitar através de desenhos, fotografias e a própria narrativa oral o processo de construção. Com isso, o Célula procurou absorver e entender de forma particular para cada território a participação da comunidade, e como poderia se inserir nesse processo de construção já existente, para posteriormente desenvolver em conjunto com a comunidade as análises e intervenções urbanas.

Outro ponto que devemos destacar é o grupo Célula Emau como mediador ou agenciador das transformações do espaço urbano nas comunidades do Território do Bem. Em conjunto com o Fórum Bem Maior, o Célula se destacou em realizar oficinas de aproximação entre moradores, lideranças, agentes do prefeitura e das ONGs que trabalham no território. Através do Fórum foi proposto e realizado as duas intervenções de Mutirão apresentadas nessa dissertação. A mediação e agenciamento dos diversos grupos participando foi de muita importância, pois através de várias reuniões foi conseguido potencializar o papel de cada grupo e pessoa no desenvolvimento das intervenções urbanas, tanto que mesmo após a realização da primeira parte dos mutirões, ONGs, prefeitura e as lideranças comunitárias deram continuidade aos trabalhos e, principalmente, a requerer dos órgãos municipais maior qualidade urbana em suas comunidades.

É nesse sentido, que buscamos desenvolver uma cartografia da experiência do grupo Célula Emau aproximando os conceitos micropolíticos, para refletir e entender a potência e as possibilidades de atuação do arquiteto e do cidadão qualquer em conjunto como produtor do espaço urbano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar, ao longo da cartografia bibliográfica e das reflexões, que os processos de construção dos espaços urbanos assumem uma considerável dimensão dentro da vida urbana, são agenciamentos tanto macro quanto micropolíticos. Constatamos, ainda, a pouca reverberação das narrativas teóricas e práticas a respeito dos movimentos micropolíticos na produção da cidade. Por esse motivo, enxergá-los com um olhar mais atento faz-se fundamental para entender os processos de transformação das cidades, sobretudo, para avaliar o planejamento urbano que vem sendo produzido, colocando em questão a prática da arquitetura e do urbanismo.

De acordo com Maricato (2002), o pensamento urbano que pauta a construção das cidades resume-se fortemente com o conceito: “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”.

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias. (MARICATO, 2002, p. 121).

Exemplo disso são os espaços informais, áreas denominadas favelas, ou ainda os espaços residuais nos centros urbanos. Estes espaços são constantemente excluídos de uma representação de pertencimento da cidade pelos agentes hegemônicos de sua construção (ressaltamos nesta pesquisa o exemplo do Estado e o mercado imobiliário com suas diversas alianças - planejamento estratégico, práticas de planejamento e de gestão neoliberais).

Este pensamento hegemônico pautado somente em estratégias macropolíticas, já faz parte dos processos de diversos agentes que se sobressaem na tomada de decisões da construção das cidades. E nestes processos, as áreas informais, os processos colaborativos, as micropolíticas não são enxergadas ou consideradas como parte da construção da cidade. Ermínia Maricato ressalta:

A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial”. Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. [...] Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso, nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência (MARICATO, 2002, p. 121).

É diante deste cenário hegemônico de produção de cidade, pautado nesta representação homogênea, que esta dissertação procurou apresentar uma breve cartografia micropolítica sobre a produção da cidade contemporânea, para compreender os avanços relevantes nas teorias e práticas do direito de qualquer um “fazer cidade”.

Expusemos alguns conflitos, diálogos e possibilidades de interações e sociabilidade que vieram a revelar e atualizar questões banalizadas pelo senso comum, que em geral tende para a redução da significação da experiência de uma produção de cidade apenas por seus agentes oficiais. Enquanto realizamos esta possibilidade de leitura do território e seu conteúdo, construímos uma dentre tantas cartografias possíveis da cidade, outras formas de entendimento da construção dos espaços urbanos.

Tentamos, através da leitura destes encontros, contribuir para a ampliação do universo de debates sobre as possibilidades de produção da cidade contemporânea.

Procuramos falar das ações micropolíticas, que se constituem de movimentos (caminhos, iniciativas, ações, dinâmicas) que se apropriam de outras subjetividades e maneiras de “fazer cidade”. Ou seja, os movimentos que debatem e constroem ações constituintes de novos processos em direção à democracia real (dissensual e direta). Movimentos que aglutinam horizontalidade, decisão colaborativa aos processos participativos e à experimentação de novos modos de organização dos espaços urbanos, especialmente os públicos, culturais e do conhecimento.

Para tanto, em um primeiro momento (capítulo 1), procuramos debater as questões hegemônicas na produção do espaço urbano, iluminando as alianças entre o Estado e o mercado, que configura o atual panorama da produção urbana conforme subjetividades capitalísticas, oriundas de um conjunto de ferramentas, operações e agentes do atual capitalismo, que estabelece limites, especificando e homogeneizando a produção da cidade a partir de suas tecnocracias, disciplinas e hegemonia *star system*. Considerando a cartografia construída neste primeiro capítulo, compreendemos uma crise generalizada e global da produção do espaço urbano ditada fortemente pelas relações e ações do Estado e do mercado neoliberal.

Incluem-se aqui os processos, meios e métodos da disciplina e do profissional arquiteto e urbanista na colaboração nesta produção hegemônica do espaço urbano, pautadas em experiências autorais, em busca de uma arquitetura *star system*, desenvolvendo projetos valendo-se de meios e processos não colaborativos, em que normalmente as decisões são tomadas de cima para baixo. Dada esta configuração, foi necessário ressaltar a importância do arquiteto e urbanista neste cenário como, ao mesmo tempo, refém e produtor dessas subjetividades capitalísticas.

Diante disso, examinar as novas possibilidades de reversão vital que se anunciam no contexto de crise social e democrática é fundamental, e foi esse o foco desta dissertação. Em um segundo momento (capítulo 02), procuramos explorar as teorias e práticas para uma leitura alternativa da produção da cidade contemporânea.

Construímos uma cartografia micropolítica desta produção. Foi importante, neste momento, nos infiltrarmos nos conceitos atuais formulados por Michael Hardt e Antônio Negri sobre a multidão, o comum e a biopotência, assim como também utilizar aqueles Deleuze e Guatarri, entre outros, para debater e ressaltar este outro espaço na cidade: o espaço da alteridade e da subjetividade. São justamente os espaços e ações informais, destacados neste capítulo, que vão a contrapelo das narrativas dominantes.

É preciso, portanto, voltar o olhar para os movimentos (caminhos, iniciativas, ações, dinâmicas) que se apropriam de outras subjetividades e maneiras de “fazer cidade”, construídos a partir de espaços compartilhados, comuns e agenciados pelos atores locais.

Outro aspecto importante, tendo em vista essa construção alternativa de leitura da cidade, é a ampliação da própria compreensão de cidade. Apostamos em um caminho no qual as cidades são construídas e possuem relação de multiplicidade, heterogeneidade, de conflito, de constante negociação de uso e apropriação do espaço urbano, diluindo fronteiras entre o formal e o informal. Como apresentado acima por Maricato, normalmente os espaços e ações informais estão excluídos de uma representação oficial da construção da cidade, marginalizando, assim, diversos acontecimentos que nela se dão e que a atravessam.

Por isso a importância de discutir e caracterizar esses espaços e ações micropolíticas, no esforço de ampliar esse entendimento de que qualquer um poder fazer cidade incluindo-o como um direito à cidade.

Em um terceiro momento (capítulo 3), buscamos atualizar o conceito de “direito à cidade” de Henri Lefebvre (2001) por David Harvey e outros autores, na busca de revelar estes outros procedimentos de construção do espaço urbano e suas produções de subjetividades.

Importante, neste ponto, a discussão sobre a arquitetura e o urbanismo, buscando ampliar seu entendimento, diluindo fronteiras categóricas e físicas. Evidenciamos que a arquitetura e o urbanismo são muito mais do que uma construção pelos iguais, ambos fazem parte de todo um imaginário subjetivo dos cidadãos comuns, não sendo campo de conhecimento restrito ou resultado de uma área disciplinar apenas. Trata-se de conhecimento, matéria que transborda os limites disciplinares hegemônicos. A arquitetura e o urbanismo se fazem e refazem nos territórios informais, como nas favelas, nos agenciamentos dos espaços residuais dos centros urbanos e até mesmo nas ações táticas dos cidadãos quaisquer.

Em face desta ampliação, qual é o papel do profissional arquiteto e urbanista? Como ele poderá se colocar? Que ações, que meios e processos deverá utilizar ou vivenciar para poder colaborar e trabalhar neste processo aberto e ampliado?

Acreditamos em uma arquitetura emancipatória. Muito a partir do que a crítica de arquitetura Ethel Baraona Pohl (2015, p. 5), nos traz:

A arquitetura emancipatória não apenas no sentido tradicional da palavra emancipação – o facto ou processo através do qual se é libertado de restrições de ordem legal, social ou políticas, uma libertação – mas pensando naquilo que Jacques Rancière menciona no seu livro “O Mestre Ignorante” considerando a igualdade como ponto de partida e não como um destino. Escreveu o autor francês: “Quem quer que ensine sem emancipar embrutece. E quem quer que emancipe não tem de se preocupar com o que a pessoa emancipada aprende. Esta aprenderá o que quiser, talvez nada”

Daí a importância de uma cartografia micropolítica levantando conceitos e práticas de um outro posicionamento profissional. Autores como Jacques (2003; 2012), Kaap, Baltazar e Morado (2008) e Till (2009) apontam diversas possibilidades de atuação, discutindo e propondo processos possíveis.

Além disso, as experiências do grupo Célula Emau em conjunto com o Fórum Bem Maior e as da arquiteta Lina Bo Bardi tornam-se referência, aqui, como possibilidade desta outra construção do espaço urbano, do direito de qualquer um fazer cidade.

O “qualquer” produzindo cidade torna-se evidente nas ações do Fórum Bem Maior no Território do Bem, quando ele associa diversos grupos e agentes em suas práticas. Exemplo disso são as intervenções urbanas desenvolvidas em conjunto com o Célula Emau, a Universidade, as ONGs e a Prefeitura, apresentadas nesta dissertação como experiências urbanas do grupo Célula.

Acreditamos que, através da construção desta cartografia dos conceitos emergentes, constroem-se novas ou atualizam-se (nem tão novas) possibilidades de percepção e experiência na produção do espaço urbano contemporâneo. Precisamos pensar a cidade contemporânea sob um viés múltiplo que entenda sua complexidade sem reduzi-la a um conjunto de relações homogêneas, superficializadas, tecnocráticas, pautadas apenas pela ótica do capital. Pois a cidade contemporânea constitui-se em uma multiplicidade de elementos heterogêneos coexistentes, sobrepostos, que se contaminam e movimentam, ressignificando-se a todo o momento.

Entender a participação de um indivíduo, de um coletivo, de uma multidão na construção desta cidade múltipla heterogênea e dissensual é urgente para a consolidação do tema e da necessidade do direito de qualquer um fazer cidade.

Além disso, o que temos de mais claro nesta discussão é a impossibilidade ou inviabilidade de uma classificação rígida no que diz respeito ao papel deste indivíduo, ou de um coletivo como articulador de novas formas de produção da cidade. A produção micropolítica do espaço urbano constitui um discurso aberto sobre a produção da cidade, no qual não cabem restrições. Apostamos que as narrativas veiculadas por movimentos micropolíticos trazem indicativos para uma nova construção subjetiva dos espaços urbanos. E que os movimentos micropolíticos,

teóricos e práticos, constituem-se como práxis do “direito de qualquer um fazer cidade”.

Enquanto método, encontramos também uma enorme quantidade de outras formas e outros conteúdos que poderiam compor esta cartografia. A discussão acerca destes conceitos é rizomática, e existem diversos autores com conceitos similares, mas também conflitantes, que debatem a construção subjetiva da cidade. Temos por certo que outras tantas leituras poderiam ser desenvolvidas, ou mesmo refeitas algumas articulações. Mas entendemos esta dissertação enquanto prática cartográfica de conceitos emergentes a serem expostos, debatidos e articulados em nossa contemporaneidade. Entendemos que tanto o aprofundamento quanto o refinamento da proposta de investigação virão a partir do momento em que novas cartografias venham a ser praticadas e esta, por sua vez, venha a ser revisada.

Por fim, parece ser necessário produzir outras formas de pensar o espaço urbano. Não se trata de uma nova fórmula de projetar e sim de uma outra postura e um outro olhar sobre a cidade. Observar a dinâmica de seus acontecimentos pode ser um início para essa mudança; para tanto, é preciso buscar nas ciências humanas outras formas de leitura e mapeamento das cidades, e tentar cartografar os movimentos, os fluxos, as subjetividades e os acontecimentos que envolvem as envolvem, com o objetivo de chegar a um pensar urbanístico afinado com as dinâmicas atuais.

Levar em consideração as formas de apropriação que a própria sociedade vem inventando pode nos mostrar que é necessária a sua participação cada vez mais ativa na conformação de espaços. E, assim, tentar visualizar as macros e as micros ações que compõem este processo, sabendo que tais ações, enquanto produtoras de subjetividade, não formam uma estrutura rígida. Exercer o papel do cartógrafo, que na definição de Suely Rolnik (2006, p. 21) é antes de tudo um antropófago, é “Dar língua aos afetos que pedem passagem”, buscar expressões e sentidos, alimentar a cartografia, pois os arquitetos e urbanistas exercem um papel importante na

construção das cidades e, conseqüentemente, na produção afetiva e no comportamento social das pessoas que nela habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. **Outros olhares sobre a favela**. S/D. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=820>. Acesso em: 25 maio 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Metropolis**. Sopro – panfleto político e cultural, n. 26, Cultura e Barbárie, abril 2010. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/verbetes/metropolis.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

ALMEIDA, Lutero Proscholdt. Dobras Deleuzianas, Desdobramentos de Lina Bo Bardi. Considerações sobre “desejo” e o “papel do arquiteto” no espaço projetado. **Vitruvius** - Arqutextos, São Paulo, ano 13, n. 146.01, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/13.146/4422>>. Acesso em: 20 mai. 2015..

ARAÚJO, James A. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. Trad. Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BATISTA, Luis Antonio. **A Cidade dos Sábios**; História do Lixo Urbano. São Paulo: Summus, 1999.

BARDI, Lina Bo, Teoria e Filosofia da Arquitetura, 1979. In: GRINOVER Marina; RUBINO Silvana (orgs). **Lina por Escrito**. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi. Cosac e Naify, 2009.

BARDI, Lina Bo. Cidade da Liberdade, 1986. In: GRINOVER Marina; RUBINO Silvana (orgs). **Lina por Escrito**. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi. Cosac e Naify, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **"O campo científico"**: Sociologia. São Paulo, Ática, 1983.

BRITTO, F.; D.; PEREIRA, M. S.; JACQUES, P. B. J. **Caderno de Provocações 2010: Corpo Cidade, Debates Em Estética Urbana 2**. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2010. Disponível em: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/caderno_provocacoes.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BOOKCHIN, Murray; BOINO, Paul; ENCKELL, Marianne. **O bairro, a comuna, a cidade. Espaços libertários**. Editora Imaginário, 2003.

CARRERI, Francesco. Transurbância + walkscapes ten years later. **Revista Redobra**, Salvador, n. 11, ano 5, 2014.

CÉLULA EMAU (org.). FÓRUM BEM MAIOR. **Habitação, Memória e Vivência em São Benedito**. Vitória: UFES, 2010. [inédito].

CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORRÊA, Monique Sanches. **Má carpintaria: por uma arquitetura menor**. 2014, 245 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Minas Gerais, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **Kafka: por uma literatura menor**. Porto: Assírio & Alvim, 2003.

ECO, Humberto. **Obra Aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FÓRUM BEM MAIOR; DANTAS, Valmir.; BISCOTTO, Denise.; **Plano Bem Maior do Território do Bem**. Vitória: Associação Ateliê de Ideias; FBM; Sebrae, 2009.

FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. (Orgs). **Corpos e Cenários Urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006. p. 51-64.

FERNANDES, Gabriel F. **Somos todos arquitetos**. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2012.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão? **Vitruvius** - Arqtextos, São Paulo, ano 12, n. 133.07, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.133/3950>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Espaço e poder. Entrevista de Michel Foucault a Paul Rabinow. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (IPHAN), n. 23. p. 138-145, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografia do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. **As três ecologias**. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE Glauco. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. Rio de Janeiro: GEOgraphia, Vol. 4, No 7, 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multitudes**. Paris: La Découverte, 2004.

_____. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Commonwealth**. El proyecto de una revolución del común. Madri: Akal. 2011.

_____. **Declaração: Isto não é um manifesto**. São Paulo: n-1, 2014.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009a. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/327/513>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

_____. A liberdade da cidade. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, n 26, p. 9-17, 2009b.

_____. Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo. Trad. Fernando Alves Gomes. **FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA.. Deriva**. Outubro 2011. Disponível em: <

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kSzdqE_zRsJ:www.deriva.com.br/%3Fp%3D46&hl=en&gl=br&strip=1&vwsrc=0>. Acesso em: 5 ago. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de hélio oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. Corpografia Urbana: o corpo enquanto resistência. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, ano V, número especial, Resistência em Espaços Opacos, CAPES/COFECUB, 2007.

_____. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Elogio ao errante**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein; CARERI, Francesco. Entrevista. **Redobra**, Salvador, v. 11, p. 8-19, abr. 2013. Disponível em: < http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Experiencia-erratica.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. **Arquitetura como exercício crítico**: apontamentos para práticas alternativas. [Originalmente: Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture', keynote lecture at *Alternate Currents International Symposium*, Sheffield, November, 2007, published in **Field**: a free journal for architecture, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2008]. Disponível em: <<http://www.field-journal.org/index.php?page=journal-2>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da “gentrificação”**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 046.03, Vitruvius, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.046/601>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins [a partir do original: **La production de l'espace**. 4^{ème} éd. Paris: Anthropos, 2000]. Primeira versão: início - fev. 2006

MAGNAVITA, Pasqualino R. Planejamento urbano: tendências, ensino e questionamentos. **Revista VeraCidade**, Ano I, n. 1, dez. 2006.

MARQUES, Monique Sanches. **Subjetividades e singularidades urbanas**: na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Bahia, 2011.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. in: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (Coleção Zero à esquerda).

MARICATO, Ermínia. **Impasse da Política Urbana no Brasil**. Editora Vozes, 2011.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MEJÍA, Rafael Estrada, **Micropolíticas, cartografias e heterotopias urbanas: derivas teóricometodológicas**. Revista Espaço Acadêmico, nº132. 2012.
sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas

MENDES, Luís. Gentrificação e a Cidade Revanchista: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistência?. **Forum Sociológico** [online], n. 18, p. 21-28, 2008. Disponível em: <<http://sociologico.revues.org/226>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MIRANDA, Clara Luiza. Como criar praças e fazer democracia. CONINTER, II., Belo Horizonte, 2013.

_____. Trilogia das ruas insurgentes: de 2011 a 2013. In: DOMINGUES, Leila (Org.). **Hacklab-Lis**: a vida é melhor em bando. Vitória: Ed. Da Ufes. (no prelo).

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política**: Ensaio para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MOREIRA, Clarissa; SANCHEZ, Fernanda, CAVA, Bruno. **A cidade não será catequizada**. 2016. Disponível em: < <http://uninomade.net/tenda/a-cidade-nao-sera-catequizada/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

NEGRI, Antonio. A Constituição do Comum (conferência inaugural). II SEMINÁRIO INTERNACIONAL CAPITALISMO COGNITIVO, II. – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Império, Multidão e a Constituição do Comum (palestra). **Global**. 2006. Disponível em: <<http://revistaglobal.wordpress.com/2006/12/10/antonio-negri-a-constituicao-do-comum>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

_____. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. **Lugar Comum**, n. 25-26, p. 201-208, 2008. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810120930Dispositivo%20metr%C3%B3pole%20-%20A%20Multid%C3%A3o%20e%20a%20metr%C3%B3pole%20-%20Antonio%20Negri.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

OBSERVATORIO METROPOLITANO .**La apuesta municipalista. la democracia empieza por lo cercano**. Madri, Traficantes de sueños. 2014.

OLIVEIRA, Olivia. **Lina Bo Bardi**. Satis substâncias da arquitetura. São Paulo/Barcelona: Romano Guerra/GG, 2006.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 33, p. 115-133, out. 1991. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/33/Maria%20Celia%20Paoli%20-%20Movimentos%20Sociais,%20Cidadania,%20Espaco%20Publico.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

PAOLI, Maria Célia; RIZEK, Cibele Saliba. Depois do desmanche (apresentação). In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

PELBART, Peter Pál. Cidade, lugar do possível. In: **A vertigem por um fio**. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 2000.

_____. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Escapes Possíveis na Produção da Cidade**. Salvador: PPGAU-UFBA, 2010.

POHL, Ethel Baraona. **Architectura emancipatória**. Revista Punkto, 2015. Disponível em: < <http://www.revistapunkto.com/2015/05/arquitectura-emancipatoria-ethel.html>> Acesso em: 20 jan. 2016

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. NOVAES, Adauto. A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p. 367-382.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Ainda se pode falar de democracia?** (YMAGO ensaios breves Livro 4) (Portuguese Edition) Kindle Edition. 2014.

RENA, Alema. **Comunidades essenciais, legiões demoníacas: multidão, literatura e riqueza comum**. Tese de Doutorado, UFMG-Faculdade de Letras, 2015.

RENA, Natacha. A performance dos corpos multitudinários em choque com a propriedade privada do Estado-capital. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ), III., São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/XFramesSumarioST.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; CHARGAS, Fernanda. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, p. 71-88, 15 abr. 2014. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/111404140911Biopol%C3%ADticas%20espaciais%20gentrificadoras%20e%20as%20resist%C3%A4ncias%20est%C3%A9ticas%20biopotentes%20-%20Natacha%20Rena%20e%20Paula%20Berqu%C3%B3%20e%20Fernanda%20Chagas.pdf/>. Acesso em: 10 out. 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. **OSAL**, ano V, n. 16 enero-abril 2005a.

_____. Sociabilidade Hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, V. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005b. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=906>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. Cidades brasileiras: desafios da questão urbana. **Le Monde Diplomatique**, abril 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1631%3Arepensando-a-questao-urbana-brasileira&catid=34%3Aartigos&Itemid=124&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2014.

RIZEK, Cibele Saliba. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, Cidade e Cultura, Salvador, ano 10, n. 1, p. 127-142, 2011.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Ed. da UFRGS, 2006.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares. A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2015.

ROSA, Marcos L. (org.). **Microplanejamento práticas urbanas criativas**. São Paulo: Ed. de Cultura, 2010.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Tensão moderno/popular em Lina Bo Bardi: nexos de arquitetura. **Vitruvius - Arqutextos**, São Paulo, ano 3, n. 032.06, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/03.032/717>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

RUBINO, Silvana; GRINOVER, Marina (Orgs.). **Lina por escrito**. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi. São Paulo, Cosac Naify, 2009. (Coleção Face Norte, 13).

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói, RJ: Ed. da UFF, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SERRANO, Eduardo. **El poder de las palabras**: glosario de términos del 15M. Democracia Distribuida. Miradas de la Universidad Nómada al 15M. Madrid. 20, p. 43-48, 2012.

SERPA, Ângelo (Org.). **Cidade Popular**: trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007.

SIENA, Domenico di. **Espacios Sensibles**. Tese de doutorado. Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, 2009.

SÖDERSTRÖM, O. **Des images pour agir**. Le visuel en urbanisme. Lausanne: Payot Lausanne, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 32-36, 55

SZMRECSANZYI, Maria I.. Planejamento, Consumo e Prazer. In: SZMRECSANZYI, Maria Irene (Org.). **Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano**. São Paulo: FAU/USP, 1985.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia**, Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, v. XX, p. 137-148, 2010.

TILL, Jeremy. **Architecture Depends**. Cambridge: Mit Press, 2009.

_____. Too many ideas. **EAAE News Sheet**, n. 59, p.20-24, 2001.

TONUCCI, João. Henri Lefebvre e a atualidade urgente do Direito à Cidade. **Blog Olha na Rua**, jul. 2013. Disponível em: <<https://olhorua.wordpress.com/author/jontonucci/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

TOSTES, Simone Parrela. Pesquisa-cartografia e a produção desejante do espaço urbano. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 39, p.105-118, 15 jun. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/lugarcomum/39/>>. Acesso em: 11 out. 2014.

VAINER, Carlos. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.opp.ufc.br/urbano04.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

VAINER, Carlos. Palestra In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PREVENÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VILAS NOVAS, Bruno Bowen; MIRANDA, Clara Luiza. A reconstrução do espaço público em São Benedito, Vitória, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO, Lisboa, jan. 2011. p.140-175.